UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LUCIANA MENIN LAFRAIA

Espaço onírico e trabalho institucional:

**Condições do sonhar compartilhado das equipes em instituições de
cuidado**

São Paulo

2019

LUCIANA MENIN LAFRAIA

Espaço onírico e trabalho institucional:

**Condições do sonhar compartilhado das equipes em instituições de
cuidado**

Versão original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Pablo Castanho

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESTA
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lafraia, Luciana Menin

Espaço onírico e trabalho institucional: condições do sonhar compartilhado das
equipes em instituições de cuidado / Luciana Menin Lafraia; orientador Pablo de
Carvalho Godoy Castanho. – São Paulo, 2019.

144 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) –
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Psicanálise. 2. Instituições de cuidado. 3. Intersubjetividade. 4. Sonho. I.
Castanho, Pablo de Carvalho Godoy, orient. II. Título.

Nome: Lafraia, Luciana Menin

Título: Espaço onírico e trabalho institucional: condições do sonhar compartilhado das equipes em instituições de cuidado.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pablo Castanho

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Décio Gurfinkel

Instituto *Sedes Sapientiae*

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A José, Fátima, Roberta e Felipe (*in memoriam*), que compuseram comigo minha primeira instituição, me sonharam e ensinaram a sonhar.

Ao Caio, meu mais fecundo sonho compartilhado com o mundo.

Às equipes, pares e pacientes, que tanto me ensinam.

Agradecimentos

Ao professor Pablo Castanho, pela generosidade, pela confiança, pelo rigor e pela paciência. Ainda, e especialmente, pela sensibilidade e habilidade com que descobriu, puxou e continua puxando o fio que tem me trazido de volta sonhos extraviados.

Ao grupo de orientação, equipe incubadora de sonhos e laços que sustentou um espaço de sonho e criatividade para a realização desta pesquisa e para além. Tem sido experiência de afeto, cuidado e do prazer de descobrir e pensar juntos. Somos: Pablo Castanho, Juliana Ferreira dos Santos Farah, Décio Perroni, Maria Liliana Emparan, Fernando Carvalho, Marina Cohen, Cecília Brito, Gustavo Vieira, Gustavo Chiesa, Lara Múndin, Vanessa Tannus, Vanessa Santos, Rafael Alberto da Silva, Karla Carolina de Souza Oliveira.

Aos professores Décio Gurfinkel, Nelson Ernesto Coelho Junior, Marina Ribeiro, Cristiane Curi Abud e Maria Inês Assumpção Fernandes, tanto pelas precisas contribuições e pela generosidade da leitura e da participação, como por seus próprios trabalhos, que instigam desejo e coragem de trabalhar.

A Jean-Pierre, pelo amor, pela presença e pela consistência não apenas na interlocução e no apoio, mas especialmente nos sonhos que me inspira e nos que vivemos juntos.

A Jorge Broide, sem cuja presença e trabalho talvez eu tivesse quase desistido de sonhar.

A Camila Munhoz, que vem sendo tantas para mim: continente e companhia na experiência compartilhada de viver, resistir e transformar, a quem não há palavras que façam jus.

A Décio Gurfinkel, pela delicadeza com que há tempos exerce um papel tão importante na minha formação profissional e pessoal; por sustentar um recanto de criatividade e do prazer de pensar e estar juntos, onde, em meio a um cotidiano

normalmente tão acelerado, sempre encontro lugar, paz e alimento (e coragem) para a vida. Pela generosidade com que acompanhou diferentes etapas dessa pesquisa, desde a pré-história de sua germinação, quando não era ainda sequer sonho. Enfim, pela amizade que nos permite trocar tanto.

A Juliana Farah, pela confiança e incrível hospitalidade com que me fez sua parceira em uma empreitada tão delicada e rica, pelo afeto não economizado, pela aposta contagiosa no encontro e na vida. Por ser, em mim, um “acontecimento” que instaura aberturas, vigor e esperança.

A Flávio Veríssimo, pelo laço de afeto e cuidado, pela alegria no encontro e pela presença sempre pronta e sensível.

Aos amigos Roberto Barcellos, Mônica Camargo, Sandra Rebello, Maria José Madeira, Rosemary Ungaretti de Godoy, Yara Ishara, Maria Teresa Rebello, Letícia Gonçalves, Renata Lins, Mara Selaibe, Myriam Uchitel, Glaucia Faria e Susana Boxwell, que tanto incentivaram, pelo precioso apoio nos momentos precisos. Às queridas Magali Rose Gabriel, Mônica Cristina de Souza Cruseiro, Rita de Cássia Rodrigues Camargo e Simone Aparecida Neri Malta Domingos, tanto pelo suporte como pelo carinho diário que faz resistência e contraponto às agruras institucionais. A Wilma Szwarc e Ana Lúcia Panachão, cujo auxílio na metabolização das vicissitudes da vida cuidou das condições para a realização deste trabalho. A Leila Vianna, pela feliz convocação que colocou em marcha o movimento.

À Danielle Breytton, Ana Cláudia Patitucci, Déborah Joan Cardoso e Arina Ramalho, pelo companheirismo sempre generoso, pelo ambiente que criamos e de que cuidamos juntas, pela paciência com minhas ausências, pelo carinho e incentivo cotidianos, e pelo prazer de reencontrá-las a cada dia.

A Ana Maria, Nelson e Beatriz Lafraia, grupo interno e externo, que segue me ensinando sobre identidade e alteridade, cuidado e amor. A Maria Elizabeth Lafraia Coutinho, por ter sempre acolhido e apostado.

A Roberta, George, Malu e Nando, por fazerem parte dos meus sonhos mesmo quando a léguas de distância.

Ainda, especialmente, a José e Fátima Lafraia, que, até em meio a todos os moinhos, não desistem de sonhar-me.

“Afinal, estamos procurando a Psicanálise onde ela não parece estar, que é precisamente aonde sua vocação a leva: sempre para o outro lado da cerca”.

(Fábio Herrmann, 1992, p. 11)

Resumo

Lafraia, L. M. (2019). *Espaço onírico e trabalho institucional: condições do sonhar compartilhado das equipes em instituições de cuidado* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este estudo organiza-se como pesquisa bibliográfica no campo da literatura psicanalítica, vetorizada pela experiência clínico-institucional da autora e pela pergunta formulada: o que se pode pensar, a partir da psicanálise, sobre as condições de constituição e preservação do espaço onírico comum e compartilhado da equipe em instituições de cuidado? Parte da hipótese de que a equipe tem entre suas funções a de metabolizar a experiência de seu espaço intersubjetivo para restaurar a capacidade de sonhar daqueles que a compõem e daqueles a quem se endereça sua tarefa, e assim os tratar. Objetiva assim contribuir para identificar e discutir operadores clínico-teóricos da psicanálise pertinentes ao cuidado e trabalho das equipes dessas instituições. Para tanto, passando pela discussão sobre a intersubjetividade na psicanálise e o papel do outro nos processos de constituição do psiquismo e de subjetivação, recorre a conceitos da metapsicologia dos conjuntos intersubjetivos, de René Kaës, a compreensões do sonhar apoiadas nas teorias de Bion e Winnicott e ao pensamento contemporâneo sobre clínica psicanalítica de grupos e instituições (desenvolvido por autores ligados à *Université Lyon-2*, como Gaillard, Pinel, Vidal). Sugere que as condições para que a equipe opere como um “aparelho de sonhar a clínica institucional” relacionam-se àquelas que possibilitam a experiência e o espaço transicional (Winnicott).

Palavras-chave: Psicanálise. Instituições de cuidado. Intersubjetividade. Sonho.

Abstract

Lafraia, L. M. (2019). *Onyric space and institutional practice: conditions for shared dreaming by professional teams in care institutions* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Brasil.

This study is organized as a bibliographic research of psychoanalytical literature which dialogues with the author's clinical experience on institutions and with the question: based on psychoanalysis, what can be thought about the constitution and preservation of the shared onyric space of professional teams in care institutions? It assumes that, among its functions, the professional team has to metabolize its intersubjective space experience, in order to restore the dreaming capacity of those who compose it and of those to whom its task is addressed and, finally, treat them. It aims to contribute to identify and discuss some psychoanalytic clinical-theoretical operators which are adequate for the care and the work of professional teams in socio-assistance and care institutions. Thus, through some discussion of the intersubjectivity in Psychoanalysis and of the role of the other in the processes of the constitution of the psychic and subjectivation, it uses concepts from the metapsychology of shared psychic spaces (Kaës), from Bion's and Winnicott's comprehension of the dream, and from contemporary production about the psychoanalytic clinic of groups and institutions (developed mainly by authors related to Université Lyon- 2, as Gaillard, Pinel and Vidal). It suggests that the conditions for the group to operate as an "apparatus for dreaming the institutional clinic" relate to those that enable transicional experience and space (Winnicott).

Keywords: Psychoanalysis. Care Institutions. Intersubjectivity. Dream.

Resume

Lafraia, L. M. (2019). *L'espace onirique et le travail institutionnel : quelques conditions pour « le rêve partagé » des équipes dans les institutions de soin* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Brasil.

Cette étude s'est organisée à partir d'une recherche bibliographique située dans le champ de la littérature psychanalytique, vectorisée par l'expérience clinique-institutionnelle de l'auteur. La question qu'elle explore peut être formulée ainsi : comment penser psychanalytiquement les conditions de constitution et de préservation d'un espace permettant la création d'un rêve commun et partagé dans les équipes soignantes ? Il soutient que l'équipe a notamment pour fonction de métaboliser les expériences psychiques qui se déploient dans l'espace intersubjectif afin de restaurer la capacité de rêver des professionnels comme celles des personnes concernées. Autrement dit, soutenir l'espace onirique commun participe à la réalisation de la tâche primaire dévolue à l'institution. L'étude se donne pour objet de contribuer à identifier les opérateurs clinico-théoriques pertinents pour étayer le processus soignant dans les équipes dans les institutions de soin et de travail social. Ainsi, après avoir discuté les théories psychanalytiques de l'intersubjectivité et de la fonction de l'autre dans les processus de constitution du psychisme et de la subjectivation, il prend appui sur les théories bioniennes et winicottiennes ainsi que sur les concepts issus de la métapsychologie des liens et des ensembles intersubjectifs, de René Kaës, et de quelques-uns de ses héritiers (Gaillard, Pinel, Vidal...) pour parvenir à une compréhension renouvelée du rêve. Il suggère que les conditions pour que l'équipe fonctionne comme un « appareil pour rêver la clinique institutionnelle » sont liées à celles qui permettent l'expérience et la création de l'espace transitionnel (Winnicott).

Mots-clés: Institution de soin. Intersubjectivité. Psychanalyse. Rêve.

Sumário

1. Introdução. Entre a dor e o sonho: o corpo materno, o outro, o grupo.....	14
2. Objetivos e Método. Sonhar o texto.....	27
3. Intersubjetividade em Freud?	31
3.1. Contextos.....	32
Bifurcação: corpo ou relação?.....	34
Intersubjetividades pós-freud.....	36
Intersubjetividade em Freud?.....	39
3.2. Matriz grupal do intrapsíquico.....	41
3.3. A pulsão e seus outros.....	43
4. Sonho e não sonho no processo analítico. Inflexões contemporâneas.....	49
4.1. Função ensonhante do outro.....	49
4.2. Aparelho psíquico grupal.....	62
4.3. Sobre o sonhar: espaço e função onírica.....	67
5. Clínica dos processos institucionais em instituições de cuidado	80
5.1. “Aquilo que em cada um de nós é instituição”: uma crônica psicanalítica da vida institucional.....	83
5.2. Instituições de cuidado e sofrimento psíquico.....	104
6. Considerações finais: sonha-se em equipe?	122
Referências	130

1. Introdução

Entre a dor e o sonho: o corpo materno, o outro, o grupo

Todos os que tivemos ou temos experiência com o trabalho em instituições conhecemos na carne como este é marcado e entremeado pelas vivências relacionadas às relações da equipe, entre si e com a instituição ou partes dela. Sabemos também que essas relações, no essencial, não são meramente determinadas pelas singularidades dos indivíduos, nem mesmo por sua soma ou por qualquer equação simples entre elas. Colegas, superiores, subordinados, equipe, serviço, instituição são, além de objetos reais, objetos fantasmados¹ (Rouchy & Desroche, 2004) pelos sujeitos e pelos grupos, e desempenham papéis subscritos por uma lógica que envolve mas transcende cada indivíduo e suas designações manifestas. Seria difícil passar pela experiência institucional sem reconhecer como a vida dos grupos (ou equipes) e seus encontros com os sujeitos, com a instituição e com os usuários são constituídos por e produzem uma trama de fenômenos e processos psíquicos não apenas vividos conjuntamente, mas intersubjetivos².

Esses processos – que podem ser pensados em termos de alianças e pactos inconscientes (Kaës), agenciamentos de defesas e fantasias intrapsíquicas, transferências de diversas modalidades, entre outros – exigem dos sujeitos e dos grupos trabalho psíquico para que a criatividade e a mobilidade se conservem, para que Eros (em sua atividade de ligação, integração, representação) prevaleça. Onde o

¹ Forjados em processos inconscientes intersubjetivos.

² Mais do que um conjunto compartilhado das contribuições singulares dos membros do grupo, constituem também um novo produzido no e pelo encontro. Aproveitamos também esta nota para distinguir os termos interpessoal, intersubjetivo e transubjetivo, que serão usados ao longo desta dissertação: o primeiro se refere à relação entre duas pessoas, o segundo ao que é produzido no encontro entre os diferentes sujeitos do inconsciente e que diz respeito a todos eles sem se reduzir ao mero conjunto, e o terceiro termo nos reenvia a um espaço que contém e sustenta as diversas relações intersubjetivas. Nas palavras de Kaës (2011): “Entendo por intersubjetividade não um regime de interações comportamentais entre indivíduos que comunicam seus sentimentos por empatia [aqui a relação interpessoal], mas a *experiência e o espaço da realidade psíquica que se especifica por suas relações de sujeitos enquanto sujeitos do inconsciente [itálicos nossos]*.” (p. 22). E também: “chamo intersubjetividade a estrutura dinâmica do espaço psíquico entre dois ou vários sujeitos. Esse espaço compreende processos, formações e experiências específicos, cujos efeitos infletem o advento dos sujeitos do inconsciente e de seu futuro Eu *no seio de um Nós* [Nós que remete ao transubjetivo]” (Kaës, 2011, p. 24).

trabalho coletivo de elaboração psíquica não é possível ou está obstruído, experimenta-se adoecimento, automatismos, repetições, imobilismos, atuações de aspectos e espectros não apropriados da experiência. Fala-se, em psicanálise, com Roussillon (1987), em aspectos não simbolizados do vivido, resíduos ou dejetos dos processos de simbolização³.

Aqueles que se ocupam dos adoecimentos humanos, em suas expressões individuais ou sociais, estão especialmente expostos a um material que resiste à simbolização (Henri, 1996/2011, 2013; Gaillard, 2014) ou que, expurgado (recalcado, recusado, negado), retorna causando sofrimento. Assim, profissionais do trabalho social ou da saúde mental, entre outros, travam um corpo-a-corpo diário com a miséria humana: com aquilo que faz sintoma ou buraco no sujeito e na sociedade porque de inscrição simbólica muito difícil, precária, ausente ou distorcida pelo processo de defesa. Georges Gaillard nomeia especificamente a destrutividade inerente ao humano, o trabalho da pulsão de morte, que se opõe ao trabalho da cultura (*Kulturarbeit*)⁴. Destrutividade, desligamento, morte, angústias sem nome constituem tentativas aproximadas de nomeação daquilo que “no humano resiste à humanização” (Gaillard, 2014) e que compõe, em grande parte, o objeto de trabalho – de manuseio cotidiano - dos profissionais mencionados.

Não surpreende que o contexto dessas práticas (as relações entre os profissionais, destes com os usuários e com a instituição) seja tão comumente “intoxicado” por elementos dessa ordem (não ou precariamente simbolizados) e palco de sofrimentos, severos inclusive, nos quadros institucionais. Reuniões de equipe desempenham funções de “quarto de despejo” (Roussillon, 1987) e alojam atuações agressivas, ansiedades persecutórias, rivalidades, impulsos parricidas e fraticidas,

³Esse parágrafo apresenta condensadas algumas das principais idéias que serão desdobradas no decorrer da dissertação. Desde já, notemos que não são exatamente, ou não apenas, os processos intra e intersubjetivos que, no campo das instituições de cuidado, exigem trabalho psíquico, mas também a natureza específica daquilo que essas instituições se propõem a tratar, a matéria prima do manuseio e do ofício dessas equipes.

⁴ Conceito de Nathalie Zaltzman (1998, *De la guérison psychanalytique*, Paris, PUF) que, retrabalha o termo utilizado por Freud, conferindo-lhe o sentido de trabalho de transformação, a partir de cada sujeito, daquilo que forma o conjunto humano. Distingue o trabalho da cultura (*Kulturarbeit*), que desacomoda e transforma o estabelecido e convencionado, daquele da civilização que, pautada no recalque e na renúncia, conserva (Lévy, 2010). No presente trabalho não desenvolveremos esta questão.

desafetações ou afetações massivas... Alguns profissionais desenvolvem ojeriza a esses espaços. Outros os suportam, “sobrevivem” a eles, ao custo de se manterem amortecidos, quiçá mortificados, pelo resto da semana. Por vezes, as equipes têm impulsos de espaçar, extinguir ou burocratizar as reuniões. A ameaça ao vínculo, tão bem apontada por Gaillard (2015), parece sempre à espreita: “As manifestações da pulsão de morte se apresentam sob a forma de colagem, de rejeição, de desagregação, de clivagem. Sua violência ameaça, sem parar, destruir o profissionalismo dos que trabalham com psicoterapia e com o trabalho social e desfazer, ao mesmo tempo, o vínculo indispensável entre o profissional e o grupo ao qual pertence” (p. 226).

As reuniões clínicas, talvez pela alta voltagem transferencial, parecem ser pólo privilegiado de atração de ansiedades, defesas e atuações. Há quem sinta a si ou ao usuário exposto a críticas e julgamentos. Há quem se regozije da oportunidade de exibicionismo, quem se refugie na posição de platéia, quem use o espaço para afirmar posições ou atualizar disputas. A lista seria imensa. Enganamo-nos, porém, se consideramos essas cenas apenas atualizações ou expressões das idiossincrasias dos membros da equipe. Tais reuniões constituem, em especial, espaços onde se reproduzem na e pela equipe, com ou sem elaboração, aspectos não apropriados da experiência do usuário, do campo transferencial do par terapêutico, da relação com a instituição: experimentam-se abismos, impossibilidades, violências; atualizam-se cenas de julgamento, expiação, exclusão, idealização; formam-se alianças e bodes-expiatórios. Integrantes da equipe (não de forma aleatória) convertem-se em depositários de elementos psíquicos de diversas ordens ou assumem papéis da cena fantasmática que, insuspeita, compõe a discussão. Tal como a transferência clássica, essa condição, quando reconhecida, opera como fundamental instrumento de compreensão e trabalho analítico. Caso contrário, é *via régia* da resistência.

Não é sem motivos, portanto, o entusiasmo com que temos encontrado na literatura psicanalítica contemporânea elaborações teóricas que põem em trabalho nossa experiência desses fenômenos, a compreensão que deles podemos fazer e as práticas daí decorrentes. Autores desse campo que pensam sobre os caminhos e descaminhos dos processos de simbolização, sobre o espectro do que fica sem (ou nas bordas da) inscrição psíquica, sobre como isso se presentifica e busca lugar subjetivo

(Roussillon) nos conferem um fio para pensar esses processos nos espaços intersubjetivos das equipes e instituições (Gaillard, Pinel). Ajudam-nos a indagar sobre as diferentes modalidades do sem-lugar que reclama inscrição nos registros do sujeito, do par, do grupo constituído pelas equipes e da rede de vínculos intersubjetivos como um todo. Afinal, notamos que as experiências institucionais que motivam a presente investigação remetem, em comum, ao desafio e ao esforço de encontrar/construir lugar para esses afetos sem lugar.

Gaillard (2015), por exemplo, aponta os “espaços de retomada” da experiência pela equipe (reunião clínica, entre outros) como aqueles que, ao roteirizarem na psique e no corpo do grupo profissional os afetos sem lugar do usuário, podem abrir caminho para a sua representação, para algum modo de figurabilidade, operando transformação. Diz ele, também:

O potencial terapêutico de uma equipe é proporcional a sua capacidade de se aproximar das zonas de perturbações mortíferas, de presentificar, em seu interior, os afetos mais arcaicos nos quais o “usuário” (paciente, residente...) se perdeu, e de alcançá-lo ali, exatamente onde foi destruída uma parte de sua “humanidade”. O trabalho de terapia, de acompanhamento, *opera seus efeitos de mutação, na medida da capacidade de uma equipe em dar lugar para a morte.* (Gaillard, 2015, p.224. Grifo do autor)

Da capacidade de recolher em seu corpo as vivências e afetos dela derivados, dar-lhes lugar e representação, tornando-as “objeto do grupo” (p.246). Reconhecidas e legitimadas como “experiências humanas compartilháveis, elas se tornam apropriadas e perdem (em grande parte) seu potencial mortífero” (p. 225).

Assim, a equipe como grupo, em sua condição de sustentar em si (na sua psique, no seu corpo) e fazer trabalhar essas experiências, constitui parte fundamental do dispositivo terapêutico institucional. Talvez possamos aproximá-la da idéia de uma incubadora onde, abrigadas, essas experiências são elaboradas e, então, devolvidas transformadas ao profissional, ao par terapêutico, ao usuário. Esse “fazer acontecer na psique grupal as vivências e os afetos, nos quais o profissional se viu preso, e de tender a seu reconhecimento e sua transformação” (Gaillard, 2015, p.230) depende da condição da equipe de se prestar ao que esse autor chama “transferência da

transferência”. Outros autores, como J. P. Vidal (2002, 2006, 2007), com a “câmara de ecos”, desenvolvem conceituações que se alinham com esse tipo de compreensão.

Não passará despercebida ao leitor a – senão filiação – semelhança desse raciocínio com aquele que, na psicanálise pós-freudiana principalmente de língua inglesa, entende que parte importante do processo analítico ocorre no corpo e na psique do analista, que este – com suas reservas⁵ e continente psíquico, sua economia pulsional, seu aparelho de pensar – são parte constitutiva e operante do “campo analítico” (Baranger & Baranger, 1961/2010). Supomos, então, que assim como o trabalho psíquico que ocorre no analista é parte necessária e sustenta o processo analítico do analisando (do par), o trabalho psíquico da equipe (que ocorre em seu espaço intersubjetivo) é condição para o trabalho do par terapêutico e do profissional que o compõe. Voltaremos a isso mais à frente (cap. 5.2).

Ocorre ainda que, na instituição, os processos mencionados não se passam apenas nos espaços delimitados de reunião ou trabalho. As equipes, com seus processos inconscientes “comuns e partilhados” (Kaës) de vida e morte, pulsam, estancam e sangram também pelos vãos e corredores. Tome-se, por exemplo, aqueles lugares de convivência informal, tais como a copa, o estacionamento, o bar ou o café em frente, os próprios corredores. Denominados espaços intersticiais por Roussillon (1987), podem operar como espaços transicionais, onde circula e é gestado aquilo que ainda não tem vez nos âmbitos oficiais da instituição, ou podem permanecer dissociados destes como lugar de enclave e isolamento. Esses espaços vêem, portanto, a transmissão e/ou enquistamento de mitos e tabus institucionais, testemunham intrigas e conchavos, mas também possibilitam serem encorpadas novas idéias, tessituras alternativas de laços e outros que, a tempo, são integrados e ganham desenvolvimento nos espaços formais.

Não é para menos. A experiência a ser metabolizada – que exige trabalho psíquico individual e coletivo – no trabalho institucional desse tipo em equipe é densa. Diz respeito ao encontro com o outro e sua alteridade radical, com a dor, a miséria, a loucura e a morte; e com isso tudo em nós mesmos. Diz respeito à angústia mobilizada

⁵ Concepção de reserva(s) de Figueiredo (2000).

por estar em grupo, entre uma multiplicidade de outros e mesmos que nos convocam de maneiras, intensidades e direções que, além de várias, desconhecemos. Comporta a ameaça narcísica feita de tentação e medo de perder os contornos, diluir-se, unir-se à ‘nave mãe’ (plasma grupal ou institucional). Compõe-se, além disso, da relação com a instituição, com tudo o que ela porta e como incide e é afetada por esses processos intersubjetivos.

Afinal, experiência e literatura concordam que as instituições onde se encenam esses dramas e tragédias – com espaço ainda para uns tantos romances, algumas comédias e não tão raros esquetes de realismo mágico - não são meros cenários anódinos. Reúnem em si e portam realidades diversas e complexas tanto dos grupos que as compõem como da sociedade e comunidades nas quais se inscrevem.

Os grupos, suas relações constituintes e seus fenômenos – assim como seu papel na estruturação do aparelho psíquico (vulgo psiquismo individual) – têm sido objeto da atenção da psicanálise desde Freud (1913/1974, 1921/1976, 1930/1974, entre outros). Não é assunto de pouca monta, visto que intrincado com a constituição mesma das subjetividades singulares e do humano.

As instituições, pensadas como sistemas sociais com mecanismos (códigos, regramentos, leis) que regulam suas relações internas e externas⁶, são reconhecidas no pensamento de Freud sobre o laço, o grupo, o pacto social, os rituais, a religião, a civilização, que discorre, afinal, sobre como o humano e a cultura se instituem reciprocamente e se organizam. Contudo, por sugerirem que a instituição não nos é tão exterior como se pode supor (como pretendemos desdobrar mais adiante), importam-nos privilegiadamente, em Freud, algumas bases para pensar o outro e o grupo na composição – dentro - do sujeito humano ou até, talvez mais controverso, do aparelho psíquico. Tal discussão será desenvolvida no capítulo 3.

Na seqüência da produção psicanalítica mais explicitamente voltada às instituições, destaca-se o raciocínio inaugurado por Elliott Jacques, que, em 1955, definiu as instituições como sistemas de defesa contra as angústias persecutórias e depressivas (angústias primárias). O encontro dessa linha de pensamento com a

⁶ Ver Bleger (1970, p. 94), Jacques (1955, p.304).

produção de conhecimento e de práticas sobre grupos que, já desde a década de 1940, fervilhava na Argentina a partir de Pichon-Rivière, permitiu que José Bleger (1967) estabelecesse uma equivalência entre o conceito de enquadramento e o de instituição (Castanho, 2012, p.70). Com ele, entendemos que “o enquadre recolhe e estabiliza os conteúdos psíquicos que emanam da “parte psicótica da personalidade”” (Kaës, 2011a, pg. 67), possibilitando a processualidade de suas partes diferenciadas, que podem então desempenhar o papel de figura ante um fundo fixo de indiferenciação⁷.

Decorre então, aplicando a equivalência mencionada, a compreensão de que as instituições organizadas exercem a função de depósito dos aspectos indiferenciados da vida psíquica dos sujeitos e grupos que as integram. Comportam, portanto, um aspecto em geral silencioso, de bastidor, porém fundamental, organizador e determinante dos processos subjetivos ali ensejados.

Como veremos em capítulo posterior, no decorrer da história do pensamento psicanalítico acerca das instituições, alguns autores se debruçaram especificamente sobre as características das instituições de cuidado ou sócio-assistenciais⁸. Neste trabalho, tratamos de equipes dessas instituições, entendidas como aquelas que têm como tarefa tratar de questões do campo da *mésinscription*, conceito cunhado por Alain-Noël Henri para designar a condição daquilo que “por um ou mais aspectos de sua realidade visível ressuscita em todos os demônios que o longo e frágil trabalho de socialização – o ‘*Kulturarbeit*’ – havia com grande dificuldade recalcado, contido ou revestido de uma aparência cultural apresentável” (Henri, 2013, p.2).⁹ Ou, segundo descrição de Jean-Pierre Pinel (2011), aqueles “serviços e estabelecimentos cuja missão é aportar um cuidado e/ou acompanhamento sócio-educativo junto a sujeitos que apresentam uma forma de sofrimento psíquico, de psicopatologia, de desvio, de desadaptação social ou de antissocialidade. Sujeitos que entram no campo daquilo que

⁷“Parte psicótica da personalidade” aqui denotando aspectos não diferenciados e sincréticos presentes em todo psiquismo.

⁸Embora tal nomenclatura, adotada neste trabalho, remeta à literatura mais ou menos recente produzida na França, o interesse por instituições que cabem nessa rubrica inicia-se anteriormente e alhures, nos EUA, nos anos 40, com Stanton e Schwartz, e passa pela Inglaterra com Balint.

⁹“*L’objet mésinscrit est celui qui par un ou plusieurs aspects de sa réalité visible fait resurgir en tous des démons que le long et fragile travail de socialisation – le ‘Kulturarbeit’ – avait à grand’peine refoulés, contenus, ou rhabillés d’une apparence culturelle présentable*” (p.2). (Tradução nossa).

Alain-Noël Henri designou pelo termo genérico de ‘desinscrição’[*mésinscription*]” (p.21).

Ao longo dos últimos vinte anos, com inserções e enquadres institucionais variados¹⁰ na área da saúde mental, do Poder Judiciário e da saúde mental dentro do Poder Judiciário, a proponente deste projeto tem experimentado muito do que foi descrito. Tem encontrado inúmeros desafios, dificuldades, angústias e realizações, todos eles motivando e ajudando a formular as perguntas a cujo desenvolvimento pretende dedicar a pesquisa.

Experimentando esse percurso sob o crivo do método e da ética psicanalíticos, pergunta-se: o que pode a psicanálise contemporânea pensar acerca das condições para que as equipes de instituições de cuidado sustentem um funcionamento na maior parte do tempo suficientemente criativo, móvel, propiciador de subjetivação? Que tipos de dispositivos de cuidado para com a equipe pode propor? Que dispositivos podem as equipes instaurar e sustentar para seu próprio cuidado, a fim de processar sua experiência e a tornar instrumento também do cuidado ao usuário? Ou seja: *como uma equipe de cuidado pode cuidar – instituir, proteger, manter vivos e vitalizar - de seus espaços de criatividade, subjetivação, investimento?*

Resta ainda uma consideração a explicitar. Até aqui, procuramos refletir sobre a experiência que exige trabalho psíquico individual e coletivo nestes contextos, e nomeamos o encontro com o que sofre no outro e em nós, com o que carece de inscrição e ligação, com a alteridade, com as angústias mobilizadas pelo grupo e por estar em grupo e com a instituição e o que ela porta, além dos processos agenciados nos espaços intersubjetivos. Nesse intento, porém, demo-nos conta de que pensamos esse trabalho de elaboração psíquica da experiência nos moldes do pensamento psicanalítico contemporâneo sobre o sonhar, inaugurado e decantado por Bion, catalisado pela obra winnicottiana e engrossado por autores que compõem uma

¹⁰ Consultório particular, instituição privada de tratamento em saúde mental em regime de hospital-dia e internação, departamento de psiquiatria de um grande hospital geral público e, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, equipe técnica de vara de infância e juventude, setor de avaliação psicossocial de candidatos à magistratura e de acompanhamento dos juízes em estágio probatório e serviço de atendimento psicossocial clínico a funcionários e magistrados do Tribunal. Vinculada à pós-graduação, atividade terapêutica de grupo em clínica escola universitária.

psicanálise contemporânea transmatricial (Figueiredo & Coelho Junior, 2018). O sonhar, nesta acepção, conforme se pretende desenvolver no capítulo 5, refere-se também à atividade inconsciente de produzir sentido (inclusive na vigília), de transformar experiência bruta em elementos pensáveis e relacionáveis, e é construído a partir da relação com um outro que, em algum momento, sonha por nós e nos sonha.

Se, então, levarmos em conta que a constituição de um espaço onírico próprio e da capacidade de sonhar requer um outro materno capaz de emprestar seu corpo e espaço psíquico para nos sonhar e sonhar nossos sonhos, podemos nos perguntar acerca das *condições de constituição e sustentação desse espaço onírico, ou da capacidade de sonhar, da equipe*.

Kaës (2014), em sua obra sobre a polifonia do sonho, retoma a história da compreensão psicanalítica do outro materno como condição de constituição do espaço onírico do sujeito. Ele observa que os estudos de Anzieu e Sami-Ali mostraram que “o corpo e a psique materna garantem as condições do sonho, abrigam-no e talvez o trabalhem” (p. 52) e considera que

Com a capacidade de devaneio, W-R Bion fez o estudo do sonho voltar-se para as condições intrapsíquicas e intersubjetivas da atividade onírica. Imaginou, então, um espaço que poderia ser chamado de *pré-onírico*: um espaço que é ao mesmo tempo um continente (um envoltório), um processo de transformação dos conteúdos psíquicos e um processo gerador, formados todos a partir da capacidade materna de devaneio. (Kaës, 2014, p. 23)

Pontalis (1977/2005) também abordou por um vértice que dialoga com o aqui adotado a relação do sonho com o corpo materno. Referência importante para o pensamento contemporâneo sobre o sonho e o sonhar, esse autor articula experiência do sonho¹¹, sonho-objeto e sonho-espaço, resistindo a tomá-lo apenas quer como máquina quer como objeto interno, e defendendo que “os sonhos continuem a ser sonhos, que guardem sua margem de exílio, que não se deixem aprisionar em

¹¹ “experiência subjetiva do sonhador sonhando, experiência intersubjetiva na análise” (Pontalis, 1977/2005, p. 33).

sufocantes malhas explicativas” (Frochtengarten, 2005, p.10). Que não deixem, acrescentamos, de ser também poesia.

Esse prisma onírico parece-nos expandir o campo de investigação, mostrando-nos novos matizes das perguntas elencadas. Pois, considerando: 1) o sonhar uma atividade criativa que metaboliza a experiência; 2) que tanto mãe como analista emprestam seu corpo e seu psiquismo (sua corporeidade?) para, sonhando-os e sonhando por eles, gestar a capacidade de sonhar do bebê e do par analítico; 3) que é função da equipe, como grupo, metabolizar a experiência dos profissionais, dos usuários e dos pares terapêuticos, devolvendo-a a eles transformada, mais tolerável, mais passível de ser integrada e significada; então, ***propomos pensar:***

. o sonhar como uma atividade capaz de dar lugar àquelas várias modalidades de sem-lugar que vimos nomeando; e

. que a equipe (como a mãe e o analista) tem entre suas funções a de, sonhando a experiência que se passa – ou que, encravada, não passa - no seu espaço intersubjetivo, constituir e reconstituir a capacidade de sonhar (e, assim, de dar algum lugar àquilo que o reclama causando sofrimento) daqueles que a compõem e daqueles a quem se endereça sua tarefa. Quais, pois, as condições que permitem à equipe, sonhando, sustentar os processos de vida, de análise, de subjetivação – e de assim dar tratamento aos sofrimentos individuais e grupais? Quais as condições para o sonhar compartilhado da equipe nesse tipo de trabalho institucional?¹²

Supomos, então, nessa linha de pensamento que, quando tudo vai suficientemente bem, a equipe cumpra para profissionais, usuários e pares terapêuticos um papel de outro materno que os sonha e os ajuda a instituir suas próprias capacidades sonhantes; e que a instituição, como continente da equipe, também ocupe de algum modo esse lugar materno de sustentação, demarcação, fonte de fantasias e figurações que institui, convoca, organiza e interage de variadas formas e com diversos efeitos sobre a vida psíquica e onírica de seus grupos. Admitimos também, e se espera fundamentá-lo nos capítulos pertinentes, que um espaço onírico

¹² Essa analogia faz saltar-nos aos olhos a questão do continente (suporte, metaenquadre) à mãe e ao analista: pai, família, grupos e comunidades, instituições, Estado.

operante – que cumpra sua função sonhante para a equipe – precisa, pelo menos, contar com um “envoltório”, com fronteiras e passagens, poder ser habitado (suportar sem explodir ou evacuar) pelos movimentos pulsionais de ligação e desligamento, por fantasmas, cenas e representações diversas, e ser capaz de promover transformações energéticas e simbólicas.

Assim, o rumo que a reflexão tomou no decorrer das leituras acabou por reformular as perguntas que ensejaram a pesquisa. Por ora, esta questiona as condições de constituição e preservação do espaço onírico comum e compartilhado da equipe. Ou seja: *quais as condições necessárias para que o espaço intersubjetivo da equipe seja também um “espaço do corpo materno” onde as experiências possam ser sonhadas e germinar*¹³?

Enfim, se intitulamos essa introdução com uma referência à obra de Pontalis, é porque nela encontramos a possibilidade de articular e dar lugar às problemáticas abordadas: dos diversos registros daquilo que produz sofrimento reclamando lugar na experiência dos sujeitos e dos grupos (nas instituições); e do sonhar como condição, caminho e produto do seu acolhimento e transformação.

Assim, Pontalis (1977/2005) localiza entre o sonho e a dor

o campo da experiência analítica, em sua permanente oscilação entre o que pode ser dito – deslocado, censurado, negado, mas ser dito – ou o que pode ser representado – travestido, truncado, enganador, mas entrar em cena – e o que tem de ser calado ou gritado para ser escutado: há não ditos que não são mero apagamento do que teria sido dito em outro lugar ou em outro tempo. Num pólo, o sonho, protótipo das formações do inconsciente, onde os anseios contraditórios da infância podem-se realizar e ao mesmo tempo se oferecer à decifração; o sonho: objeto de angústia e de enlevo, de nostalgia e... de análise. No outro pólo, a dor, que embaralha as fronteiras do corpo e da psique, do consciente e do inconsciente, do eu e do outro, do fora e do dentro: a dor: nos limites da análise com certeza, mas no próprio centro, ausente, da nossa fala, brecha tapada que a provação do luto e da loucura sempre pode reabrir. (p. 22)

A experiência das equipes no tipo de instituição a que nos dedicamos convive com essas duas ordens de fenômenos, aqui metaforizados pela dor e pelo sonho. Há o sofrimento do campo do sentido, fruto da colocação em cena e das distorções do que,

¹³ Nesse caso, o que institui a interdição do incesto com o corpo materno, o que insere a separação e a diferença: o metaenquadre? a instituição?

ainda que violento ou ameaçador, tem (alguma) representação. Há também aquilo que faz sofrer por não ser (naquela condição) representável, que exige custosa metabolização e que, muitas vezes silenciosamente, põe em risco a saúde e a integridade da equipe.

Entre a dor e o sonho - nesta via de oscilação, coexistência e eventual passagem do que não tem palavras para o registro da experiência compartilhável -, queremos supor, cumprindo um papel, o grupo (nele representados o corpo materno e o outro). A equipe como condição de transformação do que é e pode restar só dor em possibilidade de sonho.

Esperamos, assim, que a exploração dessa questão permita-nos indagar sobre condições e dispositivos que as próprias equipes possam sustentar em prol da vitalidade de sua capacidade de sonhar (-se). Afinal, embora muito se tenha produzido sobre as intervenções de analistas externos à equipe, convocados como consultores, interventores, supervisores ou analistas institucionais, as possibilidades se alteram no caso de um cuidado instituído e sustentado a partir de dentro, pela própria equipe.

Na medida em que visa à reflexão acerca das possibilidades de intervenções e práticas sobre sofrimentos e adoecimentos apresentados por profissionais da saúde na instituição, a pesquisa repercute, além de nesses mesmos sujeitos e em sua tarefa, diretamente nos usuários e indiretamente na compreensão e no funcionamento dos grupos, da instituição e das comunidades assistidas por esta última, contribuindo para o tratamento de conflitos e adoecimentos também nesses âmbitos.

Insere-se, portanto, no campo da psicanálise “extramuros”, que busca levar a ética, o método e a investigação psicanalíticos a contextos não tradicionais e situações em que o sofrimento apresentado não se beneficia do tratamento psicanalítico padrão, requerendo outros enquadres, dispositivos, técnicas e ferramentas

metapsicológicas¹⁴; ao mesmo tempo, e não menos importante, em que põe em trabalho a própria psicanálise.

Enfim, ao final dessa trajetória, podemos também dizer que a pesquisa constituiu um processo de encontros e descobertas, que teve entre seus resultados o de descortinar para a autora uma paisagem rica, tentadora, e apontar caminhos a seguir.

¹⁴ Como desenvolve a obra de Kaës.

2. Objetivos e Método

Sonhar o texto

Para um profissional (de cuidado, de serviço social, etc.), o retorno à universidade não se dá sem movimentos maciços de idealização, sem um certo fascínio pelo "Saber" e pela "Verdade". Tais retomadas de estudos (mais ou menos tardias) são em grande parte condicionadas por experiências de transbordamento daquilo que o sujeito pensava justamente ter barrado ou circunscrito por meio de sua posição profissional. É bastante freqüente a irrupção traumática desses elementos no curso do cuidado de outro sujeito (paciente, residente/interno, etc.) na banalidade do cotidiano institucional(...). Esses retornos aos estudos são grandes oportunidades de retomar o trabalho da civilização que incumbe a todo sujeito em vista de se apropriar de sua história e pensar sua prática; aquela em que cada um fundou suas identificações e onde mobiliza grande parte de sua criatividade¹⁵.

Georges Gaillard (2009)

É preciso iniciar a apresentação dos objetivos deste estudo por enunciar aquele que o enraíza à vida concreta e é o seu verdadeiro motor: a necessidade por parte da pesquisadora de encontrar um espaço de mediação e elaboração de sua própria experiência do trabalho institucional. Experiência que - em muito transcorrida em um meio-fio de suas possibilidades de subjetivação e com quedas para ambos os lados, tanto do seu esgotamento como do recrudescimento das defesas – pede reforços de outros e de outra instituição para ganhar movimento e ser trabalhada. A pesquisa se constitui fundamentalmente, portanto, como um exercício de ligação, figuração e construção de sentido de experiências vividas pela autora no campo institucional. Consiste, talvez, ela própria em um enquadramento que opera uma separação entre autora e experiência e que a(s) trabalha no interior dos contornos estabelecidos.

¹⁵ « Pour un professionnel (du soin, du travail social, etc.), reprendre le chemin de l'université ne va pas en effet sans des mouvements d'idéalisation massive, sans une certaine fascination pour le « Savoir » et la « Vérité ». De telles reprises d'études (plus ou moins tardives) sont largement conditionnées par des vécus de débordement de ce que le sujet pensait précisément avoir jugulé ou circonscrit au travers de sa position professionnelle. C'est bien souvent l'irruption traumatique de ces éléments, au cours de la prise en charge d'un autre sujet (patient, résident, etc.) dans la banalité du quotidien institutionnel (...). De telles reprises d'études sont autant d'opportunités de ressaisie du travail de civilisation qui incombe à tout sujet, au vu de s'approprier son histoire et de penser sa pratique ; celle où chacun a fondé ses identifications, et où il met en oeuvre une large part de sa créativité » (tradução nossa).

Este propósito se faz presente na organização da metodologia, que comporta um espaço grupal e institucional de interlocução destacado das instituições em que as experiências se deram, e que poderia, portanto, juntamente com a teoria, desempenhar a função de terceiro – instaurador de limites e brechas - nas relações entre a pesquisadora, as experiências e as instituições nelas implicadas. O grupo de pesquisa na instituição universitária - conjunto outro de vínculos intersubjetivos convocado a trabalhar sobre a experiência - seria então também pensado como um intermediário, capaz de inserir distâncias e diferenciações e de articular mediações. Consistiria em outra aparelhagem intersubjetiva, pertinente ao mesmo metaquadro sócio-cultural, porém referida a outros conjuntos intersubjetivos, chamada a articular-se às anteriores (da autora, das equipes e das instituições) na elaboração do vivido.

O estudo então se organiza como uma pesquisa bibliográfica, no campo da literatura psicanalítica, vetorizada pela experiência clínico-institucional da autora e pela pergunta formulada: o que se pode pensar, a partir da psicanálise, sobre as condições de constituição e preservação do espaço onírico comum e compartilhado da equipe em instituições de cuidado? Ou: *quais as condições necessárias para que o espaço intersubjetivo da equipe seja também um “espaço do corpo materno” onde as experiências possam ser sonhadas e germinar?*

Nesse exercício, acabamos por lograr o seguinte roteiro:

- a) *pesquisa da literatura e leitura* segundo uma modalidade comentada mais à frente;
- b) *escrita* da articulação resultante da leitura, respeitando-se o encadeamento associativo em que os fragmentos da experiência institucional se apresentaram à memória¹⁶;
- c) *retomada no grupo de pesquisa* da linha associativa e de sua elaboração escrita (aproximadamente a cada quatro meses, durante dois anos);
- d) *re-escrita* a partir da interlocução e do trabalho empreendido pelo e com o grupo.

¹⁶ Os fragmentos da experiência são apresentados no decorrer do texto em diagramação (itálico e margens ligeiramente diferentes) que os distingue do texto e das citações.

O grupo de pesquisa, composto do orientador comum, de eventuais pesquisadores convidados e de cerca de sete integrantes orientandos ou co-orientandos (com algumas variações ao longo dos dois anos), tinha como eixo organizador a pesquisa em clínica psicanalítica de grupos e era vinculado ao programa de pós-graduação em Psicologia Clínica do IPUSP. Reunia-se mensalmente.¹⁷

O processo de leitura iniciou-se pelo levantamento bibliográfico da produção psicanalítica de referência sobre o tema, com o intuito de, em seguida, articular conceitos e noções selecionados nessa literatura com a experiência da autora, como meio de problematizar a ambos.

Com vistas a essa articulação, e no propósito de sonhar o texto, optamos por uma metodologia de leitura inicialmente amparada na idéia de análise desconstrutiva do texto, tal como exposta por Figueiredo (1999) e Maduenho (2010). A tal leitura pensamos atribuir como mote o seguinte trecho de Green (1994): “Como age o psicanalista diante de um texto? Procede a uma transformação – na verdade, ele não age assim deliberadamente, pois é a transformação que se impõe a ele – que faz com que ele não leia o texto, mas o ouça” (p. 16). Não se pretendeu, portanto, a sistematização ou exegese dos textos, mas uma leitura que assume, com Figueiredo (1999), que

o texto é outro para si mesmo e que (...) o bom leitor não precisa ser um bom moço, precisa ser “apenas” um leitor atento. Atento às “impurezas”, às “irregularidades”, às “fraturas” de que um texto é feito, as alteridades do/no texto. (p. 17, grifos do autor)

Em consonância, na seqüência do trecho citado anteriormente, Green (1994) especifica:

A leitura flutuante não é uma leitura negligente – muito pelo contrário. Está atenta a tudo o que pode enganar a expectativa do leitor. Ela segue a trama do texto (texto= tecido, o que já é reconhecido atualmente), embora recusando o fio de Ariadne proposto ao leitor. Esse fio puxa o texto na direção do seu objetivo, é ele que tem a última palavra e que representa o termo do seu sentido manifesto. Dá ao texto o tratamento que costuma dar ao discurso consciente que encobre o discurso

¹⁷ A participação em atividades acadêmicas, em especial no II Colóquio Internacional da Rede Interuniversitária de Grupos e Vínculos Intersubjetivos (abril de 2018), promoveu outras interlocuções bastante presentes no processo e nos produtos da pesquisa.

inconsciente. (...) O analista, a partir das marcas que permanecem visíveis ao seu olhar-escuta, não lê o texto, ele o desliga. Quebra a secundariedade para encontrar, aquém dos processos de ligação, o desligamento encoberto pela ligação. A interpretação psicanalítica tira o texto da sua trilha (delirar = colocar fora da trilha). O analista desliga o texto e o delira. (p. 16-18, grifo do autor)

Assim, a partir dessa modalidade de leitura de obras e autores constitutivos do pensamento psicanalítico a respeito dos vínculos e instituições, e das referências delas derivadas, o estudo buscou selecionar um repertório conceitual e clínico, de autores e ferramentas, que, colocados em diálogo, problematizam e fazem trabalhar a experiência da própria autora. Pretendeu, portanto, no lugar de recolher o conhecimento por eles produzido, *perguntar-lhes* sobre a questão pesquisada, interpelá-los a partir das questões formuladas pela experiência específica da autora e atentar ao trabalho associativo assim colocado em movimento.

Quanto ao processo de escrita, cabe ressaltar o respeito à cadeia associativa que trouxe à consciência os fragmentos de experiência institucional. Assim, os fragmentos foram relatados e comentados junto ao material que os evocou, na ordem em que foram evocados, desconsiderando cronologia ou outro tipo de organização. Além disso, talvez importe considerar que, além do grupo de pesquisa, do orientador, da banca e da própria autora, o texto tem como interlocutor imaginário as equipes institucionais, compostas por profissionais de formação, experiência e referências clínicos e teóricos variados. Escrever assemelhou-se, para a autora, ao exercício de fundamentar uma conversa imaginada com as equipes que a habitam.

Conforme explicitado na introdução, o procedimento descrito foi então colocado a serviço de investigar o que tem a psicanálise produzido sobre os processos psíquicos e intersubjetivos que têm lugar nas equipes de instituições de cuidado; sobre o que se passa na vida psíquica desses grupos e em suas relações com seus sujeitos; sobre quais as condições necessárias à funcionalidade das equipes. Que condições as ajudam a sustentar sua capacidade de processar sua experiência e a tornar – quando possível - instrumento também do cuidado ao usuário? Que condições preservam sua capacidade de produção de subjetivação, de propiciação de ligações, mobilidade, alteridade?

A partir dessas indagações e da acepção do sonhar como atividade psíquica inconsciente de transformar a experiência bruta em elementos passíveis de subjetivação, a pesquisa pretende contribuir para o trabalho em equipe em instituições sócio-assistenciais por meio da identificação de operadores clínico-teóricos da psicanálise que permitam pensar condições de constituição e de sustentação da capacidade de sonhar (ou do espaço onírico comum e compartilhado) das equipes. Seu *objetivo geral* pode, então, ser definido como o *de contribuir para identificar e discutir operadores clínico-teóricos da psicanálise pertinentes ao cuidado e trabalho das equipes sócio-assistenciais*.

E como objetivos específicos:

- a) Identificar na literatura os processos, mecanismos, elementos, restos que, nas instituições de cuidado, exigem trabalho psíquico coletivo e intersubjetivo das equipes em prol de sua funcionalidade, de sua saúde psíquica e de sua tarefa;
- b) identificar operadores teóricos e clínicos que permitam pensar as condições propiciadoras e protetoras desse trabalho intersubjetivo de subjetivação da experiência pela equipe;
- c) pensar as relações entre o cuidado com a equipe e o cuidado com os usuários (com a tarefa), identificando condições que permitam tornar o que se passa com a equipe – e o trabalho psíquico dela exigido – instrumento para o tratamento do usuário.

2. Intersubjetividade em Freud?

3.1. Contextos

Equipe ambulatorial composta por psicólogos de diferentes formações e assistentes sociais. Relato sobre a recepção e triagem de usuário com queixa de episódios recorrentes de depressão, razoável apoio familiar, relações no trabalho em geral preservadas. Comentário espontâneo de um membro da equipe: “Ah, então é uma questão intra-psíquica!”. Mesma equipe, discussão acerca do encaminhamento da triagem de usuário adulto com graves conflitos no relacionamento familiar e dificuldades de estabelecer vínculos fora da família. O comentário inicial, seguido de debate na equipe, foi de que como a queixa principal parecia centrada nos relacionamentos, o tratamento deveria seguir com o Serviço Social.

Este capítulo, embora de desenvolvimento teórico, é motivado por um incômodo e uma preocupação constantes em minha experiência em equipes multidisciplinares de instituições de cuidado, e arrisco que bastante comum entre psicanalistas que atuam fora dos consultórios, em contato com profissionais de outras formações. Assim, apesar de talvez aparentar, para alguns, chuva no muito já molhado ou elaboração metapsicológica destinada a adereçar estantes de bibliotecas, provém de uma situação viva que produz efeitos na realidade das práticas institucionais e extramuros e na qualidade dos serviços por elas prestados.

Trata-se da pregnância entre muitos profissionais – médicos, psicólogos, assistentes sociais, educadores e afins - de uma pseudo-compreensão da psicanálise marcadamente distorcida pela apropriação que dela faz o senso-comum e de estereótipos criados e reforçados pela história das políticas do movimento psicanalítico. Mesmo nesses meios, é comum que a idéia que os profissionais fazem sobre o objeto e a atuação do psicanalista mostre-se ainda atada à concepção de cura padrão - ao modelo de tratamento cunhado pela clínica individual das neuroses, que deu ensejo à criação do método psicanalítico no contexto da cultura européia do século XIX e início do XX - e inclusive a disseminados mal-entendidos sobre ela.

Confrontamo-nos muitas vezes, nos diversos contextos institucionais, com o pré-entendimento tácito de que o psicanalista necessariamente preferiria adotar tratamentos individuais, longos, com frequência maior que semanal e divã. Outros enquadres derivariam de concessões resignadas. Também são correntes pré-concepções que, irônica porém tradicionalmente, deixam de fora do objeto da psicanálise ora o corpo (supostamente da alçada da medicina, deixando à psicanálise aqueles mistérios de que o discurso médico não dá conta, aqueles sintomas nos quais não se encontram determinações somáticas, aquilo que genericamente se qualifica como “subjetivo”), ora a dimensão social do sujeito, como se o “intrapsíquico” da psicanálise se constituísse independentemente do laço com o outro, eventualmente em contraste com a dimensão intersubjetiva da experiência.

Entretanto, já há décadas – remonte-se a Sandor Ferenczi, desde os anos 20 do século passado -, os psicanalistas de várias correntes tem sido atuantes técnica e teoricamente para além dos limites do paradigma clínico das neuroses¹⁸ e das paredes dos consultórios. As inflexões na compreensão sobre processo e par analíticos e na técnica foram muitas e muito significativas. Contudo, talvez principalmente em razão das divergências, dos embates e das resistências dentro da própria psicanálise, a assimilação desses desenvolvimentos pela sociedade em geral e pelas comunidades institucionais também é trabalhosa e renitente. No cotidiano das instituições, nas discussões de equipe, nas formulações de projetos terapêuticos etc., essas questões ainda constituem desafios que exigem trabalho e elaboração conjuntos dos psicanalistas e demais membros da equipe.

Assim, esse capítulo nasce do desejo de azeitar um pouco mais a circulação, tanto entre os colegas de trabalho institucional quanto entre os psicanalistas, de alguns pontos originais e organizadores do pensamento e do método psicanalítico que, na sua função de andaimes ou vigas, muitas vezes passam despercebidos (ou restam esquecidos) até àqueles que habitam o edifício.

¹⁸Ver Gurfinkel, 2001.

Bifurcação: corpo ou relação?

A mencionada ironia de encontrarmos, mesmo dentro das instituições psicanalíticas, o objeto psicanalítico alijado ora do corpo ora de sua dimensão intersubjetiva ganha sentido (de tragédia) quando se entende que uma das proposições originais da psicanálise, já em Freud, é a compreensão do homem – e do humano – assentada essencialmente sobre duas bases: o corpo (representado pela pulsionalidade) e a história intersubjetiva, ou de suas relações com os outros significativos. O psíquico – inclusive o aparelho psíquico – que Freud nos apresenta é um psíquico constituído em suas entranhas tanto pelo soma como pela intersubjetividade.

No contexto pós-freud, diferentes perspectivas e escolas da psicanálise deram ênfase a um ou a outro desses pólos, de acordo com sua leitura do texto freudiano, com a clínica privilegiada por sua investigação e com questões político-institucionais do movimento. Greenberg e Mitchell (1994), por exemplo, elaboraram um panorama da história das idéias em psicanálise (de língua inglesa¹⁹) em que, a partir das considerações epistemológicas de Khun, propõem dois diferentes modelos de abordagem teórica: o modelo estrutural-pulsional (modelo freudiano original calcado nas pulsões) e o modelo estrutural-relacional, calcado nas relações de objeto. Classificação certamente parcial, mas que nos serve para ilustrar certa bifurcação, de grau variável, das teorias psicanalíticas pós-freudianas quanto ao estatuto do corpo e das relações na constituição do sujeito.

Pela clareza da síntese que, inclusive, salienta as diferentes acepções do termo “objeto” em “objeto da pulsão” e o objeto em alteridade com o eu, convém recorrermos a um trecho de Gurfinkel (2017) acerca dos dois modelos mencionados acima:

na psicanálise freudiana original, o grande elemento articulador, que dá corpo à sua concepção de natureza humana, é o conceito de *pulsão*. A teoria das pulsões nos ensina que o objeto é contingente, ou seja, ele é primariamente um meio de se obter prazer e

¹⁹ Ficam de fora, portanto, as produções francesas e latino-americanas que, com Lacan, em geral têm importante papel na reflexão sobre a intersubjetividade na constituição do sujeito. Gurfinkel (2017, pp. 42-43) lembra-nos que a obra foi elaborada no início da década de 80, época em que a repercussão lacaniana nos EUA era ainda muito pequena.

não um fim em si mesmo, sendo, portanto, perfeitamente intercambiável ou mesmo descartado (...). Ao mesmo tempo, tal concepção teórica compreende um complexo de proposições: pressupõe que aquilo que põe em movimento toda a atividade psíquica é uma fonte energética originariamente não direcionada (libido, pulsão); descreve o desenvolvimento da criança a partir do eixo da libido; concebe as formações psicopatológicas a partir do conflito entre as pulsões e seu pólo opositor – que ora é o Eu, ora a realidade social, e ora a instância interna do supereu – e a partir da dinâmica fixação-regressão referida ao desenvolvimento libidinal -; e, finalmente, concebe a saúde a partir do paradigma de uma organização genital adulta, que pressupõe a elaboração possível das tendências narcísicas e ambivalentes... (pp.36- 37, grifo do autor)

Já no modelo pautado nas relações de objeto, “a força motivacional e as descrições do desenvolvimento, da psicopatologia e da saúde têm todas como foco central a relação com os outros; e esses ‘outros’ não são meramente alvo das pulsões ou objetos internos da fantasia, mas eminentemente sujeitos que codeterminam estruturalmente a formação da personalidade de seus pares. (p. 37).

Houve tempo (apenas relativamente passado) em que essas diferenças acirraram-se em critérios excludentes de afiliação teórico-clínica: em expressão de Figueiredo (2012), a “era das escolas”. Principalmente por razões políticas e transferenciais, de demarcação de poder dentro do campo psicanalítico, as características entre os diferentes modelos foram radicalizadas, reforçando suas fronteiras contra os demais. Entretanto, nos últimos trinta anos pelo menos²⁰, vem se constituindo uma “era trans-escolas” (Figueiredo, 2012), com autores que, de forma independente das filiações escolares, transitam entre os diferentes modelos e matrizes clínicas, operando um “atravessamento de paradigmas” capaz de transpor e integrar oposições que vigiam na teoria e na clínica: pulsões e relações de objeto; desejo, desamparo e necessidades do eu; conflito e déficit; fantasia e trauma, entre outras.

Em obra recente, Figueiredo e Coelho Junior (2018) propõem uma compreensão dos modelos teórico-clínicos da psicanálise a partir da distinção entre duas matrizes suplementares - a freudo-kleiniana e a ferencziana - e um terceiro conjunto formado pelos modelos transmatriciais²¹. Se o adoecimento é entendido pelos três como a interrupção dos processos de saúde, a primeira a atribui essencialmente à atividade de defesa do sujeito contra a experiência de angústia, e a

²⁰ Menção seja feita ao Grupo Independente da Sociedade Britânica de Psicanálise, que já resistia à dogmatização desde a década de 40, com autores do porte de Balint e Winnicott (Figueiredo, 2012, p. 15).

²¹ Entre os autores transmatriciais, destacam-se: A. Green, R. Roussillon, T. Ogden. A. Ferro...

segunda, ao colapso das possibilidades defensivas. A matriz freudo-kleiniana presumiria um sujeito sempre ativo, com defesas em tese inesgotáveis, cujos excessos atravancam ou interrompem o desenvolvimento. A matriz ferencziana, na qual se incluem Balint, Spitz e Winnicott, encontraria um sujeito em estado de passivação e remeteria o adoecimento a experiências precoces que aniquilaram partes do psiquismo, promovendo áreas desérticas, de morte e devastação, sem condições de resistência ou mesmo da experiência viva da angústia (fala-se antes em “agonia”). Os autores então sugerem que os diferentes projetos transmatriciais articulam doses variáveis de Bion (representante da matriz freudo-kleiniana) e Winnicott (matriz ferencziana), ambos com estatuto particular em cada uma de suas matrizes em razão de sua abertura e de seu potencial de articulação à outra. Observamos que o reconhecimento de “uma psicanálise que coloca todas as suas fichas na premissa de uma atividade psíquica inesgotável e outra que abre espaço para pensar o esgotamento do psiquismo, sua passividade, seus silêncios e vazios” (Figueiredo & Coelho Junior, 2018, p. 20) implica também em diferentes ênfases quanto aos papéis do intrapsíquico e do intersubjetivo e de sua relação. Contudo, a relação entre as matrizes e a ênfase em um ou outro desses pólos não é simples, e mesmo dentro de cada uma delas há modulações.

Enfim, um movimento de diálogo como o que tem se desenhado nos impele a fantasiar, apelando-se para uma esperançosa elasticidade imaginativa, que as principais ramificações da sempre acidentada estrada freudiana possam travar novos encontros entre si, cada uma delas engrossada pelos quinhões de terreno que angariou no processo. E conceitos e noções fundantes possam novamente ser avistados caminhando lado a lado, talvez, quiçá, até à luz do dia.

Intersubjetividades pós-freud.

Nessa caminhada, podem e devem soltar farpas, se fustigar e provocar: atrito produz movimento e calor. Tantas psicanálises colocadas, com suas diferenças, a conversar e trabalhar juntas – o que não se traduz por reduzir umas aos termos da outras ou a forçá-las todas dentro de um molde comum artificial-, expressam a

fertilidade da discursividade²² inaugurada por Freud. Este se situa, para Foucault (1969), entre aqueles “autores transdiscursivos”, que

abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram. Dizer que Freud fundou a psicanálise não quer dizer (não quer simplesmente dizer) que encontramos o conceito da libido ou a técnica da análise dos sonhos em Abraham ou Melanie Klein, quer dizer que Freud tornou possível certo número de diferenças relativamente aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses que relevam do próprio discurso psicanalítico. (p. 60)

Daí que haja no campo pós-freudiano diferentes visões e uma rica discussão sobre o que se chama intersubjetividade. Aquela aberta por Freud – para muitos então não mais que em semente - deu ensejo a outras, com diferenças entre si. Apenas como exemplo, segundo Tubert-Oklander (2014)²³, diversamente das tradições inglesa e americana, a perspectiva psicanalítica francesa, com influência da fenomenologia de Husserl e da teoria de Lacan²⁴, toma o grupo como paradigma metodológico para a análise da intersubjetividade, e ressalta o espaço do negativo - a ausência, a alienação, as alianças inconscientes e a transmissão psíquica.

Já a perspectiva anglófona, influenciada pela obra de Klein, com destaque para Bion e Winnicott, na Inglaterra, e Searles, Bollas e Ogden, nos Estados Unidos, teria focado a intersubjetividade (tanto do funcionamento psíquico como do processo analítico) a partir principalmente do conceito de identificação projetiva (formulado por Klein em 1946). Ogden (1996) sintetiza essa compreensão: “o conceito de identificação projetiva introduz uma concepção do sujeito constituído no contexto de um complexo sistema de forças psicológicas interpessoais. Com a introdução do conceito de identificação projetiva, a idéia da interdependência entre sujeito e objeto se torna fundamental para a compreensão analítica da criação e desenvolvimento da subjetividade” (p. 7).

Note-se, entretanto, que a obra de Winnicott opõe ressalvas a ambas as posições mencionadas acima. Incontestavelmente britânico, fundou seu pensamento

²² Na acepção de Foucault (1969). Ver também Kupermann (2009) e Munhoz (2015, pp. 74-79).

²³ Para seguir nessa discussão, ver também Kaës (2011, pp. 22-23).

²⁴ De acordo com Kaës (2011), Lacan, dos primeiros a dar desenvolvimento à problemática, “só descreve a realidade psíquica que se produz no e pelo vínculo intersubjetivo para reter sua consistência imaginária” (p. 23).

sobre o tema do negativo e da ausência, como bem exposto por André Green em “A intuição do negativo em *O Brincar e a Realidade*” (2003)²⁵. Além disso, entre outras diferenciações com relação ao tronco Klein-Bion, o conceito de identificação projetiva não é especialmente relevante para sua compreensão da problemática intersubjetiva, calcada em outras vias, como o seu conceito de comunicação.

A Argentina, especialmente a partir da década de 50, com autores como Pichon-Rivière, José Bleger, Marie Langer, Emilio Rodrigué, relacionou-se com a problemática intersubjetiva por meio de uma psicanálise de inspiração freudo-marxista (Castanho, 2017), engajada nas dimensões política e social do sujeito e da vida, que explicitava relações com as ciências sociais e foi fértil em experimentar e criar práticas grupais, institucionais e no âmbito da saúde pública (Plotkin, 2003).

No Brasil, Figueiredo e Coelho Junior (2003) formularam uma síntese organizadora das dimensões essenciais da intersubjetividade – ou da presença do outro – na constituição do sujeito para o pensamento psicanalítico pós-freudiano²⁶. “Ao invés de uma referência unificada ao ‘outro’, sustenta-se que o outro sujeito torna-se presente e eficaz de formas muito diversas” (Figueiredo, 2009, pp. 4-5). Assim, reconhecem quatro figuras da intersubjetividade, que contemplam e podem ser relacionadas às diferentes ênfases dos modelos teóricos. Entendem que nenhuma delas detém anterioridade histórica ou lógica perante as outras e que mantêm entre si contínuo e necessário jogo relacional. São elas: a intersubjetividade transubjetiva (o Outro do acolhimento, englobante), a intersubjetividade traumática (o Outro da diferença radical), a intersubjetividade interpessoal (o Outro do reconhecimento especular) e a intersubjetividade intrapsíquica (o outro dentro) (Figueiredo, 2012).

Grosso modo, a primeira delas, passível de ser encontrada nas teorias de Bion, Winnicott, Kohut e Lacan, relaciona-se a aspectos da indiferenciação total ou relativa eu-outro, da “imersão primária no campo transubjetivo” (Figueiredo, 2012, p. 119), e se refere às funções do outro de acolher, sustentar, conter. A segunda, reconhecível,

²⁵ O negativo em Winnicott é visível na sua abordagem das ausências, do espaço *entre*, do silêncio, do repouso, da espera, da simbolização, do paradoxo... e permite pensar os fenômenos transicionais, o espaço potencial, o núcleo do *self* isolado, o disforme etc. (Green, 2003).

²⁶ Os autores investigam também as concepções e figuras filosóficas da intersubjetividade, que por motivo de foco não são abordadas neste trabalho. Ver também Birman (1993, p.14).

entre outros, em Lacan e Laplanche, contempla a experiência da incompletude, do enigma da diferença, do instituir-se no encontro traumático com o outro “sexuado e, ele mesmo, desejante, vulnerável, dotado de um inconsciente” (p. 138). Refere-se às funções do outro de separar, cortar, e de despertar, interpelar, convocar. A terceira, figurada em Winnicott e Kohut, supõe uma relação com o outro em que há dois sujeitos separados, porém capazes de se reconhecer, espelhar, testemunhar. A última delas - o outro dentro – diz respeito à intersubjetividade que trazemos inscrita, em suas diversas modalidades, na nossa dimensão intrapsíquica, e que nos põe abertos à alteridade (Figueiredo, 2009, p. 6).

Figueiredo (2009) situa que

frequentemente, os autores ditos intersubjetivistas (cf. Renik, 2007) privilegiam, exclusivamente, o outro da interpessoalidade, enquanto os autores ditos relacionais (cf. Spezzano, 2007) enfatizam quase com exclusividade o outro transubjetivo; de outro lado, autores como Laplanche acentuam o outro traumático. São estas três condições do objeto primário – identidade, diferença e semelhança – que participam sempre, em doses e equilíbrios dinâmicos variados, mas sem que um preceda em importância e no tempo os demais, dos processos sociais e psíquicos, ora com efeitos estruturantes, ora com efeitos patogênicos. (p.5)

Coelho Junior (2010) reforça o caráter dialógico da relação entre intrapsíquico e intersubjetividade, lembrando que a própria noção de subjetividade singular, em psicanálise, comporta o enraizamento no soma, o atravessamento pulsional e o outro inscrito dentro. Em uma discussão em que propõe a noção de corporeidade para articular, entre outras questões, essas dimensões, afirma:

não consigo mais opor as dimensões ditas ‘intrapsíquicas’ (aparelho psíquico, objetos internos, pulsões - o Id como caldeirão -, instâncias psíquicas) às ditas ‘intersubjetivas’ (relação com o outro, o ambiente, o objeto externo etc.). (...) A corporeidade é, ao mesmo tempo, interna e externa. É a presença irrecusável das pulsões e abertura permanente para o mundo, para os outros. (p. 56)

Intersubjetividade em Freud?

A abrangência, as implicações e concepções da intersubjetividade na obra de Freud também são fonte de debate entre os psicanalistas. A lealdade positivista da escrita freudiana (que, se não subvertida, acaba ao menos problematizada) (Birman, 1993) permite leituras em que a alteridade, representada pelo objeto e suas relações,

teria um papel apenas secundário, apoiado e referido ao da pulsão. Para essa direção tenderiam, por exemplo, os autores mencionados anteriormente que opõem, no desenvolvimento das idéias psicanalíticas, um modelo pulsional freudiano a um modelo das relações de objeto.

Não é esse nosso entendimento. Com base nas idéias que esperamos explorar neste trabalho, compreendemos que, embora não exatamente nomeados como tal, o outro, os sistemas de laços e os pactos e renúncias em função deles são, junto com o soma, elementos estruturais do pensamento de Freud sobre o aparelho e os fenômenos psíquicos. Muitos psicanalistas e pensadores da psicanálise apontaram e seguiram por esse caminho. Um exemplo representativo é a formulação de Kaës (1991, 2011) acerca do duplo apoio da realidade psíquica sobre o que chama de suas “duas margens”, a corporal e a institucional, ou corpo e intersubjetividade.

Em justa representação da densidade da questão, Kaës (2018) observa que, em Freud,

o sujeito é antes de tudo estruturado pelo ‘destino pulsional’, pela derivação biológica das pulsões, pela repressão e pelo recalque que elas exigem, pelas suas formações, instâncias e processos que constituem a matéria de sua metapsicologia. Não pretendo com isso dizer que o sujeito freudiano se resume a isso, visto que Freud mesmo sentenciava inúmeras vezes que o outro (que eu particularmente nomeio como ‘mais-de-um-outro’), sendo objeto da pulsão e das representações inconscientes, está implicado nas diversas modalidades e funções das identificações e nas instâncias que elas ensejam. (pp. 20-21)

Sem dizer que o próprio recalque, que institui a renúncia pulsional e a tópica do aparelho psíquico, inaugurando a humanidade do homem da horda e de cada um de nós, é tributário (dos pontos de vista onto e filogenético, se lembrarmos das teses de *Totem e Tabu*) do sistema de laços e dos pactos deles derivados. É descendente, portanto, do desamparo e da dependência constitutiva do homem em relação ao outro ou ao grupo²⁷.

²⁷Essa via também poderia nos levar à consideração do supereu como a instância freudiana onde a presença do outro e da cultura é inegável. Seu mais famoso epíteto, herdeiro do complexo de Édipo, exprime desde logo sua filiação em relação às relações objetais do sujeito. Entretanto, não seguiremos por esse caminho, do qual apenas nos limitamos a destacar seu desenvolvimento por Figueiredo (2009) que, articulando-o ao supereu de Klein e seu mundo de objetos internos não assimilados ao Eu, propõe

Para enfim abrir o cerne do capítulo, recorramos a algumas clássicas e claras palavras do próprio Freud (1921/1976):

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. (...) de maneira que, desde o começo, a psicologia individual nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (p.91)

3.2. Matriz grupal do intrapsíquico.

Este primeiro argumento é organizado principalmente em torno de uma leitura de Freud pelas lentes de Kaës (2003), que nos chama a atenção para que “desde o Esboço até o fim da sua obra, o modelo do grupo não deixará de constituir para Freud uma das representações mais constantes do aparelho psíquico” (p. 116). Esse autor explicita uma lógica de grupo, de grupalidade - de ligações, associações, arranjos e separações – que define uma propriedade fundamental do funcionamento do aparelho psíquico descrito por Freud e que permeia estruturalmente as construções de sua obra.

Assim, bem antes de pensar e se deter sobre o tema grupo, Freud o utiliza para figurar a organização intrapsíquica.

Freud nomeia grupo-psíquico um conjunto de elementos (neurônios, representações, afetos, pulsões,...) ligados entre si por investimentos mútuos, formando uma certa massa e funcionando como atratores de ligação (...). O primeiro esboço freudiano de uma definição do Ego é a de um grupo psíquico; a primeira representação do Inconsciente é a de um grupo psíquico clivado. (Kaës, 2003, p. 22)

Poderíamos ainda enumerar muitas outras formações grupais descritas por Freud, tal como a constituição do superego como herdeiro do complexo de Édipo (cena grupal), paladino da cultura e agente/braço infiltrado do id, ou as múltiplas identificações que compõe o eu. O leitor há de se lembrar de outras tantas.

o superego como a sede da “dimensão intersubjetiva do intrapsíquico” (Figueiredo, 2009, p. 10), mencionada anteriormente.

Do grupo psíquico descrito por Freud, Kaës (2003) deriva sua concepção de grupos internos, que torna mais nítida a lógica grupal do aparelho pensado por Freud. Em suas palavras:

Um grupo interno é uma configuração de vínculos intrapsíquicos entre pulsões e objectos, as suas representações de palavra ou de coisa, entre instâncias do aparelho psíquico, imagos ou personagens. A rede das identificações, a estrutura distributiva, permutativa e dramática dos fantasmas originários, as instâncias do aparelho psíquico e especialmente o Ego, os sistemas de relação de objeto, os complexos e os imagos, compreendendo as da psique, a imagem do corpo, a horda originária interna... (p. 119)

O autor dá curso à proposição freudiana concebendo uma relação de mão-dupla entre grupos internos e externos: tanto os primeiros são efeito dos segundos - admitindo-se que “a psique se estrutura com base na matriz e nos vínculos intersubjetivos do grupo primário” (Kaës, 2011, p. 100) -, quanto dispõem sobre investimentos, organização, vínculos e processos dos grupos subseqüentes, como organizadores grupais inconscientes. Kaës insiste, porém, em um ingrediente fundamental: os grupos internos não resultam apenas das internalizações dos vínculos ou experiências objetais, são decorrentes também da propriedade inerente à matéria psíquica de se associar e organizar em grupo (2011, p. 104). Propriedade esta patente na obra freudiana.

Em consonância com essa compreensão, Castanho (2012, pp. 45-47) esmiúça a terminologia alemã usada por Freud para referir-se à ligação - *Bindung*, *Beziehung* e *Verbindung* – para demonstrar como esses termos, ao nomearem a problemática de ligação e desligamento entre elementos nos registros biológico, intrapsíquico e do laço social, operam uma ligação-articulação também entre esses diferentes registros. Ligação das representações limitando o livre escoamento das excitações; ligação da energia livre; ligação de diferentes tipos de neurônios; termos ligados em uma cadeia associativa; formação do Eu como grupo de neurônios ligados; ligação na pulsão entre corpo e psique; ligação entre pessoas e com o grupo etc. O autor sublinha, assim, um funcionamento do aparelho psíquico em que os processos de ligação e desligamento são não apenas centrais, mas constitutivos de uma “dimensão intrapsíquica que se relaciona com a ligação das pessoas entre si” (p. 47).

Kaës (2003) usa o termo grupalidade psíquica para se referir a essa propriedade essencial da psique: de revelar-se “na sua consistência e actividade como disposição de forças e de formas da ligação (*Bindung*) e de desligação (*Entbindung*), como trabalho da associação (*Verbindung*) e da dissociação (*Abspaltung*) das representações, dos afectos e dos objectos” (p.119). As implicações dessa grupalidade - passível de ser identificada em Freud desde suas proposições iniciais e progressivamente mais elaborada – na configuração e na dinâmica dos vínculos intersubjetivos nas equipes instituídas são alguns dos aspectos que este trabalho busca trazer à baila quanto ao trabalho institucional.

Essas idéias têm suscitado muito desenvolvimento teórico e técnico. Porém, para os presentes propósitos, entendemos suficiente que os conceitos de grupalidade psíquica e de grupos internos comuniquem a compreensão freudiana de um aparelho psíquico dotado ele próprio de propriedades grupais e de que as relações intersubjetivas que se ordenam à volta do sujeito constituem uma rede no interior da psique deste (Kaës, 2003). Enfim, de que o intrapsíquico é vinculado e vincular.

3.3. A pulsão e seus outros

Muitos psicanalistas e pensadores críticos à psicanálise lêem na teoria pulsional de Freud uma concepção inatista ou endógena de sujeito. De fato, há no texto freudiano espaço para essa leitura, e críticas coerentes e ricas já foram elaboradas com base nela, a exemplo de Fairbairn, em geral reivindicando-se à provisão ambiental aquilo que era tido na conta da pulsão²⁸.

Contrariamente, elegemos a teoria pulsional um dos prismas por onde argumentar em favor da presença, mesmo que ambígua, da intersubjetividade nas concepções freudianas. É lugar-comum, sempre evocado, a célebre definição da pulsão como conceito limite entre o soma e o psiquismo (Freud, 1915/2004). Ora, é importante lembrarmos nesse refrão que, já para Freud, este encontro entre corpo e

²⁸ Ver em Gurfinkel (2017) como a pulsão de morte freudiana e a teoria kleiniana, sob certo aspecto, reforçaram o caráter inato do pulsional, a segunda colocando uma série de experiências sob essa rubrica. Fairbairn formulou teoria em que a meta pulsional não é o prazer/descarga, mas o objeto. Green confere ao objeto a função de revelar (convocar) da pulsão.

psique se faz mediante o objeto, em suas variadas modalidades. Este é o argumento central do presente tópico, organizado principalmente a partir de nossa leitura de Joel Birman (1991, 1993, 1996, 2001).

É ao longo da história do sujeito com o meio (misturado a ele ou não), com o que está à sua volta e com o que tem do outro em sua própria pele e substância – vale insistir, no encontro com o outro (vivido ou não como tal) –, que as pulsões, inicialmente exigência de trabalho do soma ao psíquico (Freud, 1915/2004), conquistam e fazem-se inscrições psíquicas. Em uma história de encontros e desencontros com o outro, elas vão cunhando caminhos para a satisfação, traçando circuitos facilitados, constituindo um repertório de representações, um campo de contingência para a eleição dos objetos substitutos e dos caminhos possíveis em direção à meta.

Entendemos, portanto, que, pelo menos na primeira teoria pulsional²⁹, a pulsão só se configura como tal – com fonte, pressão, meta e objeto – após o volteio pelo outro, com a passagem pelo outro. O conceito de pulsão, neste ponto da teoria, não prescinde do registro psíquico. E a relação intersubjetiva (do ponto de vista do observador, pois para o sujeito ainda não se discriminam dois) exerce um papel fundamental no processo de inscrição originária da experiência pulsional. Escusado o trocadilho, a noção de corpo erógeno (Freud, 1905/1989) dá corpo a esse raciocínio. À medida, inclusive, que o recalque incide sobre as representações (que, como vimos, passam pelos outros) e é ele próprio em parte dividendo da relação com o meio, entendemos que o próprio aparelho psíquico da primeira tópica contempla em sua constituição o outro.

Por ora, essa via delineia para nós a compreensão (tensionada mais além) de que *a interação com o outro é parte constitutiva da experiência pulsional* e que esta experiência, por sua vez, está no cerne do aparato psíquico freudiano.

²⁹ Depois, veremos adiante, a alteridade se faz necessária para garantir a vida.

Birman (1991) apresenta essa idéia já matizada tanto pela segunda teoria pulsional como pelas teorias pós-freudianas francesas sobre os processos de simbolização³⁰:

No momento mítico da constituição da psique, o infante estaria submetido a uma enorme pressão pulsional, sem possuir nenhum meio de domínio desta pulsionalidade. Falta-lhe um sistema de representações capaz de dominar e fixar as pulsões (...). Enfim, para sobreviver ao bombardeamento pulsional, o infante tem que fixar e dominar de alguma forma as pulsões no universo da representação e, na expressão de Laplanche, realizar o processo de simbolização primária. . . Com isso, o futuro sujeito é obrigado a ter que contar com o outro como suporte, face a sua impossibilidade de elaborar representações (...). Colocado nesta posição de suporte do infante, o outro representa o intérprete de sua pressão pulsional. (p. 123)

Nota-se que a segunda teoria pulsional de Freud, ao identificar uma ordem de pulsões silenciosa e autônoma com relação à representação, delimita pulsão e representação, esta última não sendo mais parte constitutiva daquela. O mesmo autor (Birman, 1996, 2001) enfatiza então como essa inflexão vem tornar a abertura do aparelho psíquico à alteridade uma questão de vida ou morte. Retomando o aspecto quantitativo da pulsão (seu caráter de intensidade não representada e não de todo representável), entende que os postulados da pulsão de morte e da anterioridade do princípio do Nirvana apontam como tendência originária no humano a descarga absoluta. A instituição do princípio do prazer - que torna possível a vida - passa então a uma conquista dependente da ligação da força pulsional em circuitos no campo objetal, ou seja, do trabalho de Eros.

Explica Birman (2001) que, havendo Freud, em 1924, anunciado

a primazia do princípio do Nirvana, onde se afirma que, no caso do organismo humano, o movimento inicial seria para a morte e não para a vida, e para que essa se institua necessário seria o contraponto vital realizado pela pulsão de vida. Somente assim o princípio do prazer se instituiria no psiquismo, que, deixado a si mesmo, não teria condições de sobrevivência com os próprios instrumentos. (p. 42)

³⁰ Autores pós-freudianos, tais como Laplanche, Aulagnier, Roussillon, em especial na França, desenvolveram e sofisticaram esta linha de pensamento ao pensar os processos de simbolização.

Freud coloca, então, o domínio dos efeitos mortíferos da pulsão na dependência da ação de Eros (articulado no laço com o outro). Sem essa mediação, sem o trabalho de simbolização do impacto pulsional, a

vida se tornaria algo impossível de ser regulada. (...) na espécie humana, a viabilidade do organismo depende do Outro e da organização do psiquismo. Se o organismo não passar pela mediação do Outro, ele estará condenado ao trauma mortífero e a uma hemorragia contínua das forças pulsionais, que tomará a via fatal da descarga contínua. (Birman, 2001, p. 69)

Nos Comentários do Editor Brasileiro à obra *Pulsões e Destinos da Pulsão* (Freud, 1915/2004), numa exegese do conceito em Freud, Luiz Hanns (2004) também exprime compreensões caras aos objetivos deste trabalho por realçarem corpo e alteridade. Entre elas:

Freud destaca uma especificidade humana e cultural que altera profundamente o percurso, interfere na síntese e fusão entre pulsões e retroage sobre todo o arco pulsional: as pulsões aderem (*bindensich*, ligam-se, enlaçam-se) a representações e afetos organizados como linguagem. (p.140)

À linguagem, posto que comunicação, não se tem como negar a referência ao outro.

Em outro trecho do texto, o autor acha por bem reforçar:

É preciso lembrar que, se por um lado o *Trieb* emana da natureza, precipita-se historicamente nas espécies, ancora-se no somático e invade a vida psíquica arcaica como imperativo, por outro lado no psiquismo humano e na esfera da linguagem, embora continue a carregar essas dimensões anteriores, ele as ultrapassa e ressignifica, alterando-se profundamente, sem contudo jamais desligar-se do corpo. (Hanns, 2004, p. 143)

A linguagem é um elemento-chave mediante o qual podemos vislumbrar a presença do outro na trama pulsional. Uma gama de autores pós-freudianos, em especial na França, sofisticou a argumentação exposta acima com aportes teóricos outros, articulando-a também ao processo de simbolização. Como veremos mais adiante nesta dissertação, a idéia desenvolvida por Kaës do espaço psíquico institucional como intermediário (interno-externo), portador e estruturador de nossa

parte mais indiferenciada, aproxima-o do conceito de pulsão como o vimos apresentando. Diz Kaës (1991): “Aí estão dois conceitos limites [espaço psíquico institucional e pulsão] que através do apoio articulam o espaço psíquico às suas duas margens heterogêneas: a margem biológica que atualiza a experiência corporal e a margem social que atualiza a experiência institucional” (p. 2).

Autores afinados com o pensamento de Winnicott observam a incidência do outro sobre a experiência pulsional pelo ângulo da constituição e desenvolvimento do eu. Consideram a qualidade e os destinos da experiência pulsional a partir das condições do eu para experimentá-la, o que, por sua vez, está em estreita dependência do meio.

A problemática do eu em suas relações com as pulsões e com o outro, já em Freud, é densa e nem sempre clara. Apenas registremos aqui mais um ponto nodal da articulação em nada - nem nas ideias nem na vida - simples entre pulsionalidade, eu e alteridade: a teoria de Freud sobre o narcisismo e o desenvolvimento que lhe é dado por Lacan ao dispor sobre o estágio do espelho, colocando explicitamente o outro no vértice da “nova ação psíquica” (Freud, 1914) que atribui unidade ao eu³¹.

Esses últimos e outros tantos refinamentos teóricos nos exigiriam outro trabalho. Finalizamos então este tópico com a observação de que a problemática desenvolvida por Kaës sobre o trabalho psíquico imposto pela subjetividade do outro e o trabalho da intersubjetividade tangencia esta discussão (Kaës, 2003, p. 120; 2011, p. 224-225)³², uma vez que diz de outra forma com que o outro interpela, convoca, agencia e participa da economia pulsional do sujeito. Grosso modo, da idéia de Freud sobre os cuidados maternos no suporte à pulsão entende-se que “as condições intersubjetivas da relação primordial solicitam as fontes pulsionais do bebê e organizam as excitações em processos” (Kaës, 2003, p. 121).

³¹ Ver Birman (1993, p. 20).

³² Essas noções de Kaës se relacionam e nutrem de conceitos de Laplanche (“movimento ao contato do movimento do objeto”), Bion (função alpha e capacidade de *rêverie*) e de contrato-narcísico e porta-palavra, de Aulagnier (Kaës, 2003, p. 121).

Entende-se aí por subjetividade do objeto a qualidade da experiência e da atividade psíquica do objeto na relação³³. Assim, a experiência que constitui o sujeito não é apenas com o objeto, mas implica “também o outro do objeto (Green) e o outro no objeto (Kaës)” (Kaës, 2003, p. 123). Com isso, temos que a experiência do sujeito com o objeto (que, participando do contorno de sua experiência pulsional, virá a constituí-lo) passa também pela qualidade ou pelas modalidades da presença do outro no objeto. Vislumbre de uma cadeia de vínculos na constituição de um simples sujeito.

As condições intersubjetivas que “solicitam as fontes pulsionais” também dizem respeito ao inconsciente partilhado nos grupos sociais (primários ou não) do sujeito, como as renúncias, obrigações, pactos que este é convocado a subscrever para ser investido pela comunidade, para vir a pertencer ao grupo. Ao sujeito, no processo de se constituir como tal, é exigido que construa sua relação com essas condições. É esse o trabalho psíquico imposto ao sujeito pela intersubjetividade, para além do trabalho imposto pela subjetividade do objeto. Trabalho que também implica e incide sobre a pulsionalidade: suas alocações, economia, destinos e desenhos.

Portanto, de acordo com esse ponto de vista (que já se deslocou da letra freudiana para o campo aberto por sua obra), a subjetividade do objeto (a qualidade de sua experiência, da sua atividade psíquica e da presença do outro em si) e a intersubjetividade impõem ao psicossoma uma exigência de trabalho psíquico que se articula àquela exigência que lhe é imposta pelas pulsões e que acaba por tomar parte na ordenação, na economia e na dinâmica do aparelho psíquico “individual”.

³³ Objeto aqui não subsumido à ideia de objeto interno, mas reportado ao outro da relação intersubjetiva.

4. Sonho e não sonho no processo analítico.

inflexões contemporâneas

“O sonho não é mais o que era”.

(Pontalis, 1971/2005)

“Não trabalhamos mais *sobre* os sonhos, mas *com* os sonhos”.

(Giuseppe Civitarese, 2015)³⁴

4.1. Função ensonhante do outro

Se a leitura da intersubjetividade em Freud é controversa, hoje não se discute que na história da psicanálise a problemática foi abertamente inaugurada por Ferenczi, que, no final da década de 1920, já chamava a atenção para a qualidade da presença do analista, a afetação mútua no encontro analítico, o trabalho a partir da contratransferência, e a suposição de neutralidade como defesa do analista contra a experiência emocional na relação, entre muitas outras questões caras à clínica psicanalítica contemporânea (Kupermann, 2008; Dallazen & Kupermann, 2017; Gurfinkel, 2001). A dimensão intersubjetiva foi enfocada por ele tanto no processo analítico quanto na formação do sujeito, por meio da configuração de sua economia pulsional³⁵.

Embora lançada às sombras pela desaprovação freudiana³⁶ e apenas décadas mais tarde retomada em todo seu vigor, a obra de Ferenczi vinha já subterraneamente colocando em trabalho a psicanálise anglo-saxã, com Balint e Melanie Klein (que fora

³⁴ “*On ne travaille plus sur les rêves mais avec les rêves* » (grifos do autor; tradução nossa).

³⁵ Em especial, Ferenczi (1929), Cintra, Tamburrino e Ribeiro (2017, p. 19), Kupermann (2008) e Gurfinkel (2001 e 2017).

³⁶ Desaprovação posteriormente tema de obras, pesquisas e elucubrações, que levantam, ao lado das divergências técnicas e teóricas, questões transferenciais e do relacionamento pessoal entre eles, além de resistências pessoais de Freud (Dupont, 1990; Balint, 2011, Gurfinkel, 2001, 2017).

sua aluna e analisanda) entre os demais autores - Fairbairn, Abraham e Winnicott³⁷ - que foram os principais artífices do “pensamento das relações de objeto”, uma das vias pelas quais a psicanálise de língua inglesa desenvolveu a problemática da intersubjetividade.³⁸

Tratando da discussão de Gurfinkel a respeito, Mezan (2017) sintetiza:

a partir de indicações na obra de Abraham, e de bem mais do que isso na de Ferenczi, o pensamento das relações de objeto se constitui e atinge a maturidade com ‘os três mosqueteiros’ que viveram na Grã-Bretanha [Balint, Winnicott e Fairbairn], cujo trabalho, por sua vez, é uma das fontes de muitos autores da terceira e da quarta gerações – André Green, Thomas Ogden, Christopher Bollas, René Kaës, e outros. Alguns o vêm [o pensamento das relações de objeto] articulando ao paradigma pulsional herdado de Freud. (Mezan, 2017, pp. 22-23)

Parte relevante da tradição psicanalítica anglófona atribui a Klein e sua conceituação da identificação projetiva, de 1946, papel central no desenvolvimento de uma concepção intersubjetiva de sujeito e processo analítico (Ogden, 1996; Cintra et al., 2017). Contudo, entendemos que, talvez à semelhança do que argumentamos em relação a Freud, ela mesma não chegou a ocupar o espaço que abriu. Sua clínica e obra - sem a ferramenta da contratransferência e bastante articulada com as noções de pulsão de morte e inveja primária – conservaram certo acento no intrapsíquico e no inato, tematizando principalmente as relações entre e com os objetos internos (Gurfinkel, 2017). Nesta pesquisa, nossa reflexão afina-se mais à transformação operada por Bion nas contribuições kleinianas, como veremos logo a seguir, e às perspectivas abertas por Winnicott, que conferiu uma dimensão mais fundamental à problemática da intersubjetividade. As referências ao pensamento deste último, assim como as questões que coloca ao nosso tema, serão apontadas em muitos momentos desta dissertação, restando, porém, uma exploração que faça justiça a sua densidade e amplitude para uma próxima pesquisa.

³⁷ Muito sucintamente: Abraham caracterizou os estágios libidinais por meio de, entre outros, modos de apreensão de objetos; e Fairbairn desenvolveu a hipótese de que a busca da libido seria por objetos, não por prazer (Gurfinkel, 2017).

³⁸ Nos EUA, teria influenciado, entre outros, Sullivan e Searles (Sabourin, 1990). Na França, foi retomada, via Balint, na década de 60 (Gurfinkel, 2017).

Em Klein, o conceito de identificação projetiva já representa algum papel na constituição do psiquismo, considerando-se o jogo dos mecanismos de projeção-introjeção, mas tem mais explorada sua função defensiva, de expulsão de aspectos insuportáveis. Bion (1959/1994), tomando-o em sua função de comunicação, articulou-o a uma teoria que, ainda que considerando o fator constitucional, concebe o desenvolvimento do aparelho psíquico mediado pelo laço intersubjetivo. Entende que necessitamos do trabalho psíquico feito por outro sobre nossa experiência emocional, tanto quando ela excede nossa capacidade de processá-la (necessariamente no início, mas também no decorrer da vida³⁹) quanto para a construção e expansão de nosso próprio aparato de trabalho psíquico, nosso próprio aparelho de pensar. A identificação projetiva, nossa primeira forma de comunicação, seria então o meio pelo qual são compartilhados e buscam trabalho elementos da experiência ainda não pensados, brutos, ou cujo acesso à representação encontra-se prejudicado.

Em Bion esse processo tem mão-dupla: depende também fundamentalmente da receptividade e das condições do outro. O bebê comunica à mãe, via identificação projetiva, suas experiências ainda impensáveis para que ela as contenha, lhes dê trato e as devolva mais digeríveis, menos intoleráveis. Só então, ele pode integrá-las, fazer algo com elas e ir constituindo e expandindo sua própria mente, seu próprio aparelho para pensá-las. Vemos então como “para Bion, um psiquismo sozinho não pode existir, ele precisa de outro psiquismo” (Civitarese, 2013, p. 12)⁴⁰. Se a parte do outro falta, o processo não se completa e tudo se complica. A esperada disponibilidade para abrigar e dar trabalho inconsciente à experiência do outro, para sonhar sua experiência, é chamada capacidade de *rêverie*, expressão ou fator da função *alpha*, que transforma as impressões sensoriais, tornando-as armazenáveis e disponíveis ao pensamento inconsciente (Bion, 2000, p. 69). Na ausência de alguém que a exerça ou no fracasso dessa troca, o desenvolvimento do aparelho de pensar – do aparato de trabalho psíquico inconsciente – fica obstruído e se seguem muitas decorrências.

Sinteticamente, nas palavras de Bion (1959/1994),

³⁹ Cintra (2017) nos lembra que, para Bion, “quanto mais primitiva e intensa for a emoção, maior será a necessidade de duas mentes para lidar com o acontecimento” (p. 25).

⁴⁰ “Pour Bion, une psyché seule ne peut pas exister, elle a besoin d’une autre psyché » (tradução nossa).

o elo de ligação entre o paciente e o analista, ou entre o bebê e o seio, é o mecanismo de identificação projetiva. Os ataques destrutivos a este elo de ligação originam-se numa fonte externa ao paciente, ou ao bebê; ou seja, no analista, ou no seio. O resultado é a excessiva identificação projetiva por parte do paciente e a deterioração dos processos de desenvolvimento deste último”. (p. 121)⁴¹

Assim, a obstrução do mecanismo de identificação projetiva – “principal método de que dispõe o bebê para lidar com emoções por demais vigorosas” (p. 123), quer pela recusa do receptor, quer em razão das qualidades inatas do sujeito, engendra uma série de impedimentos: da curiosidade, da aprendizagem, da vida emocional (tornada intolerável), da ligação com a realidade (que suscita emoções), do próprio aparelho de pensar.

Nessa perspectiva constitutiva e de comunicação, Cintra (2017) sugere que a identificação projetiva não excessiva poderia ser pensada como

um fenômeno transicional, que serve de ponte para um momento seguinte, no qual, depois de negados, os impulsos podem ser readmitidos, recuperando uma parte significativa da pulsionalidade e das identificações perdidas. Pode chegar perto de um jogo de faz de conta, como se dissesse: “Toma lá este meu pedaço e faz de conta que é seu, por algum tempo; depois me devolve”. (p. 21)

Vê-se já que essa inflexão no conceito implica o processo analítico, incidindo também na teoria da técnica. Afinal, também na relação analítica, o analisando precisa, via identificação projetiva, usar a mente do analista para tornar pensáveis certos elementos da experiência. Precisa recorrer à capacidade de *rêverie* do analista para que, sonhados, esses elementos sejam introjetados, juntamente com a função (continente) que os tratou. Do analista espera-se disponibilidade para a comunicação inconsciente: para receber, conter, tratar-modificar com seu instrumental e restituir⁴².

Nesta concepção clínica, o modo como o analista é tocado pela comunicação⁴³ depende, entre outros fatores (como sua própria condição para isso), do grau de

⁴¹ Embora aponte essa característica ambiental na produção do funcionamento psicótico, Bion ressalta em seguida sua interação com a disposição inata do bebê, em termos de agressão e inveja primárias.

⁴² Civitarese (2013) nos ensina que, a partir do conceito de campo analítico (Baranger & Baranger, 1961-62/2010), Antonino Ferro estendeu a concepção de sonho à totalidade do diálogo analítico (p. 12).

⁴³ Ou, com outra formulação, a modalidade de relação transferecial-contratransferencial que se estabelece.

metabolização do que é comunicado: ele pode ter evocadas suas próprias associações, formar imagens, devanear, perceber ressonâncias afetivas, ou ser tomado, viver, no corpo inclusive, ver-se recrutado por algo de que só se discrimina num passo ulterior. Cassorla (2017) propõe que

em área simbólica (não psicótica) o paciente coloca seus “sonhos” (diurnos e noturnos) no campo analítico, através de narrativas ou enredos. Esses sonhos são comunicados ao analista através de identificações projetivas normais. O analista, identificado com os sonhos do paciente, os transforma em outros sonhos, modificando as defesas que escondem o reprimido. O analista ressonha os sonhos do paciente. Este, por sua vez, ressonha os sonhos contados pelo analista através de suas intervenções. (pp. 59-60)

configurando o que chama de “*sonho-a-dois*”. Enquanto

Em área psicótica o analista também ouve, mas principalmente *sofre* em si mesmo a ação das identificações projetivas massivas do paciente, seu *não sonho* (...). O analista deve deixar-se recrutar, num primeiro momento, vivenciando os aspectos que o paciente procura eliminar. (Cassorla, 2010, p. 63)

Nesse contexto, o não-sonho corresponderia a falhas na função psíquica inconsciente que metaboliza a experiência, que neste trabalho esperamos aos poucos caracterizar como um dos aspectos da função onírica. Os não-sonhos compreendem genericamente, então, os elementos da experiência carentes de simbolização, que não se integram ao campo do sentido do sujeito ou à experiência do eu (como o vivido não experienciado, nomeado por Winnicott em 1963). Nessa condição, sua comunicação não poderia ser mediada pela linguagem e, portanto, dá-se a conhecer por meios mais primários, de caráter evacuatório, como a identificação projetiva maciça e a descarga (motora, verbal, somática) pra fora da esfera psíquica, no corpo, nos outros, no ambiente. Os sonhos, por sua vez, se referem ao material ou experiência que já passou por algum processamento psíquico, já é em alguma medida pensável – passível de ser figurado, ligado, encadeado - e, portanto, comunicado com a mediação mais espessa e nuançada de categorias de representação menos cruas, como a linguagem verbal.

Referido a esse espectro de sonho e não-sonho, Thomas Ogden (2010) – autor de uma bela definição da psicanálise como a arte de criar condições nas quais o paciente pode junto com o analista sonhar seus sonhos não sonhados e interrompidos

- nos adverte que nem tudo o que parece sonho “merece” esta denominação, e aponta entre os não-sonhos

‘sonhos’ para os quais nem o paciente nem o analista é capaz de gerar associações, alucinações durante o sono, sonhos que consistem de um único estado de sentimento sem imagem, os sonhos imutáveis de pacientes pós-traumáticos e (...) os terrores noturnos. Esses ‘sonhos’ que não são sonhos não envolvem elaboração psicológica inconsciente, nada do trabalho do sonhar. (p. 19)

A fim de transformar os não sonhos em sonhos, de sonhá-los para e com o analisando, o analista conta com um jogo entre capacidade negativa – para dar espaço ao que é do outro – e presença viva, atenção à sua afetação e estados, implicação de recursos próprios⁴⁴. Utilizando uma expressão de Cintra (2017), podemos dizer que *para se escutar o inaudível (do não simbolizado) é preciso “ouvir com o corpo inteiro”, “se dispor a ser usado pelo paciente como um ambiente suficientemente acústico para dar ressonância e reconhecimento ao que lhe chega”* (p.24). Recruta-se um analista.

A idéia de que algo do analisando é acessado e trabalhado dentro do analista, tido como um continente vivo, já prefigura o uso da contratransferência tal como hoje pode ser pensado. A rigor, já se anunciava em Freud, que entendia o inconsciente do analista como um órgão receptor do inconsciente do analisando (1912). Entretanto, preocupado em zelar pelo rigor na construção e transmissão do novo método, foi contrário à sua exploração pelo analista; e em seguida à sua desavença com Ferenczi e ao opróbrio deste último, aparentemente alguns poucos trabalhos se aventuraram abertamente no assunto até perto dos anos 50⁴⁵.

Em 1950, em outro contexto político-institucional do movimento psicanalítico, e já havendo a obra de Klein, além de Winnicott e Balint no vizinho *Middle Group*⁴⁶, Heimann ainda encontrou resistências para reabrir o campo do pensamento clínico e teórico sobre a experiência emocional do analista e sua relação com o processo analítico. Entretanto, desde lá, esse caldo engrossou muito, a ponto de nos permitir

⁴⁴ Em referência à discussão sobre implicação e reserva do analista de Figueiredo e Coelho Junior (2000).

⁴⁵ Reich em 1933, Balint em 1939 e Winnicott em 1947. Na argentina, sem contato com a produção inglesa, Racker, em 1953 (Rocha, 1994; Oliveira, 1994).

⁴⁶ Para o qual ela se deslocou mais tarde, após a ruptura com Klein e seu desligamento do grupo kleiniano em razão da discordância acerca da contratransferência e da inveja primária (Oliveira, 1994).

hoje ouvir - com cuidado, mas sem susto - a afirmação de que “a fim de encontrar o paciente devemos olhar para ele dentro de nós mesmos” (Bollas, 2015, p. 233).

Bem representando o pensamento clínico construído a partir do percurso descrito, para este último autor, “em muitos pacientes o processo de livre associação acontece dentro do analista” (Bollas, 2015, p.236), assim como muito do trabalho de análise, uma vez que *o analista, ao analisar seu adoecimento situacional naquela relação, analisa também aspectos da mente do paciente nele vividos*. Não podemos deixar de já apontar que esse raciocínio é análogo ao que propomos com relação às equipes: ao analisarem o que se passa e se vive nelas, no corpo e no aparelho psíquico grupal, analisam o que está em sofrimento no par terapêutico e no usuário.

Nesse entremeio, há muito debate acerca do que hoje se pode chamar de contratransferência, ou mais amplamente de campo transfero-contratransferencial. Receando, porém, perder o fio de nosso propósito se nos alongarmos nessa discussão, optamos por nos restringir a esta apresentação bastante sintética.

Voltemos novamente os olhos, portanto, para o trabalho realizado pelo objeto na vida psíquica, agora explicitando sua relação com os processos de simbolização. Inscrição, simbolização, subjetivação, metabolização, representação, figuração, rede de sentidos... São vários os termos usados ao longo deste trabalho para tentar nomear os processos pelos quais o vivido torna-se experiência para o sujeito. Pelos quais o sujeito o toma e o representa para si.

Já em Bion, reconhecemos essa problemática na proposição da transformação da matéria psíquica bruta, os elementos beta, que não podem ser ligados, em elementos alpha, passíveis de armazenamento, ligação e trabalho psíquico, por intermédio da atividade de *rêverie* do objeto. Processo em que *o trabalho do objeto* é passagem necessária e fundamental não apenas para o início da metabolização – e, portanto, simbolização - da experiência (do conteúdo) como à constituição do próprio aparelho de simbolizar do sujeito (continente).

Contradizendo a ideia clássica de que a capacidade de simbolizar se desenvolve a partir da ausência do objeto (justamente para evocar/representar o objeto que

falta),⁴⁷ Winnicott (1945/1993) desenvolveu e deu robustez à ideia de que as bases dos processos de simbolização (e de diferenciação eu-outro) se constroem necessariamente na *presença do outro*, na experiência inicial de ilusão, em que o investimento alucinatório do bebê encontra o objeto, que se apresenta ali onde ele o concebeu. A confiança (na continuidade do existir) estabelecida pela experiência de ilusão confere ao bebê condições para sustentar a progressiva separação e diferenciação com relação ao objeto, à medida que as doses de desencontro e desilusão gradativamente se apresentam. Segundo essa proposição, a falta do objeto incide no desenvolvimento da capacidade de simbolização apenas em um segundo tempo, consecutivo ao tempo em que sua presença e resposta são imprescindíveis. O bebê só pode sustentar com sua atividade representacional o espaço da falta do objeto, ou entre ele e o objeto, se tiver contado com uma presença suficientemente viva para plantar dentro dele a confiança no encontro⁴⁸.

Afinado com essas concepções de Bion e Winnicott, Roussillon desenvolve uma metapsicologia dos processos de simbolização que nos importa em especial por colocar em relevo a *função simbolizante do objeto* (1997/2015) e a *compulsão à subjetivação*, que veremos atuantes na clínica institucional. A primeira, para além da função da *rêverie* materna e das funções de continência e para-excitação, em linhas gerais trata da adaptabilidade do objeto às necessidades do processo de simbolização do sujeito, do objeto utilizável para ou pela simbolização (em contraponto ao objeto a ser simbolizado). Não avançaremos na discussão da função simbolizante de Roussillon, contentando-nos em ressaltar o papel ativo do objeto nos processos de simbolização, e em apontar a função simbolizante do objeto, junto com a *rêverie* de Bion, como inspiração para a metáfora que dá título a este sub-capítulo, a *função ensonhante do objeto*.

⁴⁷ Em Freud (1911/2004), após a primeira experiência de satisfação, o bebê investe alucinatoriamente os traços mnêmicos do objeto e, na falta do objeto, não obtendo a satisfação esperada, renuncia à tentativa de satisfação pela via alucinatória para procurar outros caminhos de satisfação, abrindo-se então para o princípio de realidade e à atividade de representação.

⁴⁸ O papel da ilusão, os fenômenos transicionais e espaços potenciais, a possibilidade/capacidade de brincar, a relação com a cultura, o sonhar e o viver criativo, entre outros, compõem um eixo de pensamento, criado por Winnicott, cheio de consequências teóricas e clínicas e que muito faz trabalhar a psicanálise.

Iniciemos pela consideração, de acordo com o autor amparada na segunda tópica freudiana, de que “a experiência subjetiva não é imediatamente apreensível e passível de ser apropriada, mas existe uma tensão psíquica em direção a essa apropriação” (Roussillon, 2014, p. 2)⁴⁹. Para ser integrada à subjetividade, ou apropriada subjetivamente, a experiência deve ser metabolizada, transformada, por um processo de simbolização que, como veremos, conta com a contribuição ativa dos objetos.

Assim, a “matéria psíquica primeira”⁵⁰, expressão de Freud para a inscrição inicial da experiência no aparelho psíquico, caracterizada por ele como “traços mnêmico-perceptivos”,⁵¹ não é suscetível de se integrar ou se tornar consciente sem ser antes transformada. Um primeiro processo, que Roussillon propõe chamarmos de simbolização primária, a transforma em representação-coisa, conferindo-lhe figura (matéria e linguagem dos sonhos, por ex.) e a inscrevendo na lógica do princípio do prazer. A simbolização secundária opera a transformação em representação-palavra (o autor cita o exemplo da “tradução” do sonho sonhado em sonho narrado) ou, dito de outro modo, sua tradução para “o aparelho de linguagem verbal” (Roussillon, 2014, p. 4)⁵², conferindo-lhe sentido e a inscrevendo também na lógica do princípio de realidade. Finalmente, esse processo de simbolização torna possível a apropriação pelo sujeito da experiência assim metabolizada, sua integração subjetiva (Roussillon, 2014, p. 2).

⁴⁹ “*l’expérience subjective n’est pas immédiatement saisissable et appropriable mais qu’il existe une tension psychique en direction de cette appropriation* » (tradução nossa).

⁵⁰ “*la matière première psychique*”.

⁵¹ Conforme expressão de Freud na carta de 6 de dezembro de 1896. “*Trace mnésique perceptive*”. (Roussillon, 2014)

⁵² “*(...) traduite dans l’appareil à langage verbal* » (tradução nossa). Roussillon o refere às palavras e seu conteúdo semântico e à toda a expressividade verbal, “pois a linguagem verbal é também corpo, não pode ser enunciada sem a participação da voz e do toda a sua expressividade, toda a sua prosódia. Mas é também ação sobre o outro, participa da influência que um sujeito exerce sobre outro de maneira que os conteúdos psíquicos não são apenas evocados a um outro sujeito mas transmitidos em ato, em coisa a esse outro” (Roussillon, 2014, p. 10, tradução nossa). “*Car le langage verbal est aussi corps, Il ne peut être énoncé sans la participation de la voix et de l’ensemble de son expressivité, de l’ensemble de sa prosodie. Mais il est aussi action sur l’autre, il participe de l’influence qu’un sujet exerce sur un autre, de la manière dont les contenus psychiques ne sont pas seulement évoqué à un autre sujet mais transmis en acte, en chose à cet autre* ».

É importante notar que a simbolização primária se dá na presença do objeto⁵³ e é um processo partilhado. O ambiente participa tanto da fabricação de representações-coisa como de sua organização em cena ou linguagem (Roussillon, 2014, p. 7-8). Pois para ganhar forma as experiências precisam ser transferidas para “dispositivos-simbolizantes privilegiados” (Roussillon, 1999, p. 4)⁵⁴, para espaços e objetos que comportam o brincar, que são adaptáveis, maleáveis, o suficiente para recebê-las, ao mesmo tempo que suficientemente consistentes para lhes imprimir ou proporcionar molde. A matéria psíquica, pré-figurada nesses dispositivos-objetos-enquadres simbolizantes, é então introjetada pelo sujeito com as marcas do objeto.

Ao discutirmos a questão do enquadre no capítulo 5, veremos com Castanho (2018) que a descrição acima corresponde a dizer que os processos psíquicos buscam inicialmente no mundo, em sua função de molde figurativo, “matéria” para se tornarem sensíveis, figuráveis, apreensíveis (Castanho, 2018, p. 98) para o próprio sujeito; no que o autor mencionado caracteriza como um ciclo de “exteriorização, transformação no fora e interiorização” (p.100).

Além disso, o sujeito que ainda não dispõe de linguagem verbal expressa suas experiências e estados internos em cena ou ato, e precisa de outro sujeito que reconheça seu valor de comunicação e o devolva como narrativa, organizado em linguagem. Logo, vemos novamente a resposta do ambiente, do objeto, como parte fundamental do processo. Já as modalidades de simbolização posteriores, secundárias, podem se dar na ausência do objeto, na medida em que houve um trabalho prévio de simbolização primária no encontro com ele (Roussillon, 1999, p. 2). É possível representar a ausência, uma vez que tenha havido presença.

A experiência que, em razão do tipo de resposta que (não) obteve do ambiente, permanece sem lugar subjetivo, tende a se reapresentar, a se repetir em busca de subjetivação, como “fantasmas esperando a sepultura integrativa que um

⁵³ Roussillon (2014) aponta que “se quisermos a todo custo manter o dogma de uma simbolização fundada na ausência, podemos pensar no modo de ausência do objeto presente, na relação do objeto com a falta, na falta dentro do objeto, e assim abrir à questão da função do pai a partir dessa falta” (p. 5, tradução nossa). “*si l’on veut à tout prix maintenir le dogme d’une symbolisation fondée sur l’absence on peut alors penser au mode d’absence de l’objet dans la présence, au rapport de l’objet au manque, au manque dans l’objet et ainsi ouvrir à la question de la fonction du père à partir d ce manque* ».

⁵⁴ « *des dispositifs-symbolisants privilégiés* » (tradução nossa).

reconhecimento atual lhes daria” (Roussillon, 2014, p. 9)⁵⁵. Repetimos o que não foi integrado, repetimos enquanto não integramos. O autor é categórico:

Os processos de simbolização primária, como talvez todos os processos de simbolização, devem de início ser partilhados para se inscreverem, ser integrados e apropriados pelo sujeito humano, tornando-se ‘processos de simbolização’ úteis e utilizáveis. Na falta disso, eles alimentarão as diversas formas de compulsão à repetição. (Roussillon, 2014, p. 9)

A repetição pode ser descarga evacuatória, exteriorização do clivado, daquilo não digerível pelo aparelho psíquico, mas é sobretudo *apelo a um outro*, apelo por outro continente que, metabolizando-a e possibilitando sua integração ao campo do sujeito, lhe proporcione enfim paradeiro. Outros autores que temos como referência nesta dissertação compartilham dessa perspectiva. Pinel (2016, p. 41), por exemplo, recorre à frase de Winnicott “onde algo deveria ter se produzido, nada aconteceu” para falar em “falha da função subjetivante do ambiente primário”, em ausência de resposta do objeto primário e do grupo de pertencimento primário (em referência aos trabalhos de Rouchy), em modalidades de ausência de respondedor (termo de Kaës)⁵⁶. Para Gaillard (2008b), o sintoma que se repete

é a atualização de um ponto de desubjetivação, a emergência e a figuração de partes não ligadas da sua subjetividade [do sujeito] e de seus vínculos grupais (em seus componentes de diferentes registros intra, inter e transpsíquico). Por meio da repetição, o sintoma permanece em espera que haja “um” [alguém] em posição de escutar, de acolher, de humanizar. (p. 111)⁵⁷

Por isso, parafraseando o “sofremos de reminiscências” freudiano, Roussillon propõe que “*sofremos do não apropriado da história*” - daquilo de que não pudemos nos apropriar e daquilo que não foi apropriado às nossas necessidades psíquicas – e “*nos curamos simbolizando e nos apropriando subjetivamente, introjetando a*

⁵⁵ “*tels des fantômes en attente de la sépulture intégrative que leur donnerait une reconnaissance actuelle*” (tradução nossa).

⁵⁶ « *Là où il aurait dû se produire quelque chose, rien ne s’est produit* » ; « *défaut de la fonction subjectivante de l’environnement primaire* » ; « *absence du répondant* » (tradução nossa).

⁵⁷ « (...) *il est en cela l’actualisation d’un point de désubjectivation, l’émergence et la figuration de parts non liées de sa subjectivité et de ses liens groupaux (relevant en ses composantes des différents registres intra, inter et transpsychique). Au travers de la répétition, le symptôme demeure dans l’attente qu’il en soit ‘un’ qui se mette en position d’entendre, d’accueillir, d’humaniser* »... (tradução nossa).

experiência subjetiva em sofrimento [itálicos nossos]”⁵⁸ (Roussillon, 1999, p.3). Trata-se, portanto, de ajudar o sujeito a se representar aquilo que, invisível ou incognoscível, o acossa e atormenta.

Ora, “a palavra é o assassinato da coisa”⁵⁹. Com essas palavras de Blanchot, Roussillon (1999, p. 6) faz-nos notar que o processo de simbolização também produz uma perda (um negativo), uma vez que recalca aquilo que simboliza, negativiza a experiência primeira. Além disso, ponto ao qual retornaremos para pensar as experiências institucionais, toda simbolização produz um *resto*, um dejetos, uma vez que deriva da experiência original, recobre-a ou a reorganiza, mas não a abole⁶⁰. Assim, a perda produzida pela simbolização - essa perda que conserva⁶¹ - produz um recalco que, como sabemos de outras clínicas e outros carnavais, tem por hábito retornar⁶². E os restos deixados pelo próprio processo compõem um negativo, um espólio, que também insiste em exigir trabalho e, na melhor das hipóteses, relança continuamente a atividade de simbolizar.

Os restos não simbolizados, informes, sem-lugar, buscam onde se depositar, onde existir, e encontram destinos diferentes, que podem ser tóxicos ao processo de simbolização, silenciosos (neutralizados) ou até férteis (Roussillon, 1991): os dejetos podem retornar em estado bruto ao processo, intoxicando-o; mesmo sem tratamento, ainda tóxicos, podem ser clivados e neutralizados mediante seu alojamento num continente exterior ao processo, que fica então preservado; ou podem passar por um tratamento, uma reorganização, que os torna úteis a outros processos e contextos, relançando o processo. Bion (2000) já se perguntava: “seriam então os ‘fatos indigestos’ usados no processo de ‘digestão’ de outros fatos?” (p. 65).

⁵⁸ “*On souffre du non approprié de l’histoire* ». « *On se guérit en symbolisant et en s’appropriant subjectivement, en introjectant l’expérience subjective en souffrance* » (tradução nossa).

⁵⁹ “*Le mot est le meurtre de la chose* » (tradução nossa).

⁶⁰ Lembramos que a perda e o negativo deixam rastros, ocupam lugar, têm existência.

⁶¹ “*‘perte’ conservatrice*”, nas palavras do autor (Roussillon, 1999, p. 7).

⁶² Segundo o autor, as primeiras formas de simbolização (associadas à oralidade) toleram mal esse resto e o vivem como ameaça ao processo. Precisam de um objeto que o trate, que lhe proporcione continência e exerça um papel de para-exictação. No contexto da analidade, o resto é reconhecido, ganha alguma materialidade ou representação, mas não é tratável psiquicamente e tende a ser evacuado. Já a organização da castração faria do resto algo representado como inevitável, intrínseco ao processo, e simbolizaria a própria impossibilidade de simbolizar tudo.

Por fim, ponto que também nos será útil ao tratarmos das equipes, lembrando dos papéis conjugados das operações de separação e ligação, Roussillon (1999) também descreve a simbolização como um processo que reúne de forma diferente aquilo que antes separou, diferenciou. Lembraremos disso ao percebermos que um trabalho de metabolização da experiência das equipes e daquilo que abrigam do par terapêutico passa também por restaurar ou instaurar diferenciações organizadoras em situações de indiscriminação e colagem confusional.

Esse longo percurso – no qual procuramos destacar as premissas de *comunicação inconsciente (entre mãe e bebê, entre analista e analisando); da necessidade de que a experiência bruta seja submetida a um trabalho psíquico, que, em certas circunstâncias, precisa ser feito por outra mente (ou mais de uma mente); da contratransferência como instrumento da análise, do papel constitutivo e simbolizante do objeto, da repetição como apelo* - importa à presente pesquisa porque apresenta um pouco dos fundamentos da clínica psicanalítica que subsidia sua compreensão da atuação institucional e das relações entre profissionais, usuários, equipes e instituição. Uma clínica, em suma, atenta aos continentes e funções psíquicas e à sua constituição no laço intersubjetivo, tanto com o objeto-ambiente primário como com o analista. Clínica sensível à qualidade da presença do analista e que entende corpo, mente e subjetividade do analista inextricavelmente implicados no processo analítico, não apenas na condição de órgãos receptores, mas também de recursos e reservas de processamentos vários, comunicação e criação.

4.2. Aparelho psíquico grupal

O agrupamento - como formação psíquica intermediária – é o que na instituição une os membros da instituição entre si, numa realização de tipo onírico e pela comunidade dos sintomas, das fantasias e das identificações, de tal forma que possam aí investir os seus desejos recalcados e encontrar os meios deformados, desviados, travestidos, de os realizar ou de se defender deles.

Kaës (1991, p.20)

A metapsicologia desenvolvida por Kaës vem justamente articular a relação entre corpo pulsional e sistema de laços inter e transsubjetivos, apoiando-se em constructos intermediários como os de aparelho psíquico grupal (Kaës) e institucional (Pinel, 1989), compostos a partir dos agenciamentos - na configuração mesma dos vínculos - entre pulsionalidade e formações psíquicas variadas dos sujeitos que os compartilham. De acordo com esta abordagem, portanto, os vínculos intersubjetivos não são abstratos e etéreos, mas sustentados por formações e alianças psíquicas ancoradas na pulsionalidade⁶³.

Nas palavras de Kaës (1991):

O que chamo de aparelho psíquico do agrupamento [grupal], alianças inconscientes e cadeia associativa grupal são construções destinadas a explicar essa organização específica das formações e dos processos psíquicos inconscientes mobilizados na produção do vínculo e do sentido. (...) Tais formações asseguram a articulação entre a economia, a dinâmica e a tópica do sujeito singular de um lado, e de outro, a economia, a dinâmica e a tópica psíquicas formadas para e pelo conjunto. (pp. 10-11, grifos do autor)

⁶³ A noção de intermediário cumpre para a teorização ou para a metapsicologia de Kaës aquilo mesmo que busca representar: uma função articular, que permitiu ao autor conceber vínculos de apoio intersubjetivo – aparelhagens – não só entre os sujeitos, mas também entre espaços psíquicos heterogêneos: sujeito e grupo, grupo e instituição. Inspirada na noção de objeto intermediário, de Géza Róheim, de 1943 (Kaës, 2003b), foi proposta por Kaës em 1985. Abrange “os processos ou formações de ligação – ou meta-ligação – entre as diversas formações da realidade psíquica, ou entre estas e as formações das realidades social e cultural” (Gurfinkel, 2008, p. 16) e comporta as características de: cumprir função de articulação; operar um trabalho de passagem e transformação; toma parte em uma estrutura responsável por sua transformação. Esta última característica é ilustrada de forma clara pelos exemplos, “em geometria, do terceiro ponto que transforma uma reta – definida por dois pontos – em um triângulo” ou pela “função paterna, que confere espacialidade à relação mãe-filho” (Gurfinkel, 2008, p. 16).

Formação intermediária, bifacial, que articula sujeito e grupo, o aparelho psíquico grupal está “entre o espaço psíquico do sujeito singular e o espaço psíquico constituído pelo seu agrupamento na instituição” (1991, p. 12)-, dá consistência aos conjuntos de vínculos e “forma as bases da nossa psique” (1991, p. 15). É entendido como uma instância que gerencia, articula e transforma a matéria psíquica; articulando entre si também os grupos internos, os grupos externos e os organizadores psicossociais (como, por exemplo, as figuras do herói, de vítima e de bode-expiatório, que mudam de acordo com o momento sócio-cultural). Desta forma, é um organizador, um gestor, do espaço psíquico comum e partilhado.

Não é à toa que, de acordo com Kaës (1991),

Qualquer crise, qualquer falha nessas formações intermediárias põe em jogo a instituição e a relação de cada um com a instituição, revela os contratos, pactos, acordos e consensos inconscientes, libera energias mantidas nas suas malhas, ou paralisa toda invenção vital de novas relações. (p. 16)

A distinção tecida pelo autor entre o que é comum e o que é partilhado pode nas ajudar a figurar o panorama. O que é comum a vários sujeitos não é necessariamente “psiquicamente” compartilhado, pois não exige a ação de processos, formações ou mecanismos entre eles (Kaës, 2004, p. 56). O espaço psíquico compartilhado supõe “um processo em que cada um deles combina, concorda, *emparelha* com elementos homólogos da psique do outro (2004, p. 56, grifo do autor)”, segundo suas próprias modalidades. Há que haver alguma trama entre eles. Assim, por exemplo,

uma fantasia comum é compartilhada quando cada sujeito ativa nessa fantasia um lugar correlativo ao lugar de um outro ou de vários outros, aos quais ele se vincula numa cena inconsciente compartilhada em que se distribuem, de maneira complementar ou invertida, esses lugares psíquicos. (Kaës, 2004, p. 56)

As formações compartilhadas atrelam seus sujeitos a determinadas designações e funções, como

sustentar os limites, a unidade e a permanência do grupo, garantir os termos das alianças [inconscientes], dos pactos e dos contratos, manter as representações

compartilhadas por todos e os sistemas de interpretação que lhes dá sentido, proteger e honrar os ideais compartilhados, manter num nível suficientemente baixo o narcisismo das pequenas diferenças etc. (Kaës, 2004, p. 59)

O aparelho grupal é composto por e produz alianças inconscientes, que são os acordos, pactos, negociações inconscientes, por meio dos quais são estabelecidos, organizados e mantidos os vínculos tanto entre instâncias e formações intrapsíquicas⁶⁴ como entre os sujeitos em todo tipo de relação (casal, grupo, família, instituição) (Kaës, 2014). É importante notar que as alianças inconscientes, inclusive as estabelecidas no espaço intersubjetivo, não organizam apenas os vínculos nesse último, mas estruturam o inconsciente e o espaço intrapsíquico dos sujeitos singulares que as firmam. Kaës (2014) identificou e caracterizou diversas modalidades e expressões dessas alianças, das quais destacaremos, brevemente, aquelas mais básicas à apresentação da proposta.

Entre as alianças estruturantes – aquelas que tomam parte fundamental na estruturação do inconsciente, do espaço psíquico do sujeito e do espaço intersubjetivo de suas relações -, destacamos o contrato narcísico, formulado por Piera Aulagnier em 1975 e retomado por Kaës. Refere-se ao pacto pelo qual, ao nascer, o sujeito é investido narcisicamente e inscrito como membro de um determinado grupo (familiar, social e cultural), como portador de seus valores, ideais etc. “É ele que pactua as condições de um ‘espaço onde o Eu pode vir a ser’ tendo em mente as exigências próprias do grupo (Kaës, 2014, p. 63). Grosso modo, estabelece as condições com que o (futuro) sujeito deve consentir para ser tomado como parte daquele grupo. Assim, é “uma das primeiras alianças estruturantes necessárias para o desenvolvimento da vida psíquica (Kaës, 2014, p. 61).

Entre as alianças defensivas, destacamos como paradigmática, o pacto denegativo, que constitui uma necessária aliança sobre o negativo – sobre aquilo que é rejeitado (de formas diversas), que deve ficar de fora e sobre a negatividade referente

⁶⁴ Kaës (2014) esclarece que “nas alianças inconscientes *internas* enovelam-se as pulsões da vida e as da morte, os desejos e as proibições, o Ego e o Superego, os objetos internos e seus imagos. (...) elas tentam superar as divisões e desvinculações; negociam os conflitos e elaboram soluções de compromisso, criam sinergias a serviço da singularidade de cada sujeito, da realização ou satisfação de seus desejos e dos mecanismos de defesa que ele deve pôr para funcionar”. (p. 11, grifo do autor).

ao que é destrutivo. Para o autor, o pacto denegativo é uma metadefesa necessária à constituição de todo e qualquer vínculo, que se funda assim como um acordo sobre o que (em prol do grupo e dos sujeitos singulares) deve ser mantido no silêncio, ou do lado do avesso. É um pacto estabelecido para “garantir as necessidades defensivas dos sujeitos” (Kaës, 2014, p. 112). Embora um pouco longo, o seguinte trecho nos pareceu bastante esclarecedor:

Assim, a aliança tanto une como exclui. Ela exclui de início no espaço interno: para se estabelecer alianças, algumas representações, alguns pensamentos, devem ser recalcados, outros negados e outros ainda, rejeitados ou escondidos, ou enquistados nas profundezas do ser, ou ainda – e nesse caso mais radicalmente – colocados num depósito ou exportados num espaço psíquico fora do próprio eu. Alguns afetos e satisfações pulsionais também deverão ser reprimidos e devem-se admitir também algumas renúncias e mesmo sacrifícios consentidos. Para que a relação constitua-se e mantenha-se, ninguém deveria vir a ter consciência *disso tudo*. (Kaës, 2014, p. 13, grifo do autor)

Mesmo sem nos estendermos sobre esse raciocínio, convém registrar que essa noção nos é cara porque trata da negatividade (em seu múltiplo sentido: o não-representado, o que fica obscurecido e o que porta violência, destruição) constante na fundação de todo vínculo, inclusive das equipes e instituições. Da negatividade cujo retorno está sempre à espreita, exigindo para seu provisório apaziguamento constantes trabalho psíquico, investimento e repactuações da aparelhagem psíquica grupal.

Além das derivações perniciosas das alianças estruturantes e defensivas, Kaës (2007, 2014) descreve ainda alianças alienantes, que aprisionam sujeitos e grupos em pactos de diferentes maneiras patológicos, por fazerem obstáculo à função repressiva, ao mecanismo do recalque, de seus sujeitos. “Elas se fundamentam sobre a negação ou sobre a desaprovação, a rejeição ou a forclusão. Essas alianças são alienantes porque elas tornam os sujeitos que se aliam assim radicalmente estranhos a si mesmos” (Kaës, 2014, p. 123), e podem se apresentar como o que ele denomina pacto narcísico, pacto de negação em comum, aliança denegativa e contratos perversos. J. P. Pinel acrescentou a estas as alianças psicopáticas.

Em suma, o autor descreve as alianças inconscientes como formações psíquicas intersubjetivas construídas

pelos sujeitos de um vínculo para reforçar em cada um deles e estabelecer, na base de seus vínculos, os investimentos narcísicos e objetivos de que eles têm necessidade, as funções e estruturas psíquicas que lhes são necessárias (...). O conjunto assim ligado (o grupo, a família, o casal) deriva sua realidade psíquica das alianças, dos contratos e pactos que esses sujeitos estabelecem e que seu lugar no conjunto os obriga a manter. (Kaës, 2007, pp. 198/199)

As instituições se fundam também sobre um conjunto de alianças relacionadas à sua tarefa, ao “regime de investimentos e reconhecimentos do narcisismo de seus membros, mas também às suas qualidades objetais (especialmente sua competência)” (Kaës, 2014, p. 174). E nelas também encontramos configurações de alianças que mantêm estados, condições e vínculos alienantes, adoecidos e adoecedores. Contudo, a instituição não é simplesmente um grupo ou um conjunto de grupos: comporta também especificidades relativas a seu enquadre, seu lugar na sociedade, sua própria fundação etc.

Bem, assim como não podemos simplesmente transpor a noção de aparelho psíquico ao grupo, também não podemos transpor a noção de aparelhagem psíquica grupal à situação institucional. Chamamos novamente, portanto, a ajuda dos intermediários, no caso, do construto intermediário de aparelho psíquico institucional (Pinel, 1989), que opera a articulação entre os espaços psíquicos dos sujeitos e grupos que constituem determinada instituição com os organizadores próprios a esta última. Este constructo não é idêntico ao de aparelhagem grupal, pois que também constituído e determinado pelo enquadre institucional, que define atribuições, designações e relações obrigatórias produtoras de efeitos específicos na capacidade de pensar daquele grupo instituído, como determinadas imobilizações ou pontos cegos no pensamento. Veja-se, por exemplo, uma diferença entre um grupo terapêutico e um grupo instituído institucionalmente: no primeiro o sujeito é convidado a elaborar (junto) os diferentes fatores inconscientes que o levam a assumir certos lugares e posições no grupo e na vida; no grupo institucionalmente instituído há designações inconscientes que procedem do enquadre e da estrutura institucional e que escapam

completamente a cada sujeito e aos efeitos do grupo que formam. Assim, pensar a aparelhagem psíquica institucional requer também identificar e elaborar os efeitos de obrigatoriedade, de domínio, e mesmo de interdito do pensamento, que provém da vida psíquica institucional (Pinel, 1989; Kaës, 1991). Este ponto, bastante pertinente às nossas indagações, merecerá desenvolvimento em pesquisas futuras.

4.3. Sobre o sonhar: espaço e função onírica

*Cravada no interior
até hoje em dia
uma tribo de índios
vive numa cidadezinha*

*Ali já foi aldeia
atrás tem a mata
banhada por um rio
e um grande jatobá na entrada*

*Quem se aproxima
desde os tempos antigos
vê os índios sentados
embaixo do jatobá, abandonados*

*Até que a aldeia virou cidade
vieram melhoramentos
gente de fora, um ajuntamento
mas na árvore não mexeram
pois os índios não deixavam
e bem quietos junto a ela ficavam*

um dia descobriram

*que este pé de jatobá
é aonde os índios vão
sonhar os filhos que virão*

*Embaixo do pé de jatobá
ficam sentados a imaginar
se vão ser valentes ou magros
se viverão da terra ou sumirão
se casam com o filho do branco
ou do irmão*

*Com a cidade crescendo
homens compraram tudo por lá
e construíram um supermercado
bem em frente ao jatobá*

*Mesmo assim
com toda movimentação
os índios passam tempos
com os filhos que virão*

*Ali do caixa quem nunca viu se admira
com o sorriso que do índio brota
na árvore, ao sonhar seus filhos
saindo felizes por aquela porta*

*Aonde os índios vão
sonhar os filhos que virão.*

Paulo Freire (Árvore)

A canção acima, à qual recomendamos o leitor⁶⁵, figura quase como em uma parábola (ou talvez um sonho?) algumas das funções que hoje, passado mais de um século da *Interpretação* freudiana, podemos associar ao sonhar. Diz-nos do sonho e do sonhar como guardião de muito: refúgio-retiro do si-mesmo com relação aos estímulos e desestímulos exteriores; figuração e sustentação no presente tanto do passado como do futuro (realização do desejo de continuidade da linha temporal?); investimento no futuro, como projeto, transmissão, descendência; (desejo de) contato e reencontro com a ancestralidade, expressão do corpo materno; experiência estética, a ser fruída em si; endereçamento ao outro, como comunicação de uma posição, ato de resistência (contra a espoliação, a desobjetivação) e intencionalidade de transmissão; processo de transformação e criação. Reconhecemos ainda, claro, realização de desejo e sexualidade. Sonhar é, portanto, experiência em si, abertura para o passado e o futuro, para (o estranho em) si e para o outro. É, ou pode ser, comunicação e ato – endereçado às instâncias internas, aos objetos e ao ambiente. E é sustentado por um grupo: suas funções para cada sujeito e para seu conjunto só ganham sentido, valor e força no contexto intersubjetivo da tribo.

Então, vejamos.

Além e após *A Interpretação dos Sonhos*, de Freud (1900/1987), ele próprio (1915/1974)⁶⁶ e outros dedicaram relevantes obras ao tema, complementando e deslocando aos poucos a investigação do conteúdo dos sonhos e seus procedimentos para a função e a experiência do sonhar. Daquilo que o sonho esconde e revela (e de que maneira) para sua função criativa, o que institui, as condições que o possibilitam, suas aberturas ao outro e ao futuro, como comunicação e projeto, e seus negativos e falhas. Dentre esses autores, destacam-se Bion, Meltzer, Winnicott, Khan, Fédida, Anzieu, Pontalis e Kaës, cujas obras têm inspirado ainda outros, como Bollas, Ogden e, no Brasil, entre alguns outros, Gurfinkel e Ab'Sáber.

⁶⁵ Álbum *São Gonçalo*, de Paulo Freire, São Paulo, Pau Brasil Som Imagem e Editora LTDA, 1997. Acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RYu0PWmuM7I>

⁶⁶ Na obra freudiana, Gurfinkel (2008) identifica o conceito de narcisismo como o início dessa inflexão na teoria dos sonhos (encontrada no *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*, de 1915) para, então, a partir de 1920, o destronamento do princípio do prazer possibilitar “a pesquisa a respeito do negativo do sonhar”, manifesto na “falha da função onírica” (pp. 7-8).

Posteriormente a Freud, essa expansão do olhar sobre o sonho e o sonhar foi possível e tomou parte no contexto dos desenvolvimentos clínico-teóricos descritos ao longo deste capítulo e do anterior. Foi – e segue – com eles entrelaçada. A acepção de sonhar usada nesta pesquisa é oriunda dessa história, com influência do repertório desses vários autores. Diz de uma *atividade eminentemente criativa de produzir sentido, que implica contato com a experiência de si e do mundo* (Winnicott)⁶⁷; *trabalho psíquico inconsciente (inclusive na vigília) de transformação* dos elementos brutos da experiência, por meio da função alfa, em elementos pensáveis e ligáveis (Bion); *forma princeps do pensar* (Bion); relacionada a ligar, representar, figurar, simbolizar. Metáfora da atividade simbólica ou de uma função simbolizante, cabe-lhe a *função de metabolizar a experiência pulsional ou emocional*. É e contém poesia (Winnicott, 1975, p.56; Bollas, 2015b).

À pergunta de como se caracteriza a função do sonhar, Gurfinkel (2001) localiza:

A melhor resposta a que pude até agora chegar encontra-se em um trabalho de Winnicott. Ao localizar o *sonhar* ao lado do *viver* e em oposição ao *fantasiar*, Winnicott dá um passo decisivo para a discriminação entre uma atividade mental dissociada, vazia e destituída de valor simbólico, e a máquina de criação simbolizante – ou de ‘investimentos objetualizantes’, segundo outra expressão de Green – que é o psicossoma humano na saúde. O sonhar não pode ser considerado uma atividade apenas ‘mental’; ele é a extensão natural do corpo na psique, o desenvolvimento no tempo da elaboração imaginativa das funções corporais nas suas trocas com os outros e o mundo. Se o fantasiar é um beco sem saída, o sonhar caracteriza-se por seu valor poético. (p. 279)

Máquina de criação simbolizante.

Se os sonhos sempre exerceram fascínio sobre a humanidade, o sonhar, nesta condição, vem ganhando centralidade para o psiquismo, para a vida e para o processo analítico. Ogden (2010) assim o expressa:

Sonhar nossa própria experiência é adquirir a posse dela no processo de sonhá-la, pensá-la e senti-la. A nossa continuidade de ser – o “zumbido” de fundo de estar vivo – é o “som” contínuo de sonhar-se sendo. (p. 45)

⁶⁷ Em Winnicott, sonhar relaciona-se ao brincar e viver criativo, em contato com o *self* verdadeiro, o psicossoma e suas experiências e com o mundo compartilhado. Implica em mobilidade pela terceira área da existência, a dos fenômenos transicionais. (Winnicott, 1975, pp. 51-52).

Como vemos, a problemática do sonhar condensa muitos temas e direções de investigação. É fácil ficarmos inebriados e nos perdermos. A própria compreensão de sonhar adotada nesta pesquisa permanece um pouco híbrida, aproximando-se mais da delimitação de um campo que da definição rigorosa de uma noção ou de um objeto. Optamos por manter esse certo quantum de tensão, assim como a maleabilidade e porosidade da delimitação, considerando que os diferentes modelos teóricos de que lançamos mão agüentam o diálogo. Nessa opção, fomos encorajados por Civitarese (2013) que, comentando o “*espírito ambíguo do sonho*”, afirma

Os sonhos fascinam justamente por sua inesgotável riqueza e porque, mais do que qualquer outra produção psíquica, exprimem o jogo dos diferentes pontos de vista que, no fundo, é o jogo mesmo do inconsciente e da análise. (p. 12)⁶⁸

Porque, como sabemos, acolhem os paradoxos.

Contudo, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos, pensamos que convém demarcar alguns organizadores do uso que esta pesquisa faz do sonho e do sonhar. Primeiramente, não trata exatamente do sonho noturno, mas do *sonhar como constante trabalho inconsciente de transformação e dotação de sentido à experiência*, que tem como um de seus produtos o objeto-sonho noturno, mas também a própria capacidade de pensar. Essa é a proposta de Bion (2000), para quem “o trabalho onírico que conhecemos é apenas um pequeno aspecto do sonhar propriamente dito – o sonhar, propriamente dito, sendo um processo contínuo e pertencente à vida de vigília (...)” (p. 50/51). Processo que torna a experiência passível de armazenamento e disponível ao (trabalho) inconsciente, o sonhar é também o meio que possibilita o processo de introjeção da experiência (Bion, 2000, p. 56), no sentido trabalhado posteriormente por Abraham e Törok. Por isso, Bion (2000) considera o objeto-sonho *relatado* um “sintoma de indigestão mental” (p. 81), de falha no trabalho onírico, que nós preferimos entender como uma *pérola*, cuja formação denuncia um estímulo

⁶⁸ “*L’esprit ambigu du revê*” (tradução e grifo nossos). “*Les rêves fascinent justement pour leur inépuisable richesse et parce que, plus que toute autre production psychique, ils expriment le jeu des différents points de vue qui, au fond, est le jeu même de l’inconsciente et de l’analyse* » (tradução nossa).

agressor ou perturbador, e que constitui o resultado visível de uma demanda de trabalho (a um outro ou mais de um outro).

Outro ponto fundamental é a idéia de *espaço onírico*, que, segundo Kaës (2004), devemos a Green, que “destacou a estrutura espacial da experiência onírica” (p. 20). “Casa” onde o sonhar pode se desenvolver e o sonho habitar, abrigado (Gurfinkel, 2008). Freud o havia pensado como um espaço interno, fechado sobre o sujeito e seu inconsciente, protegido dos estímulos do exterior⁶⁹. A psicanálise pós-freudiana foi aos poucos apontando suas aberturas, identificando uma arquitetura mais arejada, com sacadas e varandas que dão pra rua, e um fluxo maior de relação e dependência com a comunidade, com a vizinhança. Primeiro, percebemos que todo espaço onírico se constitui a partir da hospitalidade e no abrigo do espaço onírico de um outro (ou mais de um outro), mal comparando, talvez como um “puxadinho” que se constrói na casa-matriz da família enquanto se ganha condições próprias, enquadre interno, para se sustentar em meio ao mundo⁷⁰, que é também um moinho.⁷¹ Contudo, a construção do espaço onírico não pode se concluir sem, chegada a hora, o afastamento dessa casa-matriz, o risco de lançar-se no mundo. Nas palavras de Gurfinkel (2008), “colocar uma distância e reinstaurar a ilusão do encontro são as condições necessárias, em cada situação, para a construção da casa-espaço do sonho” (pp. 130/131). Em um conglomerado chapado, sem diferenciações, corredores, portões não há espaço para sonhar.

O espaço onírico supõe então um envoltório (Anzieu), que contorna uma interioridade, e que se constitui inicialmente apoiado no espaço onírico e no corpo da mãe, ou de quem cumpre seu papel, para finalmente ser dela despregado. Da

⁶⁹ Pode-se talvez pensar em algumas frestas no espaço freudiano quando ele menciona, por exemplo, o sonho transferencial, endereçado ao analista. Ferenczi propôs que a destinação e o destinatário do sonho tomam parte em seu trabalho (Kaës, 2004; Gurfinkel, 2008).

⁷⁰ Falamos disso ao mencionar anteriormente que a *rêverie* materna possibilita que o sujeito introjete a experiência e a função que a tratou, formando e expandindo seu próprio aparelho de pensar. Kaës (2004) ressalta que a capacidade de *rêverie* proposta por Bion supõe “um espaço que é ao mesmo tempo um continente (um envoltório), um processo de transformação dos conteúdos psíquicos e um processo gerador, formados todos a partir da capacidade materna de devaneio”. (p. 23)

⁷¹ Cartola, *O mundo é um moinho*: “Ouça-me bem, amor/Preste atenção, o mundo é um moinho/Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho/Vai reduzir as ilusões a pó”.

formulação de Kaës (2004) de que é no “sono contra o corpo da mãe que a atividade onírica pode dar-se” (p. 116) derivamos a fórmula “sonha-se contra o corpo da mãe”, que nos parece condensar essa dupla condição de apoio e separação.

Assim, o outro, quer o entendamos como o objeto ou como o ambiente, está já de início envolvido, com o próprio corpo inclusive, mãos na massa, na construção do espaço onírico do sujeito. É parte das condições de constituição desse espaço. Nas palavras de Kaës (2004),

o espaço intrapsíquico do sonho se articula com os espaços psíquicos de outros sonhadores: sonhar exige a precedência de um sonhador, cuja atividade onírica é necessária para que se forme num outro a capacidade de sonhar. (p. 20)

Se o espaço onírico guarda no seu projeto, na sua forma e no material de construção um tanto do outro, uma vez constituído, conserva-se ainda sensível e poroso a ele. As características do território e a comunidade humana nos quais está inserido continuam a imprimir marca na organização do espaço, no funcionamento da casa, nas plantas e na vida que pode ou não conter. Parece mesmo haver partes desse espaço onírico que podem ser co-habitados, ou comportar tipos diferentes de convivência.

Olhando esse processo mais de perto, veremos que a constituição do espaço do sonho relaciona-se também à conquista da *depressividade* (Winnicott, 1954/1993), correlata à passagem da necessidade de que o objeto/ambiente sustente, na função de andaime, a situação emocional (pulsional e relacional) para a possibilidade de fazê-lo mediante suas próprias membranas ou paredes psíquicas. Trata-se de processo mediante o qual se adquire “um meio ambiente interno” (Winnicott, 1954/1993, p. 449) que pode albergar e conservar em um mesmo espaço psíquico “o jogo de amor e ódio com o objeto” (Gurfinkel, 2008, p. 101), a ambivalência, as fantasias destrutivas com relação ao objeto amado, o conflito, a eventualidade e a dor da perda. A conquista da depressividade ou da “possibilidade de sustentação depressiva” (Gurfinkel, 2008, p. 94), “contínuo trabalho de reconhecer, manejar e sustentar a coincidência de amor e ódio na relação” com o objeto (Gurfinkel, 2008, p. 83), permite suportar e dar continência ao ódio ou, em sentido ampliado, ao negativo.

A depressividade implica uma membrana suficientemente maleável para agüentar as tensões (entre eu e não-eu, e internamente entre amor e o ódio) sem espicaçar-se, romper-se ou simplesmente expeli-las. Para isso, além da plasticidade, requer também suficiente integração do eu e diferenciações suficientemente estabelecidas ou organizadas. Entendemos que a depressividade tem relação com o que, ao falarmos dos grupos e instituições, é também tratado como conflituosidade: possibilidade de continência das tensões, conflitos, antagonismos, desorganizações.

Outra importante baliza do campo do sonhar pelo qual transitamos nessa pesquisa, e que complexifica as referências até agora adotadas de dentro e fora, é sua compreensão como *modalidade de experiência transicional* (Winnicott, 1975), pertinente ao que este autor situa como “a terceira parte da vida de um ser humano” (p. 15)⁷²:

área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1975, p.15)

Região de trégua do teste da realidade, amigável ao paradoxo, permite a experimentação e o jogo entre eu/não-eu, dentro/fora, percepção/criação.

Por meio da adaptação do ambiente ao bebê, essa área constitui-se como um espaço não-vazio (porém espaço) entre o bebê e a mãe, espaço-ponte que une ao mesmo tempo em que separa: que instaura distância e possibilidade de comunicação. Espaço a ser inicialmente ocupado pela experiência de onipotência do bebê, e que a partir da repetida experiência da ilusão (ao encontrar o seio justamente onde e no momento em que o concebeu), seguida de dosada desilusão, sustenta a continuidade do ser e constrói as bases da *experiência de confiança* no encontro e do viver criativo.

⁷² A relação do sonho com a transicionalidade foi especialmente explorada e desenvolvida por Pontalis e Masud Khan (Gurfinkel, 2008, p. 21). Com relação ao espaço onírico, Gurfinkel (2008) nos conta que Khan “concebeu o espaço do sonho como uma estrutura intrapsíquica específica no interior da qual o sujeito atualiza certos tipos de experiência”, como “o equivalente psíquico interno do espaço transicional”.

Citamos Winnicott (1975):

Localizei essa importante área da *experiência* no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente, aquilo que, de início, tanto une quanto separa o bebê e a mãe, quando o amor desta, demonstrado ou tornado manifesto como fidedignidade humana, na verdade fornece ao bebê sentimento de confiança no fator ambiental. (...) O espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende da experiência que conduz à confiança. Pode ser visto como sagrado para o indivíduo, porque é aí que este experimenta o viver criativo. (p. 142, grifo do autor)

Essa área intermediária, protegida das exigências do teste de realidade, porém não dissociada da realidade compartilhada, permite-nos visitar e fruir a experiência do informe (da não-integração), e é a *fonte da criatividade*. A ela, continente-fonte dos fenômenos e processos transicionais, devemos a possibilidade de brincar, *sonhar* e viver criativamente (Winnicott, 1975). À sua sustentação ao longo da vida do indivíduo, devemos a experiência cultural. Nos termos do autor

A confiança do bebê na fidedignidade da mãe e, portanto, na de outras pessoas e coisas, torna possível uma separação do não-eu a partir do eu. Ao mesmo tempo, contudo, pode-se dizer que a separação é evitada pelo preenchimento do espaço potencial com o brincar criativo, com o uso dos símbolos e com tudo o que acaba por se somar a uma vida cultural. (Winnicott, 1975, p. 151)

Novamente, vemos aqui o papel da confiança (a ser retomado quanto às relações entre membros de uma equipe e desta com o enquadre, com os avalistas institucionais e com a própria instituição). Para Winnicott (1975), é apenas no estado não integrado da personalidade que o criativo pode ter lugar (pp. 92/93). E para que sejamos capazes de nos entregar e fruir desse estado, é preciso confiança no que (inicialmente a partir de fora e, progressivamente, interiorizado) nos contém, sustenta e, eventualmente, resgata. Logo, os riscos envolvidos na viagem proposta pelo sonhar ao informe (Gurfinkel, 2008) – fonte da criatividade - só podem ser assumidos se contamos com um veículo ou cápsula suficientemente seguros. Em um universo de medo, insegurança e ameaça, não se pode sonhar.

Assim,

Se para o “sujeito freudiano” a regressão [própria ao sono] é uma batida em retirada do inelutável conflito entre indivíduo e civilização, para o “sujeito winnicottiano” o dormir [e o sonhar, acrescentamos] é a busca positiva de reabastecimento do si-mesmo através da comunicação com os objetos subjetivos (...) em um espaço sagrado de recolhimento que é, paradoxalmente, sustentado por um ambiente simbólico que o circunda, contém e acolhe. (Gurfinkel, 2008, p. 105)

As falhas e negativos da função transicional – das possibilidades de constituir e fruir do espaço e das experiências transicionais- abrem um campo para pensarmos os fenômenos não-sonho já mencionados, os sonhos evacuatórios de Bion (2000)⁷³, a incapacidade, precariedade ou colapso da função onírica (Gurfinkel, 2001, 2008), assim como suas diversas manifestações psicopatológicas nos quadros, tão conhecidos da clínica contemporânea, relacionados às carências nas funções intermediárias e no papel de mediação do pré-consciente, às falhas na constituição dos limites e às perturbações na capacidade de simbolização. Pensamos aqui, entre outros, nos estados-limite ou fronteirços, nos fenômenos psicossomáticos, nas adicções, nas patologias do agir, em certos tipos de depressão.

Embasado pela teoria winnicottiana e pela categoria do intermediário de Kaës⁷⁴, Gurfinkel (2008) explicita a hipótese de que as funções intermediárias encontram-se “na raiz do trabalho de simbolização do sonhar” (18). Para o autor, “se o trabalho do sonho se assemelha a um processo de fabricação, ele cumpre uma função: *animar a vida psíquica com a recriação contínua da relação com os objetos e com o mundo* [itálicos nossos] (2008, p. 46),

Por ora, aproveitamos esse gancho para a passagem necessária à consideração do espaço onírico comum e partilhado.

Afinado à dimensão transicional do sonho, Kaës (2004) incrementa a compreensão da experiência do sonhar como fundamentalmente intersubjetiva e

⁷³ Há aqui uma nuance a ser indicada: os sonhos evacuatórios a que se refere Bion (2000) já foram submetidos a uma camada de trabalho onírico. Para ele, o trabalho onírico e sua produção podem ser usados quer para armazenamento e transformação da experiência no inconsciente, quer para evacuação (por meio da imagem visual) das experiências emocionais não desejadas.

⁷⁴ Formulada a partir de formulações de Géza Róheim e da transicionalidade de Winnicott (Kaës, 2003b).

investiga a tessitura e as funções do objeto-sonho noturno nos conjuntos intersubjetivos (par analítico, grupos etc). Na obra *A polifonia do sonho* (2004), propõe as hipóteses de um “espaço onírico comum e partilhado”, do “segundo umbigo do sonho”, da “organização polifônica do sonho” e de “sonho de grupo”.

Se cada sonhador sonha no cruzamento de várias “fábricas de sonhos”, no espaço de uma pluralidade de sonhadores cujos sonhos atravessam os sonhos de cada um, suponho um *segundo “umbigo” do sonho*, que coexiste e interfere com o primeiro, descrito por Freud como sendo aquele onde o sonho “assenta no desconhecido” e surge do mais profundo do inconsciente ancorado na experiência corporal. No segundo umbigo, o sonho nutre-se do micélio intersubjetivo e surge do inconsciente ancorado no espaço psíquico comum e partilhado. (Kaës, 2004, p. 29, grifos do autor)

Assim o autor argumenta que o espaço onírico do sujeito singular comporta “aberturas para três outros espaços: o espaço físico e corporal, o espaço intersubjetivo, o espaço social e cultural” (2004, p. 55), o que resulta, no espaço intersubjetivo, em uma pluralidade de espaços oníricos abertos uns aos outros.

Apresenta também situações clínicas e noções que põem em evidência a *ação recíproca que os espaços oníricos de cada sujeito singular e do conjunto intersubjetivo exercem entre si*, tanto no que tange a sua constituição e manutenção, quanto a suas produções e falhas. Dentre essas observações, destacamos apenas algumas. Assim, Kaës (2004) aponta o espaço onírico dos pais e do grupo familiar, onde a criança é inscrita desde antes de nascer, como o espaço originário a partir do qual se diferencia o espaço onírico singular e se estrutura um espaço onírico comum e compartilhado. Fala dos efeitos do sonho, do não-sonho ou do restabelecimento da capacidade de sonhar *a própria* experiência da mãe (dos pais, do grupo primário) sobre a criança e seus estados ou sintomas. Menciona a ideia de que os sonhos relatados em terapia familiar “perlaboram os traumas precoces vivido por todos os membros da família, individualmente, em suas relações atuais e na cadeia de gerações” (p. 83). Ainda, discutindo o conceito de “holding onírico”⁷⁵, formulado por Ruffiot no contexto de psicoterapia psicanalítica de famílias, esclarece que

⁷⁵Referente à situação em que os membros de uma família ofertam sua função onírica para que o membro psicótico possa, por meio dela, ter trabalhadas suas vivências insuportáveis: sonham *para* ele (Kaës, 2004, pp. 79-80).

a família e o grupo são o lugar do emparelhamento do *inconsciente recalçado e do inconsciente não recalçado*. O que não pôde ser recalçado por um sujeito e sofreu o destino da rejeição e da recusa pode metamorfosear-se em inconsciente recalçado, graças ao trabalho do sonho dos membros neuróticos do grupo e da família. (Kaës, 2004, p. 80, grifos do autor)

Retomando seu próprio conceito de *função fórica*, que nomeia a necessária função intermediária que certos sujeitos – em razão tanto de suas próprias singularidades como das determinações intersubjetivas - assumem nas configurações vinculares, Kaës (2004) elenca o porta-voz, o porta-sintoma, o porta-ideal, o porta-morte, o *porta-sonhos*. Este último é aquele “que, sonhando para si-mesmo, sonha também na trama onírica de um outro ou de um conjunto de outros” (p. 31). Assim, o autor assevera que, em qualquer grupo constituído, “um sonhador é *também* o porta-sonhos de um outro ou de um conjunto de outros (Kaës, 2004, p.164, grifo nosso). Mais adiante, no próximo capítulo, apresentaremos uma situação institucional que pode ser pensada sob esse prisma.

Além dela, tomamos emprestado o relato (comunicação oral por ocasião de um evento acadêmico) de uma psicanalista que se ocupa das equipes multidisciplinares de um hospital pediátrico:

Em um de seus primeiros dias de trabalho na instituição, na ocasião em que era apresentada a uma enfermeira da UTI pela psicóloga que coordena o serviço de Psicologia do hospital, a primeira conta à segunda que naquela noite havia se sonhado “desenhando várias cruzes pretas”. A psicanalista nos conta que, no dia anterior ao sonho, uma criança com graves problemas neurológicos morrerá. As equipes de psicologia e de enfermagem haviam se preparado para receber o irmãozinho da criança para uma última visita. Uma psicóloga havia sugerido à enfermeira que levasse papel e lápis para que o irmão pudesse desenhar, sublinhando a importância da possibilidade de representação daquele momento. Contudo, no momento da visita, a mãe entrou com a criança na sala mortuária, sem tempo de preparação nem para criança, nem para equipe, nem para desenhos de qualquer tipo. A analista compreende, então, que por meio de seu sonho a enfermeira pôde proporcionar alguma representação a algo que nem os pais, nem o irmãozinho, nem a equipe haviam podido representar naquela ocasião.

Convocamos, para concluir, uma bonita passagem de Bion (2000):

Um exemplo do que entendo por ‘sonhar’ o ambiente no qual o indivíduo se encontra é a elaboração que o grupo faz de um mito, tal como na história em que Newton descobriu as Leis da Gravitação ao ver uma maçã cair. A asserção é produto do trabalho onírico, e seu objetivo é a corporificação, em um símbolo pictórico, de fatos que os indivíduos num grupo necessitam transformar, de modo que esses fatos possam ser estocados e evocados à vontade. (p. 59)

É a partir do referencial deslindado ao longo desse capítulo que pretendemos identificar algumas condições de constituição e manutenção de um *espaço onírico comum e compartilhado da equipe*, e pensar a função do sonhar *em* ou *da* equipe, como uma “máquina simbolizante”, processadora da experiência compartilhada, inclusive aquela relacionada com o campo transfero-contratransferencial das relações terapêuticas por ela mantidas. Como meio de relançar os processos capturados em sintomas ou atualizações e repetições.

Nesse caso, nos indagamos se podemos considerar a equipe, na condição de grupo e em analogia ao sonho, como um “aparelho de transformação” – ou melhor, como um “*aparelho de sonhar*” – a experiência de seus sujeitos e, conseqüentemente, dos usuários.

5. Clínica dos processos institucionais em instituições de cuidado

“A instituição é um objeto dificilmente apreensível, pois sempre parcialmente impensável”.⁷⁶

(Pinel, 2005)

“A abordagem da instituição mobiliza o desejo de tudo dizer, de não perder nada, e ao mesmo tempo o impossível de sua apreensão”.⁷⁷

(Pinel, 2005)

Introduzimos o capítulo dedicado aos fatos institucionais pelas epígrafes acima para que, como uma vacina de administração continuada, nos mantenham imunizados contra os arroubos – de fato insistentemente evocados pelo objeto instituição – de tudo dizer, abarcar, explicar. O desejo de formar um todo é de muitas formas e por alguns motivos catalisado na nossa relação com as instituições e se deixa intuir nas tantas indiferenciações produzidas e nas representações de unicidade, eternidade e transcendência que invariavelmente compõem seu caráter complexo.

Mais do que desafiar nossas capacidades de abstração, pesquisa e articulação, tomar a instituição como objeto do pensamento nos coloca dificuldades de ordem emocional. Por estarem tão entranhadas em nós (como desenvolvem, por ex., Bleger e Kaës), tocam pontos da economia narcísica e objetal que mobilizam fortes defesas. Além disso, por encarnarem parte de nossas entranhas fora de nós, alojando aspectos indiferenciados que sustentam nossas identidades, que nos precedem e organizam, portam sempre um tanto de irrepresentável. Já de início, “pensar a instituição”, de acordo com Kaës (1991), requer “a aceitação de que uma parte de nós mesmos não

⁷⁶“l’institution est un objet difficilement accessible, car toujours partiellement impensable ». Tradução nossa.

⁷⁷« L’approche de l’institution mobilise le désir de tout dire, de ne rien perdre, et en même temps, à l’impossible de sa saisie » (tradução nossa).

nos pertence propriamente” (1991, p. 3)⁷⁸. Segundo ele, em razão justamente das bases narcísicas e dos irrepresentáveis que mobiliza, há um contínuo esforço do corpo social por representar a instituição, que habitualmente, porém, culmina em representações sociais que fazem às vezes de “por um curativo na ferida narcísica, evitar a angústia do caos, justificar e manter custos identificatórios, preservar as funções dos ideais e dos ídolos” (p. 3).

Esperamos então que este texto, com suas escolhas e faltas, represente a tensão entre a tentação e o impossível da unicidade e da totalidade na nossa relação com as instituições. Como mencionado na introdução, os caminhos tomados para representar e discutir o pensamento psicanalítico sobre as instituições são aqueles que, em nosso percurso singular e em seu encontro com esta analista, colocaram em trabalho a escuta e a clínica a respeito da questão em pauta. O texto deixa, portanto de contemplar e de fazer jus a muitos dos movimentos e obras caros ao campo. Esperando nem de tudo dizer um pouco, retemos porém a esperança de que esse pouco, reverberando no espaço livre à sua volta, possa ensejar outros poucos naqueles de nós que o desejarem.

O cuidado também se presta a evitar possíveis e comuns reducionismos associados ao afã de tudo responder. Na seqüência do trecho tomado como epígrafe, J.-P. Pinel observa que “Face a essa complexidade [do objeto instituição], se perfila a tentação contrária, aquela do ricochete: uma forma de reducionismo que assimila o funcionamento institucional ao funcionamento psíquico do sujeito singular e sobrepõe os modelos oferecidos pela psicopatologia à disfunção institucional”⁷⁹ (2005, p. 51).

Convém, portanto, esclarecer que, subjacente à nossa abordagem e vetorizando o recorte histórico esboçado a seguir, está uma concepção de instituição em que esta é entendida como um sistema heterogêneo e complexo que articula

⁷⁸ Kaës (1991) estende-se sobre três classes de dificuldades, relacionadas sobretudo a riscos narcísicos, para se tomar a instituição como objeto de pensamento. Em prol de alguma concisão no presente texto, assim como da renúncia à tentativa de tudo abarcar, estimulamos o leitor interessado a consultar a obra mencionada.

⁷⁹ “Face à cette complexité, se profile la tentation contraire, à savoir celle du rabattement : une forme de réductionnisme consistant à assimiler le fonctionnement institutionnel au fonctionnement psychique du sujet singulier et à superposer les modèles offerts par la psychopathologie au dysfonctionnement institutionnel » (tradução nossa).

registros de lógicas diversas (social, cultural, político e psíquico, assim como intra, inter e trans-subjetivo). Nas palavras de Kaës (1991), “as instituições, com efeito, reúnem e ligam em combinações variáveis, gerenciam com destinos diversos, formações e processos heterogêneos: sociais, econômicos, culturais, políticos, psíquicos. Níveis de realidade e lógicas de ordem distinta interferem nesse fenômeno compósito, inextrincável e, no entanto, unificado e unificante (...)” (p. XVI). Reforçamos ainda que, sendo ela mesma um sistema de conjuntos de vínculos intersubjetivos (que interferem entre si e se relacionam de forma multivetorial), a instituição ocupa uma posição intermediária entre o singular e o plural: é uma instância de articulação entre processos e formações de naturezas heterogêneas (Kaës, Pinel).

A fim de tornar mais apreciáveis o corpo e as nuances dessa concepção, recorremos à diferenciação, proposta por Kaës (1991), entre Instituição e instituições. A Instituição seria uma instância antropológica organizadora do humano, de caráter transcendente, que sustenta nossa identidade (Kaës, 1991, p. 2) e gerencia as garantias de continuidade e sentido (p.3). Na leitura de J.-P. Pinel (2018),

a Instituição nos precede e nos sobreviverá, e evoca em cada um de nós uma figura da eternidade. A Instituição vem garantir os interditos fundamentais (morte, incesto, canibalismo), sustentar as regras de transmissão entre as gerações, formar uma matriz para as diferenciações fundamentais, assegurar o cuidado às crianças e vulneráveis, e zelar pelos mortos e suas sepulturas. A Instituição é a condição de continuidade das existências humanas em suficiente pacificação. (2018)

A Instituição representa e comporta os parâmetros que nos ordenam. As instituições, encarnações de “caráter contingente e concreto” (Kaës, 1991, p.8), seriam “as declinações singulares da Instituição, situadas no tempo e no espaço e configuradas segundo os contextos históricos, culturais e políticos” (Pinel, 2018).

Georges Gaillard (2014) aborda essa “dupla dimensão – inscrever o sujeito e designar-lhe limites” (p. 20), referindo-se às instituições (em geral) como “matrizes transubjetivas da construção do sujeito” (p. 20), concernentes ao processo de humanização e à sua manutenção, para isso exercendo também a função de “estabilizar e ligar a negatividade inerente à humanidade do homem (p. 20).

Partimos, portanto, da idéia da instituição como uma formação complexa, que articula registros de lógicas heterogêneas (social, cultural, político, psíquico), desempenhando funções não só de intermediária entre eles, mas em cada um deles (Kaës, 1991). Nos indivíduos, também exerce múltiplas funções, em sua estrutura, sua dinâmica e economia: abriga e estrutura o indiferenciado, regula e apóia os trâmites pulsionais, instaura inscrições, diferenciações e interditos, assegura as bases identificatórias com os diversos grupos de pertencimento do sujeito e com o conjunto social. Constitui “o fundo da vida psíquica no qual podem estar depositadas e contidas algumas das partes da psique que escapam à realidade psíquica” (Kaës, 1991, p. 8). Esperamos que a crônica que a seguir reúne alguns pontos articuladores desta compreensão nos auxilie a demonstrar como aí chegamos.

5.1. “Aquilo que em cada um de nós é instituição”: uma crônica psicanalítica da vida psíquica das instituições

A esta altura esperamos estar clara nossa posição de que, na obra de Freud, sujeito humano e pacto social instituem-se reciprocamente, na cultura, constituindo este o cenário no qual se inscrevem as demais observações do fundador da psicanálise acerca dos grupos, formações culturais, instituições organizadas.

Toma-se por humano aqui não simplesmente o indivíduo (no sentido de criatura unitária), este sim, para Freud, necessariamente em conflito com a civilização, mas o indivíduo que, havendo renunciado parcialmente a sua satisfação pulsional em nome do pertencimento ao grupo, torna-se outra coisa: membro de uma comunidade, com a qual comunga linguagem e ordenamento; ser falante, inscrito num sistema de relações e códigos que retroage sobre seu corpo e sua pulsionalidade, recortando-os, redesenhando-os.

Conquanto constitua a base do pensamento psicanalítico sobre a civilização e as formações culturais, e uma vez que já está esparsamente desenvolvido nos itens anteriores, não nos estenderemos sobre isso, buscando nos focar nos

desenvolvimentos posteriores, mais diretamente relacionados às nossas indagações⁸⁰. Para mais sobre essa temática em Freud, veja-se especialmente *Totem e Tabu* (1913/1974) e *Mal estar na civilização* (1930/1974).⁸¹

É comum atribuir-se o pioneirismo na abordagem psicanalítica das instituições organizadas a Elliott Jaques (Castanho, 2018), que, em 1955, na Inglaterra, as definiu como sistemas de defesa contra angústias persecutórias e depressivas. Diz Jacques (1955/1988) que

os indivíduos projetam no exterior as pulsões e os objetos internos que, caso contrário, seriam fonte de ansiedade psicótica, e que, ademais, são postos em comum na vida das instituições sociais onde se associam. Isto não quer dizer que as instituições assim usadas se tornem ‘psicóticas’; mas isso implica, efetivamente, que devemos esperar encontrar, nas relações de grupo, manifestações de irrealismo, de clivagem, de hostilidade, de desconfiança, além de outras formas de conduta mal adaptada. Tais manifestações são o simétrico e social - mas não o equivalente – daquilo que aparece como sintomas psicóticos nos indivíduos que não desenvolveram sua capacidade de utilizar os mecanismos de filiação a grupos sociais para evitar a angústia psicótica. (p. 304)

Assim, já reconhecia também que “o caráter das instituições é determinado e colorido não só por suas funções explícitas ou conscientemente aceitas de comum acordo, mas também por suas múltiplas funções não reconhecidas, a nível fantasmático” (p. 306).

O encontro desse raciocínio com a produção de conhecimento e de práticas sobre grupos que, sobretudo desde meados da década de 50, fervilhava na Argentina

⁸⁰ Junto ao raciocínio acima, que ele enuncia como “a hipótese de que a própria vida psíquica supõe a instituição e de que esta constitui uma parte da nossa psique” (p. 8), Kaës (1991) assinala outros dois pontos de vista a partir dos quais pensar a instituição pela psicanálise. Tributária da abordagem das psicoses, dos grupos e das famílias, a perspectiva que “se centraliza sobre o sujeito na sua relação com a instituição, vista ora como objeto no campo psíquico, ora como extensão do quadro [enquadre] e da moldura do campo psíquico” (p.8) pensa as identificações imaginárias e simbólicas do sujeito, suas relações de objeto na instituição, suas relações com o enquadre e a lei, suas transferências... O terceiro campo da pesquisa psicanalítica sobre as instituições refere-se à vida psíquica destas, e centra-se sobre os processos e formações psíquicas originais produzidos na e pela instituição “visando os seus próprios fins: (...) formações que correspondem à dupla necessidade da instituição e dos sujeitos que delas são parte integrante e beneficiária” (p. 10).

⁸¹ As referências diretas do texto freudiano às organizações e, principalmente, à eventual relação destas com a prática psicanalítica, contudo, são pontuais e apontam desafios. Em *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1919), por exemplo, ele aborda o desafio então futuro de estender o tratamento psicanalítico, de forma gratuita, a faixas maiores da população.

com Pichon-Rivière⁸² produziu alguns dos fundamentos incontornáveis do pensamento psicanalítico contemporâneo sobre grupos e instituições (Fabris, 2007). O trabalho pioneiro e original de Pichon-Rivière, que forjou conceitos, operadores e dispositivos como vínculo, tarefa, grupo operativo e porta-voz, formou a forte tradição sul-americana de trabalho psicanalítico com grupos e instituições, possibilitou o desenvolvimento da obra de José Bleger e abriu o caminho ao pensamento de René Kaës no que tange, por ex., às funções fóricas.⁸³ Notadamente, seu grupo operativo constitui um jeito de pensar o grupo passível de aplicação universal, em quaisquer contextos institucionais (Castanho, 2018). Assim, embora explicitamente pouco mencionados neste capítulo, entendemos que os operadores pichonianos subjazem nossos referenciais e muito do que aqui se dirá. Talvez percebamos, logo adiante, que sua obra se posiciona para a reflexão deste capítulo como um enquadre: estrutura que silenciosamente, sem necessariamente se fazer notar, sustenta e dá lastro à possibilidade de movimento e à criatividade.

Aliás, o conhecimento teórico e clínico da psicanálise sobre grupos tem papel fundamental no desenvolvimento do campo dos processos e fenômenos institucionais e suas práticas, uma vez que “o dispositivo grupal constitui o operador metodológico a partir do qual se constituiu o paradigma que permite pensar psicanaliticamente os conjuntos intersubjetivos (família, grupo, equipes, instituições, organizações...)” (Pinel, 2014, p. 3).⁸⁴

A partir de 1967, José Bleger, incrementou e expandiu o raciocínio de Eliott Jacques, estabelecendo uma equivalência entre instituição e enquadre (Castanho, 2012, p. 70). O autor argentino desenvolveu a idéia da parte psicótica da personalidade com o conceito de simbiose (ou sincretismo), que se refere a estratos da personalidade que permanecem indiscriminados e que, para abrirem espaço para a

⁸² Desde a década de 40, num ambiente cultural fecundo, Pichon experimentava práticas com grupos, mas passou a pensá-los teoricamente a partir dos anos 50 (Fabris, 2017).

⁸³ Foulkes, na década de 40, trabalhava essa noção, embora sem o estatuto de conceito. Pichon dá um passo a mais, conceituando o porta-voz, a “delegação expressiva”, e articulando uma teorização (Castanho, 2018). Posteriormente, Kaës desenvolve nesse raciocínio a articulação entre o inter e o intrapsíquico, e a dimensão do sujeito singular em seu pacto inconsciente com o grupo.

⁸⁴ “*le dispositif groupal constitue l’opérateur méthodologique à partir duquel s’est constitué le paradigme permettant de penser psychanalytiquement les ensembles intersubjectifs (famille, groupe, équipes, institutions, organisations...)* » (tradução nossa).

interação e o processo dos aspectos diferenciados, precisam ser imobilizados por meio de seu depósito em algum tipo de enquadramento. Uma das tarefas dos grupos e instituições (assim como do *setting* analítico) é servir de depositário onde se estabilizam e são mantidas em segurança essas partes sincréticas do funcionamento psíquico (Bleger, 1970). Dessa forma, possibilita-se a processualidade das partes diferenciadas (dos indivíduos e próprios grupos), que podem então desempenhar o papel de figura ante um fundo fixo de indiferenciação.

Essa condição fica muito clara no comentário de Bleger sobre o exemplo de Sartre de agrupamento que não constituiria propriamente um grupo. Para o primeiro,

ainda no exemplo de uma “fila” à espera de um ônibus está presente a sociabilidade sincrética depositada nos modelos e normas que vigoram para todos os indivíduos. Cada um dos integrantes da “fila” conta com esta segurança, de tal forma que nem sequer chega a ter consciência da mesma (...). Podemos nos comportar como indivíduos em interação na medida em que participamos de uma convenção de modelos e normas que são mudas, mas que estão presentes e graças às quais podemos, então, formar outros modelos de comportamento. (Bleger, 1970, p. 90)

Fica proposta, assim, a presença em todo grupo, em proporção variável, de uma sociabilidade sincrética, que constitui o cimento mais bruto entre seus membros e que (para que haja interação e processos) necessita ficar decantada em estruturas fixas: regras instituídas, enquadres, organização institucional – paredes e vigas que possibilitam o espaço livre onde se dá a circulação e a vida ⁸⁵. As perturbações em seu alojamento são das mais importantes fontes de ansiedade, pois ameaçam as identidades constituídas com a dissolução na indiferenciação pessoal e grupal. As maiores crises grupais, refere Bleger (1970, p.86), relacionam-se às ameaças de vazamento dos contornos dos aspectos sincréticos; e é esse tipo de ameaça que subjaz a burocratização, o engessamento, de certos grupos. A clivagem, mecanismo que efetua a “reserva” do sincrético e, por isso, considerado por Bleger necessário à emergência e à manutenção da diferenciação, é sustentada, tanto nos indivíduos como nos grupos, pelo enquadre.

⁸⁵ Bleger supõe a convivência, em todo indivíduo e grupo, de duas modalidades de sociabilidade: a sincrética e a “por interação”. Os aspectos diferenciados da personalidade (que formam a sociabilidade por interação) desenvolvem-se a partir da experiência original de indiferenciação, permanecendo esta, para toda a vida, como um fundo sincrético, a ser controlado pela clivagem (Bleger, 1967/2003; 1970).

No desenvolvimento individual, a função de enquadre – estabilizador dos aspectos sincréticos – seria cumprida pelo corpo materno, depois substituído pelas outras instituições vida afora e cultura adentro. Além, é claro, de seus substitutos internos, produtos dos processos de interiorização, que formarão um enquadre interno, a exemplo do que André Green (1974) chamou estrutura enquadrante. Vê-se aí uma referência à idéia do corpo materno como protótipo de uma estrutura continente, porto seguro, fiadora do contorno, condição de possibilidade para uma “viagem ao informe” (Gurfinkel, 2008), fonte de criatividade, associada à possibilidade de sonhar. Afinal, quando a segurança está ameaçada pela fragilidade dos contornos (continentes do sincrético e organizadores tanto da tópica interna como de sua discriminação com o exterior), nos enrijecemos, não podemos prescindir da vigilância, não conseguimos fechar os olhos, nos ausentar dos aspectos hiperconcretos da realidade e nos entregar ao sonho. Num mundo de constante ameaça, de medo, não se pode sonhar. Ao contrário, quando as instituições funcionam, elas silenciosamente exercem a função de conter e absorver a ameaça associada às angústias primitivas (Fornari, 1991) ⁸⁶.

No que concerne ao processo analítico, cabe ainda notar que o enquadre enunciado pelo autor argentino não coincide exatamente ao *setting*, tematizado por Winnicott⁸⁷. Nos termos do próprio Bleger (1967/2003):

Winnicott define *setting* como ‘a soma de todos os detalhes da técnica’. Proponho [...] a adoção do termo *situação analítica* para a totalidade dos fenômenos envolvidos *na relação terapêutica* entre analista e paciente. Tal situação abarca fenômenos que constituem um processo, ou seja, o que é objeto de nossos estudos, análises e interpretações; mas inclui também um *enquadramento*, isto é, um ‘não-processo’, constituído pelas constantes, pelos marcos em cujo interior se desenvolve o processo. (p. 46, grifos do autor)

Uma situação institucional vivida pela autora parece uma alegoria do que vínhamos descrevendo.

⁸⁶ Ao afirmar que as instituições *são* os sistemas de defesa, Fornari dá um passo além de E. Jacques, para quem elas são utilizadas *como* esses sistemas.

⁸⁷ Kaës, Green e outros autores franceses adotam o uso diferenciado dos termos dispositivo (para *setting*) e enquadre, da linhagem de Bleger (Castanho, 2012, p.73). Na França, os trabalhos atuais de análise individual, de grupos e instituições voltam-se cada vez mais a pensar uma clínica dos dispositivos (Roussillon, Rouchy, Pinel).

Após um mês de férias, retornava ao serviço institucional onde por dez anos atendia diariamente em psicoterapia na mesma sala, que, portanto, se não lhe tinha já a forma do corpo, era tida quase como extensão deste. Ia descansada e tranqüila, imaginando que, por ora, estaria mais preservada do atropelo das questões institucionais (e seu modo avalanche). Reservas e fronteiras refeitas, poderia se dedicar a cada um dos vínculos e atendimentos com a devida atenção. Carregava, inclusive, um tapete novo para a sala. (Quanta ilusão! Como se já não soubesse que as questões institucionais não são nem laterais nem meros ruídos que atravessam os atendimentos, mas também constitutivas do que e como nestes é tratado). Ainda no hall de entrada, contudo, primeiro passo adentro, a realidade institucional veio a contradizer. Toda uma ala do espaço físico, que comportava sala de espera e metade das salas de atendimento, no escuro, móveis ausentes, coisas amontoadas, forro se desfazendo, usuários desalojados aguardando improvisadamente junto à secretaria. Soube que dois dias antes, na volta do final de semana, as instalações haviam sido encontradas sob aguaceiro (encanamento do andar superior), completamente inundadas. A equipe, perplexa, ainda assistia às “cenas fortes” filmadas pelos que se depararam com a situação; se perguntava, ouvia e falava sobre o ocorrido, as providências, o manejo... Tomadas já as atitudes necessárias do ponto de vista operacional, mantinha-se no ar - além do clima de surrealismo (afinal, o teto se desmanchando?! Computadores continentes de tantos registros, móveis e objetos tão habituais perdidos!?) – uma agitação nervosa. O tapete ficou, naqueles dias, sem sala. As semanas seguintes assistiram, atônitas, a progressiva incontinência de persecutoriedade e hostilidade entre membros e subgrupos da equipe até o afloramento de atuações perversas.

O enquadre que se esfacela é como um esquema corporal que, ao ter seus contornos fragilizados, feridos, expõe ou permite que vazem as vísceras⁸⁸. No relato acima, a vazão de água metaforiza uma característica importante da economia psíquica institucional, que, mesmo quando relativamente estabilizada, comporta uma tensão constitutiva entre a contenção/continência (sempre custosa) e a ameaça de transbordamento (sempre perturbadora) dos extratos mais primários da experiência individual, grupal e institucional (ou: de ordem intrapsíquica, inter e transubjetiva). Coloca-nos também a questão sobre como reparar ou cuidar da ferida.

Outro exemplo, menos pictórico por não serem físicas as paredes de que trata, e com efeitos igualmente perturbadores.

Equipe de saúde mental, multidisciplinar, coordenada havia muitos anos por profissional competente, mas centralizadora e que se relacionava com serviço e

⁸⁸ A associação entre enquadre e esquema corporal é de Bleger, no texto de 1967.

equipe como personagens e cenário de uma narrativa pessoal própria, de sua novela particular, com poucos ouvidos a importantes questões grupais e institucionais. A equipe, que produzia bem em muitos aspectos e que tinha em sua história episódios de rupturas e embates violentos ora silenciados, havia compactuado com a centralização em prol de sua estabilidade (da contenção da já experimentada agressividade latente) e de relativa liberdade no desenvolvimento do trabalho. Entretanto, os efeitos do estilo da coordenação fugiram ao âmbito da equipe e esta se viu surpreendida por um ato da direção geral da instituição (muitos níveis hierárquicos acima), que destituiu repentina e sumariamente a profissional, até então sentida como inamovível. A agressividade retornou a partir de fora (da equipe, não da instituição), com violência. Em seguida ao choque, vivido com muito desgaste e angústia pelo grupo, soube-se um pouco do desenrolar da história que nele culminou, o que lhe conferiu algum sentido, ainda que tardio e de viés. Mesmo assim e apesar do cuidado da nova coordenação, os efeitos dessa desestabilização abrupta, traumática, perduraram por bem mais de ano, e o trabalho de construção de novas bases de confiança e de restauração do envoltório psíquico da equipe foi árduo. Esta se sentiu, de chofre, não apenas flagrantemente vulnerável e desrespeitada, mas violentada. Houve ferozes cismas internos, de acordo com as diferentes compreensões e posicionamentos, que obedeciam a lógicas desconhecidas. Muitos se sentiam sob ameaça individualmente e como grupo; houve quem adoeceu. Afloraram hostilidades, tanto explícitas como dissimuladas. Recrudesceram-se e se enrijeceram pontuais tentativas de controle. Paradoxalmente, vivia-se ao mesmo tempo alívio pelo muito que podia então encontrar expressão (antes constricta) e entusiasmo com a possibilidade de reconstrução do serviço em outros moldes.

Os grupos e instituições, depositários de partes de nosso funcionamento psíquico, são também nós mesmos – já dizia José Bleger. Por isso, mudanças em suas estruturas mobilizam tão visceralmente seus membros: ameaçam os dispositivos de contenção do sincrético em cada um e do conjunto, e perturbam, em graus e modos variados, as identidades de todos⁸⁹. Levantam poeira até então decantada, libertam “fantasmas adormecidos”.

O episódio da inundação ocorreu pouco mais de um ano após a abrupta quebra no enquadre (e nos pactos inconscientes) da equipe relatada no último exemplo. Em meio a esforços tanto de acomodação como de elaboração, suas decorrências ainda eram presentes. O esfacelamento do enquadre material encontrou a equipe já fragilizada e ocupada com a inesperada (mesmo que talvez necessária) reforma de alicerces de outra ordem. Poucas semanas após a inundação, por meio de acusações, hostilidades e mágoas que remontavam a períodos cruciais da história de sua formação, a equipe era assediada pelos fantasmas então acordados,

⁸⁹ No caso referido, podemos pensar, entre outras coisas, que o grupo teve seu envoltório psíquico (Anzieu) subitamente rompido.

aparentemente furiosos por terem sido desalojados. Eis que, em meio a um diálogo sobre os sofás ainda úmidos, uma das profissionais relata à autora um sonho que a havia perturbado na noite anterior. Na véspera, ela havia entrado por poucos minutos em uma das salas, que cheirava mofo, o que lhe deflagrara uma crise de rinite alérgica. Sonhou, naquela noite, que estava na cozinha de sua mãe e, abrindo os armários, encontrava embalagens de pão com data de validade da década de 80 e um panetone. Este estava guardado num saco “tão antigo” que “se desmanchou” ao ser aberto. O panetone estava cheio de mofo e, depois de aberto, enquanto “entrava ar”, o mofo se multiplicava em montanhas, como um “mofo atômico”. Ela e a mãe tentavam conter a propagação do mofo, quando ela acordou angustiada. O sonho foi relatado à autora no dia que o seguiu, no espaço institucional, com o comentário de que deixara um incômodo⁹⁰.

À parte as questões singulares da sonhadora, talvez esse sonho constitua uma tentativa de colocar em trabalho e dar figuração à experiência que a equipe vivia naquele momento, que se passava e pedia trato não apenas nos espaços intrapsíquicos de seus integrantes, mas também em seu espaço psíquico comum e partilhado, pelo aparelho psíquico grupal. A sonhadora cumpria, então, naquele momento a função fórica de porta-sonho (Kaës, 2004) da equipe, alojando a tentativa de figurar pelo sonho a experiência institucional. No entanto, apesar de seu relato bem costurado⁹¹, quase literal, o sonho foi acompanhado e interrompido pelo afeto de angústia: o aparato individual não deu conta (e nem poderia) do trabalho demandado, e nos comunicava isso. Algo lhe escapava e pedia continência e trabalho em âmbitos mais amplos, como o do aparelho psíquico grupal. Por isso, aquele relato do sonho e da angústia teria se endereçado a uma interlocutora do e no espaço institucional, o que, dadas as condições em que se encontrava a equipe, só foi possível em uma área de interstício (de que falaremos adiante).

Como já mencionado, aquele grupo sofria na ocasião com a proliferação de intensidades, afetos e fantasias (de antiga data de engendramento) talvez libertos dos acordos tácitos e mitos havia pouco tempo desfeitos. Havia no espaço comum da equipe muita agressividade, uma afetação massiva e um movimento de desligamento que se fazia sentir pelas cisões, rupturas, dissociações e desinvestimentos. Esse cenário e uma cadeia associativa que nos levou do texto do sonho às idéias de cadáveres

⁹⁰ Seu relato nesta dissertação foi autorizado pela sonhadora.

⁹¹ “Um sonho é estruturado como um sintoma e (...) quanto mais ele dá a ver, mais é mal entendido” (Pontalis, 1978/2005, p. 56).

emparedados e putrefação sugerem a hipótese de que o que pedia algum tipo de trabalho de subjetivação era do espectro das angústias de morte. Veremos um pouco mais sobre a problemática da destrutividade e de Tânatos na experiência das equipes de cuidado no próximo tópico deste capítulo. Considerando as questões do retorno do negativo e do pacto denegativo e suas funções, pensamos que talvez o sonho procurasse figurar o retorno violento do que, na constituição e para a manutenção do grupo, havia necessitado ficar em negativo⁹².

Outra observação talvez nos diga algo mais acerca da direção do movimento de busca nesse caso. A sonhadora não relatou o sonho a qualquer interlocutor institucional, mas a alguém que, segundo ela sabia, mantinha um vínculo com a pesquisa universitária sobre a vida psíquica das e nas instituições. Alguém que, ela sabia, contava com um grupo em um contexto universitário para pensar e trabalhar essas experiências. Parece-nos ter buscado, portanto, um interlocutor “intermediário”, que ainda que fazendo parte daquela equipe-instituição tinha ligação com outra instituição que poderia representar uma função de terceiro. Articulava-se, assim, uma janela para fora do ambiente massivamente carregado e indiscriminado da equipe naquele momento, um apelo ao mundo exterior por reforços. Um apelo, nesse caso, a outra instituição⁹³. Talvez a representação social da universidade como lócus de pensamento livre tenha cumprido papel relevante nesse sentido, mas entendemos que a possibilidade de metabolização por um conjunto exterior à experiência é o fator mais importante no contexto da nossa discussão. Parece-nos assim que, além do endereçamento ao trabalho de um continente mais amplo (do aparelho psíquico grupal), o relato do sonho à autora comportava a busca por uma instância com função de terceiro que, parcializando a experiência total vivida dentro da instituição, reabrisse na equipe brechas e espaço para o movimento e ajudasse a restaurar sua capacidade de pensar, suas condições para o trabalho de metabolização da experiência. Vemos aqui como, além de sua relação com o passado e o presente (a realização no presente

⁹² A questão da violência intrínseca à fundação e às origens, sobre a qual não nos deteremos, é bastante trabalhada por alguns dos autores mencionados nesta dissertação (Kaës, 1991, 2011b, 2016; Enriquez, 1991; Gaillard, 2001, 2008, 2016; Pinel, 2016).

⁹³ Em alusão à assertiva de Kaës de que só um grupo pode ajudar outro grupo, J.-P. Pinel (2019) diz que “só uma instituição pode ajudar outra instituição” e, por isso, todo interveniente (analista institucional) deve estar vinculado e remetido à sua própria instituição de referência/pertencimento.

do sonho de um desejo em última instância financiado por capital pulsional infantil) e de sua tão conhecida dimensão narcísica, o sonho é também abertura e convocação ao outro e portador de um projeto, uma visada ao futuro.

A experiência de compartilhamento desse sonho foi de fato escrita e levada pela autora para trabalho com o grupo na universidade, no enquadre dado pela pesquisa. Foi, portanto, submetida a outras camadas de tratamento. O que daí se produziu foi restituído à sonhadora, mas não levado explicitamente à equipe (cujos espaços instituídos encontravam-se obstruídos pelo mofo). Contudo, considerando que o vínculo entre essas duas integrantes do conjunto, assim como cada um de seus aparatos subjetivos, integram o espaço intersubjetivo da equipe (às vezes organicamente, outras de forma truncada), compõem o aparelho psíquico grupal, entendemos que os efeitos operados nelas repercutem em alguma medida, indiretamente, na equipe. Reativadas, as capacidades associativas e de ligação de algumas partes do conjunto (a menos que estejam numa relação de cisão com ele) necessariamente demandarão algum rearranjo ou movimento dos demais e do todo. No caso do exemplo, o efeito produzido no funcionamento da equipe aparentemente não se sustentou por muito tempo, as brechas pareceram logo submergir. Entretanto, pouco tempo depois, surgiu em parte da equipe – e foi sustentado por toda ela - um movimento ativo por construir concretamente a possibilidade de obter um espaço formal de elaboração mediado por um terceiro (uma supervisão ou análise institucional).

A discussão dessa situação estendeu-se tanto porque ela nos parece condensar muitos aspectos importantes para esta pesquisa. De início, representa a experiência de ameaça e invasão quando o enquadre e os pactos denegativos são perturbados, liberando os aspectos sincréticos da sociabilidade e o fundo do negativo sobre o qual o grupo se mantinha (Enriquez, 1991; Kaës, 1991, 2011b, 2016; Gaillard, 2016). Diz também de como a experiência busca trabalho psíquico em continentes progressivamente mais amplos (do aparelho psíquico individual ao grupal e aos conjuntos intersubjetivos formados por outras instituições) que, ao fazerem esse trabalho que é também de mediação, cumprem alguma função de terceiro. Ajuda-nos, assim, a pensar a articulação entre os espaços psíquicos do sujeito, do grupo e de

outros conjuntos; e a visualizar uma via de mão-dupla em que os efeitos sobre (e o trabalho feito por) uns repercutem nos outros ⁹⁴. O exemplo também alude antecipadamente ao que será desenvolvido um pouco à frente como a função intermediária, de área transicional, que pode ser desempenhada pelos espaços intersticiais da instituição quando capazes de abrigar, dar alguma continência, trabalho e destinos potenciais a aspectos da experiência ou a processos que, por quaisquer motivos, ainda não cabem nos espaços institucionais formais (Roussillon, 1987).

As teses desenvolvidas por Bleger permitem-lhe ainda descrever diferentes usos que os sujeitos podem fazer dos grupos e diversos funcionamentos destes últimos. Essas descrições dizem da interpenetração sujeito/grupo e chamam a atenção por ecoarem algumas das situações institucionais apresentadas em nossa introdução. Assim, para ele, sujeitos e grupos em que prevalece a simbiose (a indiscriminação) buscam ancorar ou estabilizar sua frágil identidade na identidade grupal, mantendo com esta uma relação de dependência. Precisam, portanto, da segurança de que o grupo funcione como uma organização rígida, com pouco espaço ou tolerância ao movimento, às transformações – sua própria identidade depende disso. Aqueles que contam com uma maior proporção de discriminação e com seus aspectos sincréticos contidos pela clivagem podem ser produtivos em muitas áreas e, ao mesmo tempo, empenhar bastante energia para assegurar que a clivagem não seja tocada, para que nada mude. À simbiose no grupo, em contrapartida, tenderiam aqueles a quem falta sua própria reserva desta modalidade de experiência, que necessitam conquistar as condições de estabelecer relações menos mediatizadas. Alguns aparentam independência ou desconexão com o grupo, mas – num nível menos aparente - são os que, justamente, mais tendem à relação sincrética com o grupo, por dela carecerem.

Desde que Bleger iniciou o uso e a pesquisa do termo enquadre em psicanálise (Castanho, 2012, p. 72), a compreensão sobre suas funções na constituição subjetiva assim como na economia e na dinâmica dos sujeitos e do processo analítico seguiu sendo desenvolvida por autores que podemos classificar entre os transmatriciais

⁹⁴ Via que pode estar mais livre, aberta, ou mais obstruída, cindida...

(Figueiredo, 2012; Figueiredo & Coelho Junior, 2018), como Green e Roussillon⁹⁵. Vimos um pouco disso no cap. 4, ao discutirmos o papel ativo que o encontro com o outro (mãe, analista, enquadres) desempenha no desenvolvimento do aparelho de pensar e da função *alpha* (Bion) e nos processos de simbolização e subjetivação (Roussillon). Essas teorizações – que reiteram que o outro (mãe, analista, grupo etc.) exerce função de enquadre e sustentam que o enquadre opera e trabalha sobre o material psíquico - também subsidiam a compreensão contemporânea sobre o enquadre nos grupos e instituições, nas suas relações recíprocas e na realidade psíquica comum e partilhada.

Roussillon também trabalhou com os processos institucionais. No cap. 4, discutiremos um pouco acerca de sua teorização sobre a parte do trabalho de simbolização, figuração e subjetivação que acontece fora do sujeito, no seu encontro com o outro (de diversas naturezas), e também sobre os diferentes destinos dos inevitáveis restos não-mentalizados desses processos. Apontamos o que o autor identifica como uma compulsão à subjetivação, que faz com que o sujeito repetidamente busque no exterior de si (nos objetos, materialidades diversas e cenários de sua vida) continência e trabalho psíquico para aqueles elementos da sua experiência que restam não subjetivados. Retomaremos sucintamente aqui apenas alguns desses elementos, para sinalizar sua relação com as proposições de Bleger e apontar algo de sua contribuição à compreensão da vida psíquica das instituições.

Roussillon (1991)⁹⁶ entende que todo processo de subjetivação da experiência, inclusive nos grupos, deixa sempre um “resto” não simbolizado, informe, sem-lugar. Este resto busca lugares nos quais se depositar, onde existir e, dependendo do tratamento que lhe é dado, tem diferentes destinos, que podem ser tóxicos, silenciosos ou potencialmente férteis. Assim, os “dejetos” do processo de simbolização podem “retornar” em estado bruto ao processo, intoxicando-o; podem (embora ainda tóxicos, sem tratamento) ser alojados e mantidos mediante o mecanismo de clivagem

⁹⁵ Considerando que a reflexão de Green sobre o enquadre não se propõe a pensar a instituição, optamos neste trabalho por apontar seu relevo, mas não a desenvolver.

⁹⁶ Apoiado em Freud (1920) e J. Guillaumin, que desenvolveu esse raciocínio. Roussillon (1991) localiza sua referência na obra: J. Guillaumin (1979). *Pour une méthodologie générale des recherches sur les crises*. In: R. Kaës, A. Missenard, R. Kaspi, D. Anzieu, J. Guillaumin, J. Bleger. *Crise, rupture et dépassement*, Paris, Dunod, 1979.

num continente exterior ao processo, que fica então preservado, protegido; ou podem passar por uma reorganização (trabalho, tratamento) e se tornarem reutilizáveis a outros processos e contextos.

Assim também na vida das instituições⁹⁷: “o tratamento do resto, a dialética daquilo que se organiza, se estrutura, e daquilo que escapa a esse processo, não se efetua apenas na intimidade da vida psíquica individual; ela é também uma exigência da elaboração grupal da vida coletiva e institucional” (Roussillon, 1991, p. 134). Como nos indivíduos, também nos grupos e instituições nem todo dejetos é tratado (pelo aparelho psíquico grupal, nos espaços intersubjetivos comuns e partilhados, nos termos de Kaës). Sinteticamente, os destinos institucionais possíveis a esses resíduos também se distinguem por: sua imobilização e silenciamento no enquadre, por meio da clivagem; a intoxicação dos espaços intra e intersubjetivos, produzindo sofrimento, atuações, progressiva destruição da capacidade de pensar e criar; ou sua contenção e tratamento pelo aparelho psíquico grupal, por meio de dispositivos que o favoreçam, possibilitando que sejam utilizados como matéria-prima para outras elaborações e para a tarefa primária.

Esperamos desenvolver no tópico seguinte deste capítulo, com auxílio de outros autores, considerações mais específicas sobre os restos que demandam trabalho psíquico grupal na experiência das equipes de instituições de cuidado, e algumas maneiras e dispositivos para tratá-los e torná-los passíveis de serem utilizados. Adiantamos, porém, as considerações de Roussillon (1991) sobre dois dos possíveis destinos de alojamento e/ou tratamento institucional desses “resíduos”: o “quarto de despejo” e o “interstício”. Este último, representado pelos espaços e tempos informais da instituição (aqueles lugares comuns a todos, de passagens e de encontro), comporta um potencial importante para a hospedagem do não-mentalizado, pois, marcado pela lógica do paradoxo e da ambigüidade, com contornos e ordenamentos menos estruturados e mais maleáveis do que os âmbitos institucionais oficiais, pode proporcionar ao não mentalizado que seja ao mesmo

⁹⁷ Alguns dos resíduos e toxidades próprios às instituições serão abordados com mais vagar no tópico sobre as instituições de cuidado.

tempo suficientemente contido e expresso. Ou que encontre vias de expressão não negociáveis em outros espaços. Roussillon nos diz que

Aquilo que não pode se oficializar na estrutura institucional, fazer-se reconhecer, encontrar forma coletivamente aceitável, deve encontrar um modo de existência individual e grupal que, ao mesmo tempo, deve ser suficientemente protegido para não ser destruído ou obrigado a um enquistamento que tornaria difícil a sua elaboração posterior – e destruiria o seu valor potencial – mas suficientemente expresso para que uma certa ‘retomada’ oficial ulterior continue sendo possível. (1991, pp. 135/136)

Assim, o interstício, “tal como a câmara de escape dos submarinos, é o espaço-tempo comum no qual se realizam, de maneira espontânea, os renivelamentos psíquicos e as regulações de tensões energéticas que supõem” (Roussillon, 1991, p. 141), bem como as passagens e trocas entre mundo externo e interno. Estrutura de fronteira, voltada tanto para dentro como para fora, continente maleável de lógicas heterogêneas, o interstício é então afeito a funcionar como área intermediária, espaço transicional, onde circula e é gestado aquilo que ainda não tem vez nos espaços institucionais estruturados. Contudo, pode também, de outra forma, permanecer dissociado destes, configurando uma espécie de “cripta”, lugar do segredo e da recusa, que divide a vida institucional em duas: oficial e oculta.

Quem quer que tenha experiência no trabalho institucional pode facilmente evocar inúmeras situações em que algo da experiência lá vivida busca tratamento intersubjetivo em espaços como os descritos. No exemplo do sonho, seu relato e o trabalho nele implicado foram possibilitados por um enquadre do tipo intersticial. Quando não muito adoecidos, esses espaços têm maleabilidade para aceitar um leque maior de vias de expressão e troca, de formas não institucionalizadas de tornar uma experiência compartilhável e, nesse processo, de lhe conferir *algum* grau de subjetivação. Isso pode se dar pela circulação da palavra, mais livre, ou pelo encontro de representações de outra ordem, como as visuais ou sensório-motoras, por exemplo. Principalmente, possibilitando a ligação, o renivelamento das excitações ou reinstaurando diferenciações, permitem que se relance o processo associativo intra e intersubjetivo.

Em uma enfermaria psiquiátrica de um hospital geral, por ex., os profissionais (psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais), que lá trabalhavam todos os dias por um período de seis a oito horas, cultivavam um quase ritual de algumas vezes por dia reunirem-se para fumar do lado de fora do estabelecimento. Até quem não fumava. Eram momentos breves, por vezes silenciosos, em que, no entanto, já então entendíamos que algo era colocado em movimento, que algo importante relativo ao vínculo e à sustentação encontrada no grupo se passava. Embora a instituição contasse com vários dispositivos de trabalho grupal da equipe – os chamados “dispositivos de retomada clínica” (Gaillard, Pinel): reuniões clínicas, supervisões, discussões em subgrupos etc. -, que eram suficientemente efetivos, restava ainda um tanto das intensidades mobilizadas cuja transformação precisava daqueles momentos de distância com relação aos espaços instituídos e de reencontro e informalidade no interstício. Entendemos que algumas funções se cumpriam ali. Primeiro, e talvez como condição às demais, há a função econômica de lidar com um excesso que, dentro da enfermaria, não era negociável. A intensidade encontrava, então, alguma vazão na mobilização motora para sair do estabelecimento, no ato de fumar, em algumas expressões catárticas, nos contatos corporais etc. E esse tratamento econômico abria a possibilidade de outras elaborações. Do ponto de vista tópico, esses momentos reintroduziam lacunas, distâncias e diferenciações organizadoras que, na imersão institucional, ficavam borradas: uma diferenciação entre o grupo de profissionais e o grupo de pacientes, e outras dentro daquele próprio grupo, como, por ex., entre os que fumavam ou não. Do ponto de vista dinâmico, estando o excesso razoavelmente negociado e algumas discriminações fundamentais restituídas, cada um podia internamente ter suas associações relançadas. Era talvez preciso sair do espaço estruturado da enfermaria, ganhar distância e contar com o funcionamento paradoxal do interstício para retomar a condição de articulação do pré-consciente, restaurando também a tópica interna e seu trânsito. As vias então abertas pelo trabalho realizado sobre os espaços psíquicos individuais e grupais, levadas em seguida para dentro da enfermaria, articulavam-se e operavam sobre o espaço institucional. Aqueles momentos – que mostram o espaço intersticial em uma função de apoio aos espaços estruturados, operando como degrau/alavanca para relançar processos, eram sentidos pela equipe como necessários, vitais.

Ou:

Outro tempo. Outra instituição. Estava recém-chegada ao serviço, um ambulatório de saúde mental. Recebo para uma primeira entrevista de triagem uma paciente com funcionamento muito primário e tomada por uma ansiedade avassaladora. Ao cabo da entrevista, sinto-me como se tivesse sido atropelada: atordoada, confusa, exaurida mentalmente e, ao mesmo tempo, com uma excitação corporal que me punha a andar em círculos pela sala. Em função desse impulso e ansiosa por algum tipo de continência, procuro o espaço da copa e, com alívio, lá encontro uma das profissionais mais antigas da equipe, em quem, inclusive, eu já reconhecia escuta cuidadosa e tato. Ouvindo-me ali mesmo, enquanto juntas

tomamos chá, ela de fato me ajuda a me reencontrar em meio à experiência de desorganização contratransferencial: fronteiras internas são suficientemente restabelecidas e aquela energia atordoantemente livre é razoavelmente alocada. Posso a partir de então começar a pensar. Passados dez anos (e muitas situações semelhantes), percebo-me revivendo a circunstância, na mesma copa, com as posições invertidas. Encontro-me desta vez no lugar da veterana que, em um espaço informal da instituição, pode representar a equipe em seu papel de sustentar o profissional que se presta à e sustenta a relação transferencial (ou que, como uma rede de segurança, o resgata do mergulho mortal). Em ambas as situações, as características do espaço intersticial facilitaram a expressão da experiência perturbadora, pois as profissionais que acabavam de chegar à equipe talvez não tivessem ainda condições de apresentá-la com a mesma liberdade e franqueza em um espaço estruturado de reunião. Puderam fazê-lo no âmbito de uma relação interpessoal⁹⁸ de confiança, que, entretanto, apóia-se na relação com a instituição e em seus espaços intersubjetivos. A ambigüidade do espaço intersticial comporta as dimensões (inter) pessoal e institucional. O exemplo também descreve o funcionamento de uma engrenagem de apoio intergeracional que talvez funcione com mais liberdade no interstício, onde informalmente as diferentes gerações de profissionais se sucedem em sua função de suporte e transmissão à geração seguinte. A fim de problematizar os destinos do que se passa no interstício, podemos nos perguntar sobre o que foi feito do que foi vivido entre a dupla de profissionais na copa? Pôde ser levado aos âmbitos formais de retomada clínica da equipe? Levado de que forma: restituído explicitamente para elaboração grupal; ou indiretamente por meio de seus efeitos em cada uma da dupla, na relação entre elas e em suas relações com o conjunto? Ou ficou encerrado entre a dupla, sem possibilidade de ser compartilhado, com seus efeitos barrados?

Roussillon também nos conta que os espaços institucionais delimitados, como as reuniões gerais ou específicas, necessariamente são confrontados por processos grupais oriundos desses resíduos e servem, às vezes, para contê-los ou tratá-los. Relata, por ex., que uma reunião administrativa para tratar de melhorias na cantina pode também tratar (subliminarmente ou não) de fantasias de envenenamento da equipe. Entende, entretanto, que para que certos espaços institucionais possam exercer a necessária função de estação de tratamento de resíduos, é preciso que haja na equipe algum reconhecimento de sua função e necessidade, assim como algum consenso sobre o modo de tratamento⁹⁹.

⁹⁸ Interpessoal, pois entre aquelas pessoas especificamente, não ainda com o grupo ou com a instituição.

⁹⁹ O autor aponta aqui o papel dos projetos da equipe, das ideologias partilhadas (p. 138).

Na ausência dessas condições, estando o tratamento obstruído e os restos apenas se acumulando, algum dos espaços instituídos da equipe pode ser sacrificado e passar a exercer, para a economia institucional, a função de “quarto de despejo”: função grupal de conter e *tentar* tratar (ou apenas isolar) os resíduos não simbolizados da experiência. Contudo, o quarto de despejo, que pode também ficar localizado em uma pessoa ou em uma função (por ex., o bedel nas escolas), consiste numa prótese de estação de tratamento e pode não dar conta, ir apenas se saturando e intoxicando, até supurar.

Na obra citada (Roussillon, 1991), o autor relata algumas ocasiões em que acompanhou diferentes instituições de cuidado que tinham alguma de suas reuniões regulares nessa função de quarto de despejo. Desgastadas pelo sofrimento experimentado nessas reuniões, que haviam se tornado insalubres e inoperantes palcos ora de atuações agressivas e paranóicas (no caso da instituição que tratava de adolescentes com problemas de comportamento anti-social), ora de experiências de apatia e morte psíquica (no caso de um serviço de saúde mental), as equipes acabaram por decretar seu fim. Entretanto, ele conta, começavam então a pipocar episódios de agressividade entre os usuários, destes para com a equipe e dos profissionais entre si e contra os pacientes. Retomada a frequência das reuniões à força de tratar da questão, os episódios arrefeciam. As reuniões vinham até então funcionando como quartos de despejo do não mentalizado, que, ao deixar de ser ali depositado, tornou-se incontido e passou a ser atuado pelos diversos personagens da instituição. Por isso, Roussillon conclui que “enquanto os ‘resíduos’ não simbolizados podem ser localizados num ‘quarto de despejo’, o resto do funcionamento institucional é relativamente preservado” (1991, p. 137). Ressalva, porém, que despejo somente não é tratamento, e o quarto super-intoxicado pelo acúmulo do que era apenas despejado, supurava (excesso de sofrimento nas reuniões) e vazava (a equipe não dava conta e, renunciando à reunião, punha abaixo as comportas do lixão).

Na nossa realidade, é tão comum que as reuniões de equipe nesse tipo de instituição se tornem virulentas depositárias do não elaborado, é tão raro quem de nós não conheça essa experiência, que é pouco provável que as observações descritas não encontrem ressonância entre os leitores.

Num ambulatório de atendimento psicológico e acompanhamento social, semanalmente se realizava uma única reunião da equipe técnica que, durando de três a quatro horas, pretendia contemplar todos os assuntos relevantes da semana: clínicos, institucionais e administrativos. Como único dispositivo de trabalho coletivo e encontro de toda a equipe, era o continente onde se concentrava tudo o que exigia trabalho grupal. As pautas manifestas eram então habitualmente tomadas pelo que exigia elaboração subjetiva no âmbito do espaço intersubjetivo comum e partilhado, e pelos processos inconscientes mobilizados no grupo. Além da expressão de rivalidades e fantasias (persecutórias, de grandeza, do perigo iminente de desmantelamento da equipe etc.), a equipe muitas vezes perdia-se em discussões estereis, parecia não conservar memória (as decisões a que com muito custo se chegava não eram retidas e continuamente voltavam a ser discutidas como do zero)etc. As discussões clínicas, por vezes contaminadas por tudo aquilo, eram marcadas pela atitude defensiva de uns, exibicionista ou hostil de outros, e pelas cisões que opunham personagens, subgrupos e ideologias. Indagamo-nos se, em casos como este, não seria produtivo dispor de ao menos mais um espaço-dispositivo de reencontro da equipe, condição que permitiria delimitar um espaço institucional para a emergência, expressão, processamento ou mero acúmulo daqueles restos da experiência que exigem tratamento intersubjetivo. Espaço que, bem demarcado, deixasse preservados outros espaços de trabalho comum. Isso poderia se dar pela discriminação das reuniões - institucional e clínica, por ex.-, em que uma delas, inicialmente sacrificada, possibilitaria que a outra, mais livre, provesse a equipe de experiências de construção, prazer de pensar junto, de reinvestimento das identidades profissionais (Pinel, 2010) que fortaleceriam o conjunto e os vínculos que o compõem, auxiliando-o no desafio de sobreviver às intoxicações e levar a possibilidade de trabalho intersubjetivo ao espaço que as contém.

A problemática do enquadre se faz notar nessas considerações sobre os destinos do não mentalizado. No comentário acima, acabamos de sugerir uma diferenciação de enquadres para contenção e depósito de uma parte da experiência (sincrético, os restos dos processos de simbolização, o irrepresentável...) em prol da processualidade da vida psíquica institucional. Mesmo sem respostas, nos perguntamos: que tipo de processos ou não-processos são acolhidos, favorecidos, delimitados ou mobilizados pelas características dos enquadres?

Se Bleger já apontava o enquadre como destinatário do sincrético, da indiferenciação mais primária, também em Roussillon, a partir de outro referencial teórico-clínico, a problemática do enquadre remete às origens do sujeito, pois que fator constitutivo dos processos de subjetivação. Ao operar um corte sobre a pulsão (e/ou a matéria psíquica) ainda informe, conferindo-lhe uma forma, delimitando-a em

contraste a um resto, o enquadre (que é materialidade do mundo, mas é também a mãe) participa da construção do sujeito humano. Especialmente, o autor nos remete ao poder da materialidade do mundo de atrair e transformar a experiência psíquica, pois acrescenta que o psiquismo não apenas se projeta no enquadre, mas é trabalhado, transformado, por ele antes de ser reapropriado, carregando traços, marcas, do enquadre que o moldou (Castanho, 2012, p. 70 e 78)¹⁰⁰.

Conforme vimos nos cap. 4, para Roussillon os processos psíquicos vão buscar no mundo “matéria” para se tornarem sensíveis, figuráveis e passíveis de controle (Castanho 2018, p. 98). Tal formulação nos importa em especial, pois, como veremos no próximo tópico deste capítulo, os processos de figuração no espaço psíquico comum e compartilhado têm um papel a cumprir junto àqueles que compõem as equipes das instituições de cuidado.

Segundo Castanho (2018), o raciocínio desenvolvido por Roussillon descreve uma concepção de processo subjetivo composto, idealmente, por um ciclo: “exteriorização, transformação no fora e interiorização [...]. O enquadramento precisa não só receber as exteriorizações psíquicas oferecendo-se como molde figurativo à pulsão, como também, em um momento seguinte, oferecer resistência a essas mesmas exteriorizações” para que estas, transformadas, sejam reintrojetadas (p. 100-101). Há riscos em ambas as pontas desse processo. Um enquadre (tal como uma mãe) muito rígido, que não se presta a receber as exteriorizações e a permitir a experiência de ilusão, obstrui o ciclo, assim como um enquadre demasiado maleável, que não resiste e não se distingue do que lhe é dado a moldar, prejudica sua reapropriação pelo sujeito (Castanho, 2018, p. 100-101). Assim, do ponto de vista da teoria da técnica, uma vez que rigidez para além da medida desvitaliza e maleabilidade demais captura na alienação, Roussillon propõe um enquadre “suficientemente invariante” (Castanho, 2018, p. 101).

Percebe-se a analogia da posição e do trabalho do enquadre de Roussillon com aqueles já referidos: da mãe que, com sua capacidade de *rêverie*, abriga e trabalha a experiência pulsional e emocional do bebê, devolvendo-a um tanto metabolizada, não

¹⁰⁰ Notamos a relação com o pensamento de Bion, pois o enquadre (já dizia Bleger) é a mãe, o corpo materno, o outro que se configura posteriormente neste lugar.

desprovida de marcas de seu próprio inconsciente e desejo; do analista que, no processo analítico, abriga e sonha a experiência e os sonhos do par terapêutico, e os dá – transformados a partir de seu próprio inconsciente – a serem ressonhados pelo analisando; e a equipe, na sua suposta função de acolher, dar representação e trato psíquico aos aspectos da experiência que resistem ou escapam à subjetivação do par terapêutico. Nessa sucessão de enquadres que contêm e são contidos, parece-nos que o continente-enquadre abriga os aspectos indiferenciados, estabelece contornos e opera como terceiro para as relações entre os contidos. Assim, a instituição, por exemplo, continente da equipe, é também o terceiro junto às relações entre usuário e analista e deste com a equipe, assim como a equipe opera também como terceiro para a dupla terapêutica. Função muito paradoxal: ao mesmo tempo representante da indiscriminação – corpo materno – e do terceiro.

Em Kaës (1991), encontramos a seguinte consideração

Retomemos o exemplo do quadro [enquadre] e do continente: a sua existência supõe a *reciprocidade* de funcionamento com outros quadros ou outros continentes, ou o *encaixe* das suas relações. O quadro do grupo terapêutico está numa relação de encaixe e de reciprocidade com o quadro da própria instituição e com o quadro interno (mesmo teórico) do terapeuta. (p. 15, grifos do autor)

Assim, a teorização de Roussillon parece se coadunar com os raciocínios de Bleger e Kaës quanto à vida psíquica das instituições. Os processos de subjetivação sempre deixam restos e a interiorização do que foi moldado pelo enquadre nunca é completa. Logo, “uma parte do nosso psiquismo permanecerá vinculada ao exterior, por depósito nos enquadres” (Castanho, 2018, p. 102; Roussillon, 1987), demandando imobilização para que possa haver processo e diferenciação. A proximidade com o pensamento de Bleger é clara. Também para Kaës, como mencionado na apresentação do capítulo, toda uma parte essencial de nossa vida psíquica se dá fora de nós: nos conjuntos intersubjetivos e nas várias modalidades de enquadres que os contêm.

Fechamos este item do capítulo com outra proposição clássica bastante cara ao pensamento psicanalítico contemporâneo sobre os processos institucionais. Trata-se da formulação, também de Bleger, de que “toda organização tende a ter a mesma estrutura que o problema que deve enfrentar e para o qual foi criada” (1970, p. 95),

condição contemplada pelo pensamento de René Kaës (1991) e desenvolvida por Jean-Pierre Pinel como homologia funcional (1989). Isso decorreria de as instituições se organizarem burocraticamente em torno da necessidade de controle e manutenção da clivagem que imobiliza o sincrético.

A problemática assim enunciada por Bleger - e vulgarmente conhecida pela fórmula já um pouco transformada de que as instituições tendem a reproduzir o funcionamento do objeto de sua tarefa primária – desdobrou-se posteriormente com outros autores em hipóteses que muito contribuíram para a compreensão dos processos inconscientes em jogo nas instituições de cuidado. Esperamos comentá-las com mais pormenor no próximo tópico, dedicado a esse tipo de instituição. Por ora, apenas complementamos seu anúncio com o seguinte fragmento de uma experiência institucional vivida pela autora.

Diferentemente da ficção, no exemplo a seguir qualquer semelhança não é mera coincidência. Ambientação: reunião clínica da equipe de um serviço de saúde mental a funcionários da justiça; serviço abrigado institucionalmente pelo Judiciário, com profissionais de seu quadro funcional. Ação: a profissional responsável pelo caso inicia sua apresentação à equipe pela “defesa” do usuário. Desenvolvimento: a situação salta à vista por prescindir das sutilezas com que comumente se apresenta. A profissional nomeia sua intenção de fazer a defesa do paciente e o posicionamento em seu favor, por uma “avaliação” favorável, que leve em conta fatores e contextos. A equipe espanta-se por lhe ser atribuído um julgamento e acaba por referi-lo à condição de sofrimento do usuário, que vinha enfrentando com muita angústia sua exclusão (como punição) de uma comunidade de referência. Além da colocação em cena na equipe de aspecto da experiência do sujeito, não é possível nos escapar que ela se dava em uma instituição ligada ao Poder Judiciário, ao qual eram institucionalmente vinculados equipe, terapeuta e usuário. Não era incomum que discussões adquirissem traços de julgamentos (tarefa primária da instituição que constituía o metaenquadre da equipe), situação a que a equipe procurava manter atenta a escuta.

Intitulamos esta crônica com uma idéia proposta por Kaës (1991), à qual procuramos dar uma narrativa singular, à nossa maneira. Para concluir, retomamos as palavras com que o autor a introduziu: “Com efeito, aquilo que em cada um de nós é instituição – a parte mais indiferenciada da nossa psique, bem como as estruturas da simbolização – está engajada na vida institucional, para o duplo benefício dos sujeitos

individuais e do conjunto concreto que formam e do qual são parte ativa, para seu benefício e para seu prejuízo, sua alienação” (p. XVI).

5.2. Instituições de cuidado e sofrimento psíquico

“Cada sociedade, cada época, se revela de forma privilegiada na maneira como nomeia e trata seus ‘objetos impensáveis’”.¹⁰¹

(Alain-Noël Henri, 1996)

Da psique individual à grupal institucional, vemos a mesma exigência ser requerida: ligar, diferenciar, metabolizar, simbolizar.

(Georges Gaillard, 2014)

Chamamos neste trabalho de instituições de cuidado aquelas instituições genericamente votadas à saúde ou ao trabalho social. Em outros contextos, são também chamadas instituições sócio-assistenciais ou instituições médico sócio-assistenciais. Optamos pela expressão “de cuidado” porque nomeia sua característica mais essencial à nossa reflexão, ao mesmo tempo em que é inespecífica quanto a suas possíveis roupagens. Mas, sobretudo, porque designa um posicionamento ético.

São instituições que se ocupam de sujeitos que, pelas problemáticas que apresentam, estão situados nas bordas do tecido social e que, sob diferentes formas, o tensionam ou evidenciam suas falhas e limites. Destinadas então pelo conjunto social a lidar com isso que esgarça ou faz fissuras nesse tecido, têm como missão restaurar a trama simbólica onde, esburacada, está à mercê do que não tem representação, do que comporta precária inscrição simbólica, do que resiste ou escapa ao trabalho da cultura (*Kulturarbeit*). Por isso, diz-se também que essas instituições ocupam uma

¹⁰¹ “Chaque société, chaque époque, se révèle de façon privilégiée dans la façon dont elle nomme et traite ses « objets impensables » (tradução nossa).

posição intermediária, com funções articuladoras entre o sujeito e o *socius* (Kaës; Pinel, 2011, 2014; Gaillard, 2014).

A formulação acima se apóia no conceito de *mésinscription*, elaborado por Alain-Noël Henri, que designa uma falha no processo de inscrição simbólica e contempla o campo desses sujeitos que, por qualquer vicissitude de sua condição, são/estão emblema do que não pode ser representado na trama simbólica de determinada sociedade; que evocam o “estranho inquietante”, provocando perturbação ou horror no entorno ou no conjunto social. Signos que remetem ao impensável - ou ao horror de pensar- da barbárie que há em nós, da morte, da loucura, do caos pulsional, da sexualidade crua, da castração e assim por diante. Nas palavras de Henri (2013): “o objeto *mésinscrit* é aquele que por um ou mais aspectos de sua realidade visível faz ressurgir em todos os demônios que o longo e frágil trabalho de socialização – o ‘*Kulturarbeit*’ – tinha a duras penas reprimido, contido ou revestido de uma aparência cultural apresentável”.¹⁰² (p. 2).

Assim, ele entende que:

O trabalho psicanalítico permite neles reconhecer o “estranho inquietante” cuja irrupção no campo da percepção provoca assombro. Frequentemente designados por metáforas espaciais – excluídos, marginais, nas franjas/bordas – é realmente a uma fronteira que, sem cerimônia, nos reenviam. Fronteira psíquica entre o representável e o reprimido, fronteira antropológica entre a familiaridade daquilo que a cultura inscreveu em sua ordem cultural e aquilo que expulsou para as trevas exteriores da selvageria. Fronteira que sua [desses sujeitos] mera existência ameaça imaginariamente de uma fragilidade intolerável¹⁰³. (Henri, 1996/2011, p.2)

Depreendemos, então, que se pode associar à *mésinscription* as várias expressões das vulnerabilidades de que somos feitos ou a que estamos sujeitos: os sofrimentos e dificuldades psíquicas de qualquer ordem, os desvios de

¹⁰² « L’objet *mésinscrit* est celui qui par un ou plusieurs aspects de sa réalité visible fait ressurgir en tous des démons que le long et fragile travail de socialisation –le ‘*Kulturarbeit*’ – avait à grand’peine refoulés, contenus, ou rhabillés d’une apparence culturelle présentable » (tradução nossa).

¹⁰³ “Le travail psychanalytique permet d’y reconnaître « l’inquietante étrangeté », celle dont l’irruption dans le champ de la perception suscite « l’effroi ». Souvent désignés de métaphores spatiales – exclus, marge, frange – c’est en effet à une frontière qu’ils renvoient sans ménagement. Frontière psychique entre le représentable et le refoulé, frontière anthropologique entre la familiarité de ce qu’une culture a inscrit dans l’ordre culturel et ce qu’elle a expulsé dans les ténèbres extérieures de la sauvagerie. Frontière que leur seule existence menace imaginativement d’une intolérable fragilité » (tradução nossa).

comportamento, os efeitos da precariedade da rede de sustentação social, as limitações e excepcionalidades físicas, o envelhecimento e quaisquer déficits com relação aos imperativos sociais contemporâneos. Todos, público-alvo de profissionais e serviços especializados de cuidados, chamados à função de “guardar as fronteiras” da civilização, de detentores de um saber que protegeria a sociedade desses encontros perturbadores. (Henri, 1996/2011; 2013).

Sob essa perspectiva, as instituições de cuidado estão então incumbidas pelo conjunto social de tratar as figuras contemporâneas do inquietante e seus portadores, visando – sob o pretexto de ajudá-los e (re)inseri-los na trama simbólica – amainar ou exorcizar seus efeitos ansiógenos no conjunto da sociedade. Parte da angústia dos profissionais dessas instituições estaria associada a essa contradição fundadora: a convocação informulável da sociedade para que a livrem desses signos inquietantes e potencialmente desorganizadores e a demanda manifesta de tratar o sofrimento (real ou suposto) dos sujeitos que os encarnam (Henri & Grimaud, 2013). Diz-nos Henri que:

a existência social dos profissionais deve-se, de início, à questão da redução da perturbação produzida pelo que se chama, por projeção, de “os problemas” desses sujeitos. Então, quando essa prática leva em conta as verdadeiras questões dos ditos sujeitos (...) é por um desvio daquilo que é socialmente esperado dos profissionais – desvio induzido por uma identificação em espelho ao sofrimento psíquico. Isso engendra uma conflitualidade interna fundamental, que resta não elaborada e quase envergonhada (...).¹⁰⁴ (Henri & Grimaud, 2013, p. 140)¹⁰⁵

O viés tomado neste capítulo para a caracterização dessas instituições indica-nos ainda outra fonte de sofrimento intrínseca e necessária à própria tarefa primária. O material a ser recebido e transformado pelos profissionais – o objeto (ou veículo) mesmo de sua intervenção - seria em grande parte justamente aquilo que restou fora da rede de sentidos daqueles sujeitos ou do grupo social. Aquilo que excedeu as

¹⁰⁴“L’existence sociale des praticiens esta u départ imputable à un enjeu de réduction du trouble produit par ce que, du coup, on appelle par projection « les troubles » de ces sujets, alors, quand cette pratique prend en compte les vrais enjeux desdits sujets (...), c’est par une détournement induit par une identification en miroir à la souffrance psychique. Cela engendre une conflitualité interne fondamentale, qui reste inélaborée et quasiment honteuse » (tradução nossa).

¹⁰⁵Dando expressão a esse conflito dos profissionais, Henri alterna os termos “objeto *mésinscrit*” e “sujeito *mésinscrit*”, para dizer que a mesma pessoa pode ser vista na posição de emblema da perturbação que produz ou sujeito humano de uma história singular e de sofrimentos capazes de tocar o outro. (Henri & Grimaud, 2013).

condições dos sujeitos e de seus grupos e não pôde ser significado: material, portanto, necessariamente espinhudo.

Conforme vimos no capítulo 4, sem “existência” reconhecida, desconectado da malha de associações, esse não-subjetivado não circula, não se põe em relação, não é sujeito à metabolização e ao desgaste. Logo, não se transforma. Fica lá, empatando o trânsito (das associações, de Eros, do sujeito na vida...). Enquanto não ganha alguma subjetivação – que o circunscreva e lhe dê contornos, lhe delimite uma posição relacional e possibilite virar história – insiste em se reapresentar, fazendo apelo a algum outro, a algum continente. Ora, as instituições de cuidado e seus profissionais se oferecem como destinatários desse endereçamento, se dispõem a tentar algo justamente a partir do lugar desse outro a quem isso apela. Logo, em função de sua tarefa primária, cientes ou não, colocam-se na linha de frente para atrair e receber essas repetições. Dito de outro modo, com uma expressão de G. Gaillard, prestam-se à transferência. Seu trabalho consiste, grosseiramente sintetizando, no esforço de sustentar o vínculo, receber, se deixar tocar¹⁰⁶ e conter a ainda-não-experiência ou o conflito que nele se repete, inserindo-os em uma trama compartilhada de algum tipo de representação.

A isso Gaillard (2015) chama “dar um lugar para a Morte”.¹⁰⁷ Anteriormente, tratando justamente do sofrimento nas instituições, Kaës (1991) afirmava que “é importante deixar falar e ouvir o sofrimento e o mal, seja qual for a sua procedência e a sua razão de ser: a condição primordial é permitir que a sua representação aflore – pela palavra e pelo jogo” (p.39). Temos apontado como as equipes *revivem* na cena institucional - com sua carne, vínculos e paixões - esses elementos da experiência e os mecanismos que convocam. Por isso, a fórmula “dar um lugar para a Morte” também ressoa para nós como: por meio de um corpo-a-corpo concreto (porque os corpos dos sujeitos e do grupo estão no jogo), esboçar-delimitar um corpo visível, passível de alguma representação, à negatividade própria ao humano. Atribuir-lhe talvez alguma imagem, mesmo que sombra, que se assemelhe ou remeta a uma face. Corpo-a-corpo do qual dificilmente saímos como entramos.

¹⁰⁶ Se deixar tocar, convocar, recrutar, tomar, de acordo com as experiências, suas intensidades e modalidades de expressão/comunicação.

¹⁰⁷ Explicitando o diálogo com o texto clássico de Eugène Enriquez (1991).

Assim, Georges Gaillard (2014) também entende que a tarefa das instituições em questão é a “de cuidar das inevitáveis falhas do processo de civilização, ou seja, daquilo que, da pulsão que anima e ‘trabalha’ os sujeitos, não chegou a se ligar, a simbolizar-se suficientemente, a se humanizar num vínculo com o outro” (p. 22). Ressaltando que essas falhas, produtoras de sofrimento e sintoma nos sujeitos e na sociedade, são fruto da destrutividade inerente ao humano, do trabalho de desligamento da pulsão de morte - que se opõe ao trabalho da cultura (*Kulturarbeit*)-, entende que há um trabalho de ligação e cerzimento a ser feito pelas equipes em prol da vida. Observa, assim, que os processos tanáticos, seus produtos e correlatos compõem a matéria cotidiana do trabalho dos profissionais das instituições de cuidado.

A matéria-prima dessas instituições da desinscrição [*mèinscription*] nada mais é do que a *angústia*, o *terror* e a *vergonha* em suas múltiplas variações, ou seja, esse conjunto de afetos que se referem a experiências *extremas*, a configurações nas quais o sujeito se debate em confusões desumanizantes. (Gaillard, 2014, p. 22; grifos do autor)

Sintetizando de forma muito clara o que apresentamos até agora, Gaillard (2001), em outro trabalho, afirma que

Por meio da elaboração do mito de *Totem e Tabu*, Freud inscreve a questão do *assassinato do pai*, e da *renúncia* que o segue, como o movimento de saída do arcaico e da barbárie, e como a assunção da lei, através do “significante pai”. A clínica institucional nos mostra que esse movimento não é jamais adquirido, senão em uma configuração momentânea e frágil. Como depositárias das “falhas” dos processos de ligação da pulsão e herdeiras da demanda social de mascarar o *mal-estar* na *cultura*, essas instituições tem de redescobrir e reproduzir sem cessar o processo de *civilização*. (p. 137, grifos do autor) ¹⁰⁸

¹⁰⁸ “Au travers de l’élaboration du mythe de Totem et Tabou, Freud inscrit la question du meurtre du père, et le renoncement qui lui fait suite, comme le mouvement d’émergence hors de l’archaïque et de la barbarie, et comme l’assomption de la loi, au travers du ‘signifiant père’. La clinique institutionnelle nous montre que ce mouvement n’est jamais acquis, sinon dans une configuration momentanée et fragile. En tant que dépositaires des ‘ratés’ de processus de liaison de la pulsion, et qu’héritières de la demande sociale de masquer le malaise qui taroude la culture, ces institutions se retrouvent à re-découvrir et rejouer sans cesse le processus de civilisation » (tradução nossa). Neste trecho o autor aponta como referência P.Fédida e N. Zaltzman.

Baseados nessa abordagem, afirmamos na introdução desta dissertação que os profissionais que se ocupam dos adoecimentos humanos, em suas expressões individuais ou sociais, travam um corpo-a-corpo diário com a miséria humana.

Também Pinel (2011) identifica que

Para sustentar um processo de restauração do tecido da trama simbólica e escorar os processos de ligação, as equipes institucionais devem inscrever-se no coração das conflitividades mais agudas, confrontar-se sem cessar, a partir de dentro, com as diversas expressões do rompimento e da destrutividade. (p. 22)

Por isso, entende que são compostas por um “paradoxo de fundo” (Pinel, 2011, p. 22) que conjuga suficiente maleabilidade (relativa à abertura e sensibilidade ao outro) à firmeza necessária para o incessante trabalho de restauração das diferenciações organizadoras continuamente borradas. Note-se como se afigura que o cuidado das condições subjetivas (e de subjetivação) da equipe e a realização da tarefa são estreitamente enlaçados. Neste ponto da discussão, sinalizando uma condição necessária a ambos, o autor identifica um ponto nevrálgico de intervenção que, incidindo sobre o aparelho psíquico grupal da equipe, opera também sobre a tarefa:

O controle dessas vulnerabilidades de fundo e a manutenção de uma posição articular [das equipes] dependem da instauração e da fecundidade dos dispositivos grupais de metabolização: de suas capacidades para resgatar e transformar os efeitos dissociativos ou perturbadores que atravessam os diferentes espaços e instâncias institucionais. (Pinel, 2011, p. 22)

Até esse ponto, falamos da condição de *mésinscription*, da inevitável repetição do que está à espera de subjetivação e da qualidade perturbadora da matéria-prima do trabalho dessas instituições. Apontamos também sua localização nas beiradas do tecido social ou nos limites do trabalho de civilização, da contradição informulável da demanda que o conjunto social lhes endereça, e da necessidade de comportar suficiente porosidade (vulnerabilidade) ao outro. Disso tudo se depreende que haja sempre um sofrimento, inerente, a essas práticas institucionais.

Ora, assim como, para Freud, a clínica neurótica padrão fez a transferência passar de ruído inconveniente à mais potente ferramenta do tratamento, também a

clínica de grupos e instituições foi fazendo ver que *as condições e experiências vividas pelos profissionais no interior das equipes não só informam sobre o que demanda trabalho no par terapêutico e no usuário, mas constituem uma via privilegiada de intervenção*. A observação clínica aliou-se à compreensão das formas de agenciamento e ressonância intersubjetiva entre usuários, profissionais e equipes, para mostrar-nos que a intervenção sobre a experiência e o aparelho psíquico da equipe já é também intervenção sobre o que sofre no usuário.

Assim, os espaços de retomada clínica da equipe, tais como reuniões clínicas, supervisões, discussões de caso (com ou sem um interveniente externo ao grupo) ganharam importância como dispositivos não apenas de reflexão sobre a prática e de cuidado para com a equipe, mas também de operação sobre o objeto da tarefa. Nessa perspectiva, as questões técnicas, as tomadas de decisão, as montagens de dispositivos e projetos terapêuticos serão *efeito* de um trabalho que – ao restabelecer espaço subjetivo entre profissionais e usuários, restituir diferenciações significantes na equipe, integrar aspectos cindidos ou difratados da relação com o usuário, identificar fantasmas migrantes de outras cenas etc.- relança a capacidade associativa e simbólica da equipe, e restaura sua capacidade de pensar, criar e sonhar.

Dizendo assim até parece relativamente fácil, mas é um trabalho custoso, que exige implicação e coragem dos profissionais, e confiança entre eles, no enquadre e na figura institucional que representa autoridade (garantidor simbólico). Coragem para, refutando ou abandonando o refúgio em uma posição fálica, expor suas dificuldades, dores, indiferenciações, atuações - suas escorregadas e loucuras. Confiança em que os outros não se aproveitarão dessa exposição para brilho ou gozo próprio e que os continentes (enquadre e garantidor simbólico) são aptos a regular e conter eventuais excessos em qualquer direção. Contudo, quando esse trabalho é possível, seu resultado se produz em registros diversos (dos indivíduos, do grupo e da tarefa junto ao usuário) e é muito gratificante: alívio pelo reconhecimento do lugar necessário (e não culposos ou vergonhosos) das faltas, pela experiência de poder contar com a continência, o apoio, o resgate e o trabalho da rede de vínculos e do aparelho psíquico grupal, pela recuperação da mobilidade psíquica e relacional de cada um e do grupo, pela experiência de transformação no vínculo com o usuário... Em especial, a

(re)instauração do “prazer de pensar juntos” (Gaillard, 2004a, 2004b, 2005, 2008b) é um ganho importante para o cotidiano da equipe e para o funcionamento grupal.

Para refletirmos mais sobre os espaços de retomada clínica como instâncias de transformação da experiência atualizada no vínculo entre usuário, profissional, equipe e instituição¹⁰⁹, recorremos a um operador teórico-clínico que o articula às observações anteriores. Aparentemente, este operador não está formalizado como tal, não é formalmente reconhecido como um conjunto organizado em torno de uma unidade conceitual. Entretanto, percebemos que, na literatura consultada, tem sido utilizado com muita fecundidade nesta posição e que há um esforço em prol de sua sistematização (Pinel, 2011; Gaillard, 2011). É composto pelas formulações de diferentes autores acerca de fenômenos tipicamente observados nas clínicas institucionais que, cada um com suas particularidades¹¹⁰, têm em comum se relacionarem com a idéia de ressonância intersubjetiva entre usuários e equipes. Por isso, optamos aqui por nos referir a eles como “processos de ressonância”.¹¹¹

Gaillard (2011) os relaciona ao paradigma, observado por diversos autores, entre eles Bleger, Kaës e J.-P. Pinel, de que “as instituições, as equipes e os profissionais que as compõem são organizados psiquicamente por seu objeto” (p.8).¹¹² Pinel (2011) organizou a história da construção dessa perspectiva quanto às instituições de cuidado, apontando como pioneiros os trabalhos de Alfred H. Stanton e Morris S. Schwartz, no Hospital Psiquiátrico de *Chestnut Lodge*, EUA, que nos anos 40 apontaram um mecanismo que, nessas instituições, reproduz nas equipes as dinâmicas tratadas. De acordo com essa retomada, o “efeito Stanton-Schwartz” identifica uma “lei organizadora dos processos inconscientes desenvolvidos em instituições de cuidados” (Pinel, 2011, p. 31), que constitui a matriz das elaborações teóricas

¹⁰⁹ Gaillard (2004, 2005, 2011, 2014, 2015), Pinel (1989, 2005, 2010, 2011, 2016) e Vidal (2002, 2006, 2007).

¹¹⁰ De acordo com o tipo de clínica, de patologia e de mecanismos intersubjetivos envolvidos, os processos de ressonância adquirem formas e características variadas. Para mais sobre isso, remetemos o leitor à Pinel (2011 e 2019, comunicação oral no IPUSP).

¹¹¹ O conceito de ressonância inconsciente foi introduzido por Foulkes, no campo da Grupanálise, em 1948, para descrever “um conjunto de respostas emocionais e comportamentais inconscientes de um indivíduo à presença e à comunicação de outro indivíduo” (Kaës, 1997, p. 67).

¹¹² “*La clinique des groupes et des institutions nous a familiarisés avec l'idée-force selon laquelle les institutions, les équipes et les professionnels qui les composent, sont organisés psychiquement par leur objet. De José Bleger à Jean Pierre Pinel, les travaux sont nombreux qui déclinent ce paradigme*” (Gaillard, 2011, p. 8).

posteriores – câmara de ecos, processos reflexivos ou paralelos etc. - que reconhecem nas supervisões e discussões clínicas aspectos da dinâmica do par terapêutico tratado. Importante passo rumo à subversão das visões do funcionamento psíquico individual e do grupo ou da instituição como delimitados em si e autônomos.

Assim, Stanton e Schwartz estabeleceram como exemplar das instituições que tratam falhas graves nos processos de simbolização o *roteiro em que o funcionamento da equipe e a relação entre seus membros são tomados por efeitos suscitados pelo paciente e sua problemática*. Constataram também que a possibilidade de tratamento do paciente acompanha a elaboração (ou não) na equipe da conflitividade nela instaurada. Em se tratando de episódio que abre muitas portas para a compreensão de processos das clínicas institucionais, vale nos demorarmos um pouco no relato de Pinel (2011):

O “efeito Stanton-Schwartz” repousa sobre a observação de uma situação clínica fundamental em que um mesmo paciente suscita entre os membros da equipe instituída movimentos psíquicos, modalidades de investimento, contra-attitudes diversas, na maioria das vezes conflituosas, ou até antagonistas ou paradoxais. (...) O conflito, embora geralmente percebido e sentido pelos protagonistas, desenvolve-se em uma forma de minoração, desaprovação ou segredo mútuos. O antagonismo vai progressivamente estender-se, vai tomar a forma de uma rivalidade narcísica, de um confronto de onipotência, e vai mobilizar o desejo, mais ou menos exacerbado, em fazer prevalecer seu ponto de vista, sua teoria, seu método, sua técnica em relação ao outro (...). À medida que aumenta o desacordo, o paciente vai apresentar um agravamento de sua patologia, podendo a desorganização desembocar em uma verdadeira descompensação mortífera.

Em contrapartida, assim que os termos do antagonismo – e as singularidades da configuração de laços a este associados – podem ser evocados, elaborados, tratados e superados grupalmente, o paciente se reorganiza e investe de novo os dispositivos terapêuticos, sem que seja útil ou necessário lhe restituir verbalmente algum elemento desse processo. (pp. 31-32)

(Fosse este um texto não acadêmico poderíamos intitular o trecho acima: “Quem nunca?”).

Essa linha de pensamento foi desenvolvida por P.-C. Racamier que, entre os anos 70 e 80 também apontou “que os antagonismos que atravessam a equipe são exatamente homólogos ao conflito inconsciente e clivado que anima o paciente. Este último encontra na instituição, como num espelho, seu próprio dilaceramento interior”

(Pinel, 2011, p. 32). Racamier acrescentou que estes antagonismos se instalam sobre conflitos interpessoais, grupais ou institucionais de alguma forma negados ou precariamente contidos – sobre linhas de fratura previamente existentes. Logo, ao mesmo tempo em que dizem da problemática dos sujeitos ali tratados, solicitam e indicam traços dos vínculos intersubjetivos da equipe, de seus pactos denegativos (Kaës) e outros conluios inconscientes.

A respeito do mesmo fenômeno, Pinel (1989) nomeia como homologia funcional o processo em que “o aparelho psíquico institucional adota um modo de funcionamento análogo àquele” dos sujeitos atendidos (p. 79).¹¹³ Fala em “difração” dos grupos internos do paciente, que exporta “seus conflitos não mentalizados e seus fantasmas arcaicos para a psique dos cuidadores e/ou para o sistema de laços grupais e institucionais (...)”, fazendo “explodir os pactos denegativos e as comunidades de negações” e sustentando junto com parte da equipe “uma destrutividade inconsciente compartilhada” (Pinel, 2011, p. 33). Nesse movimento, buscaria no sistema intersubjetivo abrigo e metabolização de elementos de seu aparelho e funcionamento psíquico: buscaria colocá-los em tratamento fora.

A impossibilidade de elaboração dessas conflitivas e mecanismos nas equipes tem efeitos perniciosos de desligamento no paciente e no grupo ou serviço. Cronificados, podem ainda se autonomizar de suas fontes e se incrustar no quadro institucional, ameaçando e deteriorando sua estrutura, dinâmica e as condições coletivas de ligação e criatividade (Pinel, 2011). O que entendemos, então, como uma disjunção pulsional manifesta-se nas dissensões, discórdias, formações de enclaves, confrontos onipotentes, expulsões, relações de dominação e violências de várias ordens. Pinel (2011) ressoa nossa experiência ao observar, nessas circunstâncias,

a deserção das instâncias de elaboração coletiva, gerando uma progressiva dissolução das funções de metabolização e da criação de significações compartilhadas. Ficam abolidas as capacidades de interpretação, dando lugar a um funcionamento meramente operatório, situado em perfeita congruência com as lógicas de cálculo e de gestão contemporâneas. (p. 34)

¹¹³ « *La partie psychique du cadre, à savoir l'appareil psychique institutionnel (API) adopte un mode de fonctionnement analogue à celui des actants* » (tradução nossa).

Acrescentamos que, por vezes, essa condição fica depositada e encarnada em um integrante ou subgrupo, enquanto o restante da equipe pode aparentar (e se regozijar de) capacidade de ligação, que, entretanto, encontra-se inviabilizada pelo conjunto.

Assim, o trabalho da destrutividade, que Gaillard opta por nomear “Morte”, referindo-o à pulsão, tem efeitos nas equipes, nos seus vínculos (entre si e com os usuários) e em seu funcionamento. Toma-os sob a forma de processos de desligamento (clivagens, rupturas, exclusões), de indiferenciações (colagens confusionantes), desinvestimentos, enrijecimentos..., que obstaculizam e às vezes impedem a capacidade das equipes de pensar, associar e criar. Mas toma-as, lembramos, entrando em ressonância e pactuando com os desígnios inconscientes do grupo e dos profissionais¹¹⁴.

Pensá-los como efeitos de ressonância intersubjetiva ressalta sua dimensão transferencial. J.-P. Pinel sustenta, contudo, que não são – processos de ressonância e transferência – redutíveis uns ao outro, uma vez que os primeiros se referem a uma dinâmica intersubjetiva de agenciamentos e acoplamentos inconscientes que conjuga em compósitos intermediários realidades subjetivas de registros diferentes: do paciente, dos profissionais, do aparelho psíquico grupal e institucional. Ainda não sabemos dizer se podemos entendê-los como produto (terceiro, intermediário) de um campo transferencial que inclui, além do par terapêutico, equipe e instituição. Para Gaillard, no entanto, pensar esses eventos como apelo a um outro e ouvi-los como cenas transferenciais é o que permite fazer face a seu potencial de desligamento e destrutividade (2011).

No âmbito específico dos dispositivos de retomada clínica da equipe, fazendo referência a processos em que o aqui-e-agora do grupo é compreendido como via de expressão e trabalho de aspectos inconscientes da relação terapêutica (ou do sofrimento do usuário), Castanho (2018) fala em “formas complexas de transferência e contratransferência nas supervisões e discussões de caso” (p.231). Elenca, entre eles:

¹¹⁴ Gaillard (2001, 2004a, 2008, 2011) trabalha também sobre certos aspectos do desejo, das questões narcísicas e identitárias, dos pactos inconscientes, do não subjetivado que costumam compor essas equipes.

os “processos paralelos” em supervisão (Morrissey & Tribe, 2001), a “câmara de ecos” dos grupos de supervisão ou reuniões clínicas (J.-P. Vidal, 2006, 2007), a intertransferência (Kaës, 2004b) entre os membros da equipe ou da coordenação dos grupos. Pensamos também na “transferência da transferência”, de Gaillard (2015).

Assim, sob denominações distintas, o fenômeno da *reprodução da relação transferencial na dupla de supervisão* foi descrita por vários autores. Searles, em 1955¹¹⁵, a denominou “*reflection process*”, dando início a uma série de pesquisas por outros analistas e psicólogos clínicos que acabou por adotar na maior parte das vezes a expressão “*parallel process*” (Morrissey&Tribe, 2001). Estudado tanto pela corrente das relações de objeto como pelas teorias interpessoais, em geral foi associado aos mecanismos de identificação e identificação projetiva (Morrissey & Tribe, 2001). Desde Searles, portanto, vem-se discutindo essa replicação da relação transfero-contratransferencial nas supervisões, e apontando sua função de comunicação e seu valor como operador clínico.

Observações semelhantes foram descritas quanto aos dispositivos grupais de retomada clínica. Tratando de grupos de supervisão, reuniões de supervisão da supervisão, grupos de discussão clínica e pesquisa etc., J.-P. Vidal (2002, 2006, 2007) descreve um mecanismo de reverberação em cadeia – de repetições encadeadas¹¹⁶ – que propagaria entre os grupos que se ocupam de determinada situação clínica a problemática inconsciente em jogo ou, em outros termos, “uma mesma estrutura fantasmática” (2007, p. 148). Tomando o grupo de retomada clínica como uma “câmara de ecos” ou uma “caixa de ressonâncias” (2006, 2007) que reverbera a múltiplas vozes e cenas aquilo que faz apelo ao trabalho psíquico na situação clínica original, sugere que a escuta privilegie a dinâmica grupal, a interdiscursividade associativa (Kaës, 2004b, 2011) e os efeitos produzidos sobre o grupo pela questão levada à discussão.

Sem dúvida, trata-se de identificar e ouvir tudo o que se diz e se passa nesses diferentes âmbitos como a declinação de uma mesma problemática e de um mesmo discurso sustentado a várias vozes. Segundo diferentes modos, em diferentes

¹¹⁵ Época em que também mantinha atividades no *Chestnut Lodge* Hospital, mesmo de Stanton e Schwartz.

¹¹⁶ No original : « redoublements emboîtes ».

momentos e de acordo com diferentes lógicas se conjuga aparentemente um mesmo recitativo. (Vidal, 2007, p. 150) ¹¹⁷

Mas atenção: a reverberação não se dá de forma linear, mas difratada, distorcida, segundo também as condições do aparelho psíquico grupal da equipe (ou grupo que reverbera). Vidal (2006) fala de formações de compromisso, ou intermediárias, que consistem em:

construções comuns e originais onde vem se refletir ou se reverberar aquilo que pertence a diferentes campos ou espaços psíquicos, heterogêneos mas interferentes. Assim, podemos dizer que vem se declinar ou se conjugar a partir de códigos distintos uma mesma problemática que tem sentidos particulares segundo os espaços psíquicos ou as realidades a que estão referidas (...) ¹¹⁸ (Vidal, 2006, p.83)

Gaillard (2014, 2015) chama “transferência da transferência” a capacidade da equipe de permitir que se atualize em seu interior – no seu corpo, seu funcionamento, seu sistema de vínculos etc. – as experiências que agem no profissional em função de seu encontro com o usuário. Entende, com isso, que uma equipe é tão mais terapêutica, tão mais capaz de operar transformação no usuário, quanto mais se deixa ocupar pela morte – por tudo aquilo da experiência do usuário e do par terapêutico que se associa ao desligamento, ao traumático, ao arcaico, não representado ou irrepresentável (2015).

De acordo com o grau de desligamento pulsional envolvido e das condições do grupo profissional para se prestar à transferência da transferência, Gaillard (2015) sugere três configurações segundo as quais os aspectos da experiência do usuário e do vínculo com ele se presentificam nos espaços de retomada clínica da equipe.

¹¹⁷ « Sans doute s’agit-il de repérer et d’entendre tout ce qui se dit et se passe dans ces différents lieux comme la déclinaison d’une même problématique et d’un même discours tenu à plusieurs voix. Selon différents modes, en différents moments et selon différents logiques se conjugue apparemment un même récitatif » (tradução nossa).

¹¹⁸ “des constructions communes et originales où vient se refléter ou se réverbérer ce qui appartient à des champs ou à des espaces psychique différents, hétérogènes mais interférentes. Ainsi, on peut dire que vient se décliner ou se conjuguer à partir de codages distincts une même problématique qui prend des sens particuliers selon les espaces psychiques ou les réalités aux quels ils sont référés (...)” (tradução nossa).

1. Na configuração mais simples, com as condições de simbolização mais preservadas ou se tratando de experiências mais acessíveis a ela, um ou alguns profissionais conseguem reconhecer e nomear junto ao grupo uma primeira vivência e/ou afeto, já denotando também nesse movimento possibilidade de expor suas vulnerabilidades e de contar com o apoio daquele grupo. A escuta do grupo deve então orientar-se para integrar, reunir em um roteiro ou fantasmação a cadeia associativa grupal, composta também dos efeitos “no corpo do grupo” e de sua “tonalidade emocional”. Supomos que, em uma clínica de sofrimentos privilegiadamente neuróticos, em que a destrutividade encontra-se algo mais limitada por seu enredamento a Eros, seja esta a configuração (marcada mais pela difração das representações, do que pelo agir) que se atualiza na equipe.

2. A segunda configuração mencionada por Gaillard é caracterizada por ele como “presentificação da clivagem no corpo grupal” (2015, p. 233). Nesses casos, o grupo vive, em uma teatralização involuntária, a fragmentação, a clivagem, a contradição impedida de ter lugar na psique do usuário. Surgem divisões e desavenças no grupo, que, apenas na medida em que passam a ser ouvidas como encarnações de diferentes representações do usuário ou de diferentes aspectos da experiência com ele, logram alguma possibilidade de integração, e a equipe vive maior tolerância à dissonância.

3. A terceira configuração - “encarnação dos afetos mortíferos no corpo do(s) profissional(is) – mostra-se pela presentificação no grupo, sem que este se dê conta, do vazio, da “glaciação” afetiva, da rigidez, dos estados de sideração ou manifestações de prazer mortífero. Gaillard entende que, nessas situações, é preciso “se deixar aproximar grupalmente desses pontos de desorientação, se deixar habitar por essa perturbação, para que surja aquilo que o profissional e o grupo mantinham fora da representação” (2015, p. 235). Diz ainda que, em configurações como essas, é comum que algum profissional periférico ao caso porte um eco direto do sofrimento do usuário, presentificando-o na equipe por meio de alguma experiência “fonte de aniquilamento e de vergonha” (2015, p. 235).

Vemos que, na medida em que a equipe pode realizar um trabalho coletivo de reconhecer e reunir os fragmentos que se apresentam difratados, clivados, agidos, na experiência polifônica do grupo, reinstaura-se uma distância com relação à experiência e pode-se (re)construir uma cena ou sentido compartilhável, que humaniza a experiência para todos (usuário e profissionais) e restringe sua potência destrutiva. Pode também ser interessante notar que, nessa lida com os processos e produtos do desligamento, as operações subjetivas constantemente exigidas dos profissionais e do aparelho psíquico grupal parecem se organizar em torno das atividades de ligação e de diferenciação simbolizante (Gaillard, 2008b).

Sob essa perspectiva, portanto, a equipe constitui uma instância fundamental à consecução da tarefa. Até mesmo para que seja capaz de se prestar à transferência do usuário (com tudo o que ela implica), o profissional precisa confiar que a equipe é capaz de resgatá-lo se for preciso; que também tolerará, por sua vez, efeitos e eventos que podem tensionar seus limites; e que colocará sua aparelhagem psíquica a serviço do trabalho de representar o que nela se passar. De seu lado, para que sejam capazes de se prestar à transferência da transferência, as equipes precisam contar com suficiente confiança no enquadre e nos garantidores da autoridade institucional. Trata-se, em suma, de não evitar a violência do vínculo, de consentir com ela e, *com a ajuda do grupo e do conjunto de dispositivos institucionais*, se desprender da experiência bruta em direção ao prazer de pensar junto (Gaillard, 2004a, p. 163).

Os conceitos de intertransferência e análise intertransferencial, propostos por Kaës (2004b), dizem respeito aos efeitos recíprocos das relações transferenciais e contratransferenciais entre dois (ou mais) analistas que trabalham juntos com um grupo e o campo transfero-contratransferencial desse grupo. Dada a densidade do conceito, recorreremos às palavras do autor:

Chamei de intertransferência o movimento das formações psíquicas induzido nos psicanalistas na situação de grupo por seus vínculos transferenciais mútuos e, correlativamente, pelos efeitos que as transferências dos participantes induzem em suas contratransferências. (Kaës, 2004, p. 138)

O que ele esmiúça da seguinte forma:

A intertransferência é um efeito da resistência de analistas enquanto trabalham juntos [com um grupo]: essa resistência é mutuamente mantida por sua contratransferência e sua transferência recíprocas, mas é também induzida e sustentada pelas transferências dos membros do grupo ou da família sobre os analistas. A intertransferência se situa sobre esses nós transferenciais. (Kaës, 2004b, p. 5)¹¹⁹

Nesses nós incidem também as “genealogias de divã” (2004b, p. 13), transferências às teorias, escolhas teórico-clínicas, enquadres internos, transferências com a instituição de cada analista, o que os torna verdadeiros entrepostos onde se cruzam e relacionam diversas dimensões subjetivas, intersubjetivas e institucionais. Por isso, segundo Kaës (2004b), a intertransferência constituiria “o lugar intersubjetivo privilegiado das alianças inconscientes, dos contratos narcísicos e dos pactos denegativos” (p.13)¹²⁰.

Como o próprio nome sugere, a análise intertransferencial propõe-se a submeter as relações transferenciais e contratransferenciais entre os analistas a um trabalho de análise que deslinde “os lugares transferenciais alocados por cada psicanalista ao outro psicanalista na situação de grupo e os efeitos contratransferenciais desses lugares no espaço grupal (Kaës, 2004, pp. 138-139)”¹²¹. Kaës (2004b) a considera condição necessária à elaboração da interpretação para o grupo, e “o objeto, o método e o momento específico desse trabalho [psíquico da intersubjetividade] para os psicanalistas em situação de grupo” (Kaës, 2004b, p. 14)¹²². Em nossa experiência com grupos terapêuticos de orientação psicanalítica, percebemos que a análise intertransferencial trabalha o grupo - opera efeitos no grupo - sem que seja necessário lhe restituir verbal ou explicitamente essa análise.

¹¹⁹ “L’intertransfert est un effet d la resistance des psychanalystes en tant qu’ils travaillent ensemble : cette resistance est mutuellement entretenue par ler contre-transfert et leur transfert réciproques, mais elle est aussi induite et soutenue par les transferts des membres du groupe ou de la famille sur les analystes. L’intertransfert se situe sur ces noeuds transferentiels » (tradução nossa).

¹²⁰“(…) le lieu intersubjectif privilegie des alliances inconscientes, des contrats narcissiques et des pactes dénégatifs » (tradução nossa).

¹²¹ Diferentemente, alerta o autor, de inter-análise ou análise mútua entre os analistas (Kaës, 2004b, p. 14).

¹²² “L’analyse intertransférentielle est l’objet, la méthode et le moment spécifique de ce travail pour les psychanalystes en situation de groupe »(tradução nossa).

Ao longo desta dissertação, vimos falando de várias fontes que – exercendo pressão sob diversas formas - exigem trabalho psíquico dos profissionais dessas instituições. Sem lhe dar muito espaço para não nos dispersarmos demais (ou ainda mais), mencionamos inicialmente a angústia mobilizada pelo encontro com o outro (que, na melhor das hipóteses, nos defronta também com o estranho em nós) e o efeito ansiógeno de estar em grupo, em meio a uma “alteridade plural” que induz um movimento regressivo e convoca transferências múltiplas. Falamos da demanda dirigida pelo conjunto social a esses profissionais e instituições, e da delicadeza de trabalhar sobre e com as falhas do tecido simbólico, do processo reputado como de “civilização” das pulsões ou de humanização do homem¹²³. Tratamos com mais vagar das toxidades próprias à tarefa e à sua matéria-prima, mencionando agenciamentos, processos e destinos intersubjetivos produtores de ordens diversas de desconforto ou sofrimento. Nesse ponto, colocamos o sofrimento a nosso serviço, tomando-o como guia e ferramenta da intervenção.

Resta-nos abordar os efeitos na equipe em função de sua relação com o universo imaginário e simbólico da instituição: seus mitos, sua genealogia, seus tabus e não-ditos, seus fantasmas e suas heranças, a relação que mantém com seus valores instituintes, os destinos dados à violência fundadora, o modo como lida com sua negatividade, suas relações com o metaquadro social etc. Suspeitamos, porém, que seria já abusar da paciência de todos e do nosso próprio fôlego. Uma vez que há uma literatura vasta e rica a respeito, sugerimos, sem deixar de apontar a relevância dessa dimensão da vida institucional, recomendar ao leitor algumas das fontes originais (Enriquez, 1991; Kaës, 1991, 2011b, 2016; Nicolle & Kaës, 2011; Gaillard, 2008, 2001, 2016; Gaillard & Castanho, 2014; Drieu & Pinel, 2016; Pinel, 2011, 2016).

Também não poderíamos concluir sem deixar registrado que, no decorrer desta pesquisa, descobrimos uma literatura psicanalítica italiana muito fértil no campo da clínica e metapsicologia dos grupos e instituições. A formulação de uma função gama, correlato grupal da função alpha de Bion, nos é de especial interesse. Neste trabalho, porém, nos limitamos a reconhecer essa importante contribuição, que aponta direções

¹²³ Haja identificação com o mito do herói! (Descontada a ironia, idéia referida à Gaillard, 2004b, 2008, 2001).

para pesquisas futuras. No campo da produção nacional, chamamos a atenção do leitor aos trabalhos de Pablo Castanho (2015, 2016, 2018), que inspiram e permeiam toda essa dissertação, Maria Inês Assumpção Fernandes (2005) e Cristiane Curi Abud (2015).

Por ora, depreendemos deste trajeto que, para que a vida e as associações sejam possíveis, a destrutividade inerente à vida humana tem destinos diversos. Quando dizemos que as instituições se constituem sobre a negatização de partes da pulsionalidade¹²⁴ e que são depositárias da parte mais indiscriminada de nós mesmos, sinalizamos que são um dos continentes dessa destrutividade, que - continuamente exigindo esforços de contenção ou estabilização - permanece lá. Na vida institucional, qualquer que seja ela, convivemos, portanto, com seus rastros, ameaças e exigências. Nas instituições de cuidado, essa destrutividade constitutiva recebe o aporte daquelas direta ou indiretamente associadas à sua tarefa. Temos, portanto, o desafio de continuamente reinvestir a tarefa, os usuários, o grupo, para que, necessariamente (como parte do jogo que pode levar a sua transformação), sejam novamente colocados em sofrimento e erodidos. A condição para que o investimento mantenha-se passível de ser a cada vez reencontrado parece-nos passar pela sustentação em uma rede de apoios encadeados, formada por pares, equipe, enquadre institucional e instituições do metaenquadre social, todos com uma dupla função de continência (no sentido de amparo, apoio e lugar) e de terceiro (que separa, delimita, interdita).

¹²⁴ Referência à idéia de renúncia pulsional em prol da civilização, do contrato social (Freud), e ao fundo de negatividade sobre o qual todo vínculo é construído (Kaës, 1991; Enriquez, 1991).

6. Considerações finais

Sonha-se em equipe?

“O sonho é breve, mas dura”.

(P. Milner, 1985)¹²⁵

Ao longo desta dissertação, mencionamos alguns fatores que contribuem para as experiências de sofrimento dos profissionais e das equipes em instituições que têm como tarefa responder a dificuldades, angústias, dores ou outras sortes de sofrimentos humanos. Entre eles, em uma aproximação inicial mais abrangente, identificamos: o encontro cotidiano e incontornável com a alteridade fora e com o estranho ameaçador dentro; as angústias mobilizadas por estar em grupo, entre uma multiplicidade de outros que nos tocam, convocam, tomam de maneiras várias e desconhecidas; o medo-tentação de se perder, se dissolver, formando um todo com o plasma grupal-institucional (fantasias relativas ao narcisismo primário, à fusão com a mãe-ambiente); a ameaça de mobilização pela instituição das nossas indiscriminações mais ou menos estabilizadas; os agenciamentos pela estrutura e dinâmica institucional (sua história, seus mitos, seus interditos, fantasmas e tabus, seus ritos, sua economia própria) e o contato próximo e constante com a dor, a angústia, a miséria em suas diferentes formas.

Trata-se, em geral, de angústias relacionadas à experiência não apenas da porosidade, mas, principalmente, de vulnerabilidade (que, em alguns casos, pode beirar a volatilidade) das fronteiras que delimitam o que somos nós e o que é o outro. Afinal, vimos que há muito de nós que fica alojado e é reencontrado (ou não) fora daquilo que reconhecemos como nossa experiência subjetiva particular. Vimos

¹²⁵ Citado por Kaës, 2004, p. 53.

também o tanto de outro e os tantos outros (grupos inclusive) que, com diferentes tipos de vistos (alguns até ilegais), habitam e compõem nossas experiências subjetivas mais íntimas, nossa forma de estar e trocar com o mundo e nossas representações e experiências de nós mesmos. Parece-nos, portanto, que a problemática da *experiência das fronteiras* cumpre um papel bastante importante no campo estudado.

Tomando em uma angular mais específica as instituições de cuidado, apontamos outras fontes de sofrimento: a contradição na demanda que lhes endereça a sociedade e a matéria de seu trabalho (o retorno como mal-estar individual ou social do que ficou, por diferentes motivos e meios, sem lugar na rede de sentidos que insere cada sujeito no conjunto da humanidade). Enfatizamos, especialmente, uma fonte de sofrimento que é inerente e necessária ao ofício: prestar-se a ser alvo e recipiente das repetições que buscam subjetivação, a fim de operar sobre elas. Para falar disso, passamos um pouco sobre o apelo (ou a compulsão) da experiência por subjetivação e a participação essencial do outro nesse processo, quer na constituição do sujeito quer nos tratamentos. Condensando o sonhar e a “função simbolizante do objeto” (Roussillon), falamos então em *função ensonhante do outro*.

Entendemos, portanto, que os profissionais em questão se oferecem como instrumentos de metabolização ou transformação da experiência dos sujeitos, o que não pode ser feito sem quebrar os ovos e se molhar. Dependendo da modalidade de experiência que está em sofrimento no sujeito, o profissional é chamado ora a ressonhar junto os já sonhos trazidos à relação terapêutica, ora a sonhar (pelo ou com o sujeito) os não-sonhos, a experiência não subjetivada reatualizada no encontro.

No contexto institucional, o que se passa entre profissional e usuário comunica-se em mão-dupla com os demais grupos e aspectos que compõem a instituição: tanto é marcado e moldado pelo grupo e pela instituição, como os marca e molda¹²⁶. No corpo da dissertação, mencionamos ou apresentamos algumas das expressões dessas marcas recíprocas e recorremos a alguns constructos intermediários (como aparelho psíquico grupal e institucional) na tentativa de articular a passagem entre as formações

¹²⁶ Entendemos que também na clínica privada os grupos e instituições (de referência e de pertencimento do analista, ou de ambos, por exemplo) constituem o campo analítico ou a experiência terapêutica, mas sob primas diferentes.

intersubjetivas do par ou grupo terapêutico e aquelas da equipe instituída no quadro de uma instituição. Tentamos sublinhar, assim, que o espaço intersubjetivo produzido pelo par ou grupo terapêutico e o espaço intersubjetivo da equipe se determinam mutuamente.

Pensamos, então, que a equipe *pode* cumprir uma função de metabolização e transformação da experiência dos pares-grupos terapêuticos no contexto da instituição e, assim, do sofrimento dos usuários. A equipe, em determinadas condições, poderia então funcionar como um *aparelho de sonhar a clínica institucional*.

A partir das inflexões contemporâneas sobre a teoria psicanalítica do sonhar, da noção de Kaës de espaço onírico compartilhado (2004) e do pensamento psicanalítico a respeito dos processos intersubjetivos em equipes e instituições (desenvolvido especialmente a partir da *Université Lyon 2*), tentamos reconhecer algumas condições para a constituição e sustentação de um *espaço onírico das equipes*.

Em primeiro lugar, pensamos na necessidade de que o *enquadre do trabalho institucional e dos dispositivos de elaboração da equipe seja suficientemente maleável e firme*, capaz, portanto, de proporcionar tanto sustentação e continência como delimitação, diferenciação. Suficientemente firme para operar necessárias diferenciações e limites, protegendo a equipe dos movimentos de indiscriminação, de ataque ou de invasão oriundos de seus integrantes, da instituição, de outras partes da instituição, de outras instituições com que se relaciona ou do grupo social do qual faz parte. Suficientemente maleável para proporcionar contorno e barreira, sem perder a elasticidade necessária ao acolhimento das experiências dos “confinos” da humanidade (expressão de Gaillard, 2014) que compõem o cotidiano dessas equipes, sem perder a possibilidade de *conter os fenômenos de homologia funcional* (Pinel) constitutivos da

clínica institucional¹²⁷. Suficientemente maleável, assim, para se inflar, desinflar ou remodelar ao ritmo da necessidade das experiências a serem contidas e trabalhadas.

No enquadre reconhecemos, portanto, tanto a continência que ampara e sustenta (como no *holding* de Winnicott), como a função terceira que recorta e instaura fronteiras, distâncias, limites etc¹²⁸. Lembramo-nos, então, dos conceitos de Anzieu de *envelope psíquico* e de *ilusão grupal* (respectivamente de 1976 e 1971), que deram ensejo às noções de envelope onírico e envelope grupal. A *ilusão grupal*, proposta como condição necessária à constituição de um envoltório para o espaço psíquico (e onírico) do grupo, descreve um movimento de fechamento do espaço psíquico do grupo em torno da “fantasia compartilhada da coincidência entre os espaços intrapsíquicos e o do grupo” (Kaës, 2004, p. 125). Assim como, no desenvolvimento individual, a experiência de ilusão é condição necessária à constituição de um espaço transicional, os grupos só poderiam se constituir como lugar de simbolização e diferenciação na medida em que podem viver a experiência da ilusão. “O grupo só é ‘como um sonho’ se a experiência da ilusão grupal for possível nele” (Kaës, 2004, p.127), afinal a função onírica é experiência transicional e requer um espaço dessa ordem. Em um comentário caro à nossa discussão, Kaës (2004) afirma que “no grupo o envoltório onírico sustenta e repara o envoltório grupal. Mas também se pode pensar que a experiência da ilusão e a formação do envoltório grupal são algumas das condições para que o grupo contenha sonhos” (2004, p. 128) e exerça uma função onírica.

Um enquadre com as características mencionadas possibilitaria outra das condições que consideramos necessárias à sustentação do espaço onírico e do sonhar compartilhado das equipes. Trata-se do lugar para o que optamos por chamar de *terceiro dentro* e que compreende a instauração no interior do espaço comum e partilhado da equipe de espaço disponível para o negativo, a falta, o não-saber, a

¹²⁷ O autor chama “homologia patológica” os fenômenos de homologia funcional que, não podendo ser contidos e transformados de forma criativa pela equipe, reproduzem identicamente, especularmente, as defesas dos usuários. (Pinel, 2019b).

¹²⁸ Nessa dupla e complementar função, a equipe pode operar como um enquadre para a relação terapêutica do par ou grupo, a instituição para a equipe (assim como também para o par ou grupo) e metaquadro social para a instituição.

diferença, a ambivalência, o paradoxo, a complexidade, a conflituosidade¹²⁹. Remete a um espaço livre, que permite movimento e reverberação, e onde pode caber e ser tolerado um tanto do que é informe e indeterminado. Está em estreita relação com a qualidade das membranas que mantêm as necessárias distâncias e diferenciações internas e com aquela que envolve o espaço psíquico comum e compartilhado. Parece-nos também próxima da noção de depressividade, ou sustentação depressiva, comentada em capítulo anterior.

Neste ponto, gostaríamos de abrir parênteses para tratar brevemente da ideia de negativo utilizada neste trabalho. Ela comporta a negatividade no sentido da destrutividade e da barbárie (bastante trabalhada por Gaillard, 2001, 2008, 2011, 2014, 2016), mas também as ausências, sombras e avessos fundamentais à constituição dos sujeitos e dos grupos. Essa última dimensão é ilustrada por Green (2003) por meio das pinturas chamadas pelos historiadores de “mãos negativas”, encontradas em alguns tetos de cavernas, em que o artista pré-histórico, espalhando cores ao redor da mão espalmada, obtinha a figura de uma *mão não pintada*. Essa imagem apresenta-nos de pronto uma face fundamental, embora em geral menos intuída, do negativo: sua função estruturante, de possibilidade de sustentação da ausência, dos espaços não preenchidos intra e intersubjetivamente. Como aqueles espaços deixados vagos por andaimes ou moldes que podem ser retirados depois de concluída a obra que inicialmente sustentaram. É desse negativo que trata Green ao desenvolver a ideia do *holding* descrito por Winnicott dando lugar a uma estrutura enquadrante interna ao sujeito, moldada segundo os já não mais presentes braços da mãe no holding. “Esta estrutura de enquadramento pode tolerar a ausência da representação porque dá sustentação ao espaço psíquico, como o continente de Bion” (Green, 2003, p. 83). Cintra (2013) aponta que, por meio da negatificação da sua presença, deixando-se desaparecer, a mãe suficientemente boa forma essa estrutura enquadrante e passa de “*presença viva e plena*” a “*solo da psique, tela branca onde o sonhar forma figuras*” (p.68, grifos nossos). Assim, pensamos o negativo como uma

¹²⁹Sinteticamente, termo utilizado por autores da perspectiva psicanalítica francesa de grupos para referir-se, no campo do sujeito singular, à possibilidade de tolerância, jogo e composição entre as polaridades pulsionais e instâncias psíquicas, representações e identificações, e entre diferenças, antagonismos e conflitos no campo interpessoal (Castanho, Silveira, Gaillard, Pinel e Lafraia, 2019).

categoria fundamental na constituição de um espaço que possa abrigar o sonhar compartilhado da equipe, a atividade onírica da equipe como grupo, e notamos que essa categoria também se relaciona com a *dinâmica de presença/ausência do enquadre*, de um enquadre presente e organizador que possa, em determinados momentos, se fazer esquecer.

No decorrer da dissertação, o terceiro também compareceu como condição de vitalidade sob a forma de apelo por mediação a um outro: apelo da pesquisadora pela intermediação da teoria, da escrita, do grupo de pesquisa e da instituição universitária junto a sua relação com a experiência institucional, e com os grupos e instituições com os quais a vive. Mas também, no exemplo do sonho do mofo atômico, apelo da sonhadora à entrada em cena de outro grupo e outra instituição.

Entre as condições para um espaço onírico da equipe, incluiríamos também a confiança nas *instâncias ou figuras institucionais* que cumprem o papel de *avalistas dos enquadres*, garantidores simbólicos¹³⁰. Pois para se deixarem entrar menos desarmados na experiência grupal da equipe, para serem capazes de compartilhar e utilizar suas próprias fragilidades, desorganizações ou loucuras mobilizadas (também) pelo processo grupal e institucional, os profissionais precisam confiar que, em caso de excessos e desvios, alguém está pronto a segurar as pontas e restabelecer as diferenciações organizadoras. Lembra-nos do papel que cumpre, na atividade de rapel, aquele que fica segurando a corda e que, pelo menos antigamente, era chamado “dar segurança”.

Parece-nos, portanto, que a confiança é um termo essencial: confiança no enquadre, nos vínculos, naquele que está no lugar de responder pela instituição, no grupo etc. Pinel (2010) sugere que a consistência dos vínculos de confiança da equipe relaciona-se diretamente, entre outros fatores, à qualidade (fecundidade) dos dispositivos de elaboração coletiva com os quais conta.

Quando tudo vai bem, essas condições podem favorecer outro elemento relacionado à sustentação do espaço onírico grupal da equipe: a trabalhosa e sempre frágil conquista da experiência de *prazer em pensar junto*, discutida por Gaillard

¹³⁰ Ver em Gaillard (2005).

(2008b)¹³¹, entre outras considerações metapsicológicas, não como tolerância, mas como a possibilidade de erotização do lidar em grupo com o aumento da tensão, com as disrupções e com os esgarçamentos. Apoiados nessa ideia, pensamos no *prazer de sonhar junto*.

A questão das diferentes modalidades de negativo de que é composta a clínica em instituições coloca questões e demanda seguimento na pesquisa. A partir do que foi exposto, entendemos que a equipe, especialmente em seus dispositivos grupais, mas também pelos interstícios, recebe em si – e pode operar sobre – uma cena de sonho (inconsciente recalcado, difratado, sob o signo dos mecanismos neuróticos) ou não sonho (falha na função onírica). No ponto presente da pesquisa, parece-nos que podemos dizer que, contando com um espaço onírico comum e partilhado suficientemente bom, o aparelho psíquico grupal da equipe poderia, mediante o emparelhamento dos inconscientes recalcado e não recalcado, favorecer o trabalho de seus componentes neuróticos sobre os aspectos não recalcados vividos em seu espaço intersubjetivo. O trabalho onírico (inconsciente) da equipe poderia operar sobre a parte não-sonho da experiência do grupo alguma transformação que a ligaria a representações e associaria a imagens. Esse trabalho intersubjetivo começaria a dar figurabilidade à experiência. Se possível, a metabolização continuaria por produzir alguma modalidade de narrativa compartilhável¹³².

Desta forma, com o auxílio de uma estação intermediária (aparelho psíquico grupal, espaço onírico comum e compartilhado), a equipe poderia transformar a vivência não-sonho em (cena de) sonho, para restaurar e relançar a capacidade de sonhar dos profissionais e usuários. Quando o que é vivido pela equipe (ou a transferência sobre ela) apresenta estrutura assemelhada a do sintoma neurótico, quando é já sonho (manifestado em seu espaço psíquico comum e partilhado de forma difratada, deslocada, condensada etc.), já é em alguma medida representado¹³³, o

¹³¹ Expressão utilizada anteriormente por Kaës e retomada por Gaillard.

¹³² Formulação inspirada em comunicação oral de J.-P. Pinel, em abril de 2019, no Instituto de Psicologia d USP.

¹³³ Neste caso, podemos invocar a ideia do grupo como cena onírica, de Anzieu, que o entende como o receptáculo-envoltório que recebe a projeção das instâncias intrapsíquicas e onde se figuram, representam e dramatizam suas cenas (Kaës, 2004, 121). Kaës marca uma distinção essencial entre sua própria compreensão do grupo como cena (tópica projetada) e aquela de Anzieu: para este último, ela é

trabalho onírico do grupo poderia operar mudança ressonhando-o, o que modifica defesas, libera elementos etc. Já há alguma cena (proto-cena que seja) ou alguma narrativa que pode ser recolocada em trabalho.

Considerando que o trabalho realizado pela equipe sobre sua própria experiência no espaço intersubjetivo reverte para o usuário, trata o que nele está em sofrimento, sugerimos a compreensão da *equipe como um aparelho de sonhar a clínica institucional*. Para isso, contudo, é preciso que o espaço psíquico comum e partilhado da equipe seja constituído de forma a comportar a experiência transicional.

unidirecional: o movimento vai do sujeito, membro do grupo, para o grupo, cuja realidade psíquica está constituída desse material projetivo” (2004, p. 124). Para Kaës, o movimento é bidirecional: “o grupo sem dúvida recebe os investimentos e as projeções dos sujeitos, mas há motivos para levar em consideração a maneira como se ligam, se combinam, se emparelham e se transformam essas ‘deposições’ psíquicas no espaço grupal. (...) os termos em que se dão as trocas entre grupo e sujeito singular implicam a participação do grupo na formação do sujeito do inconsciente e, no que concerne ao sonho, na própria formação de seu espaço onírico” (Kaës, 2004, p. 124).

Referências¹³⁴

- Abraham, N., & Török, M. (1995). *A casca e o núcleo*, São Paulo, SP: Escuta.
- Ab'Sáber, T. A. M. (2005). *O sonhar restaurado – Formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud*, São Paulo, SP: Ed. 34.
- Abud, C. C. (org.). (2015). *A Subjetividade nos Grupos e Instituições: Constituição, mediação e mudança*. Lisboa, Portugal: Chiado Editora.
- Balint, M. (2011). Prefácio do dr. Michaël Balint. In S. Ferenczi, *Psicanálise I* (Obras Completas vol. 1), São Paulo, SP: Ed. Martins Fontes, 2011.
- Baranger, M., & Baranger, W. (1961-62/2010). A situação analítica como campo dinâmico, *Livro Anual de Psicanálise*, XXIV-2010, São Paulo, SP: Ed. Escuta.
- Birman, J. (1991). *Freud e a interpretação psicanalítica*, Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Birman, J. (1993). O objeto teórico em psicanálise e a pesquisa psicanalítica. In J. Birman, *Ensaio de Teoria psicanalítica. Parte I – metapsicologia, pulsão, linguagem, inconsciente e sexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Birman, J. (1996). *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*, São Paulo, SP: Ed. 34.
- Birman, J. (2001). *Mal-estar na atualidade – A psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 3 edição.
- Bion, W. R. (1959). Ataques à ligação. In: W. R. Bion, *Estudos Psicanalíticos Revisados – Second Thoughts*, terceira edição, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1994.

¹³⁴ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

Bion, W. R. (2000). *Cogitações*, Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Bleger, J. (1967). Psicanálise do enquadramento psicanalítico, *Revista Pulsional*, ano XVI, n. 170, junho de 2003, pp. 45-57. Recuperado de www.editoraescuta.com.br/pulsional/170_06.pdf

Bleger, J. (1970). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In J. Bleger, *Temas de Psicologia. Entrevista e Grupos*, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

Bollas, C. (2015). *A Sombra do Objeto – Psicanálise do conhecido não pensado*, São Paulo, SP: Escuta.

Boxwell, S. (2019). *O PROJETO Cuidado com o cuidador do HIS*. Comunicação oral ao Simpósio Cartografias do Cuidado: o trabalho com equipes em instituições de saúde, realizado em São Paulo, pelo Instituto PENSI (Pesquisa e Ensino em Saúde Infantil), em 27 de abril de 2019.

Cassorla, R. S. (2010). Função-alfa implícita do analista, trauma e *enactment* na análise de pacientes *borderline*, *Livro Anual de Psicanálise*, XXIV- 2010, São Paulo, SP: Escuta.

Cassorla, R. S. (2017). Afinal, o que é esse tal de *enactment*? In E. M. de U. Cintra, G. Tamburrino e M. F. R. Ribeiro (orgs.). *Para Além da Contratransferência – O Analista Implicado*. São Paulo, SP: Zagodoni.

Castanho, P de C. G. (2012). *Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP). Recuperado de: www.teses.usp.br

Castanho, P. de C. G. (2015). O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise, *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 6, n. 2, dezembro de 2015, pp. 92-112.

Castanho, P. de C. G. (2016). *Desafios para a constituição subjetiva em situações de adversidade*. Comunicação oral ao Colóquio Internacional do Núcleo Método Psicanalítico e Formações da Cultura: A Psicanálise e os Desafios do Mundo Contemporâneo, realizado na Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 21 de junho de 2016.

Castanho, P. de C. G. (2017). Sobre a questão da tarefa no grupo: aspectos psicanalíticos e psicossociais. In M. Y. Okamoto & T. S. Emídio (orgs.). *Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade* [recurso eletrônico], São Paulo: Cultura Acadêmica.

Castanho, P. de C. G. (2018). *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituição*. São Paulo, SP: Linear B Editora, Selo A-barca - Clínica de Grupos e Instituições.

Castanho, P. de C. G., Silveira, F. da, Pinel, J.-P, Gaillard, G. & Lafraia, L. M. (2019). Ainda poderemos festejar juntos? *Revista Mente e Cérebro*, edição 311, São Paulo, abril de 2019, pp. 6-9.

Cintra, M. E, de U. (2017). Empatia, Identificação Projetiva e Rêverie: Escutar o inaudível na clínica do trauma. In E. M. de U. Cintra, G. Tamburrino & M. F. R. Ribeiro (orgs.). *Para Além da Contratransferência – O Analista Implicado*. São Paulo, SP: Zagodoni.

Cintra, E. M. de U., Tamburrino, G. & Ribeiro, M. F. R. (orgs.). (2017). *Para Além da Contratransferência – O Analista Implicado*. São Paulo, SP: Zagodoni.

Civitaresse, G. (2015). *Le Rêve nécessaire. Nouvelles théories et nouvelles techniques de l'interprétation en psychanalyse*, Montreuil-sous-Bois, França : Itiques.

Coelho Junior, N. E. & Figueiredo, L. C. (2004). Figuras da Intersubjetividade na Constituição Subjetiva: dimensões da alteridade, *Interações*, IX (17), 09-28, 2004.

Coelho Junior, N. E. (2010). Da intercorporeidade à co-corporeidade: elementos para uma clínica psicanalítica, *Revista Brasileira de Psicanálise*, V. 44, n. 1, 51-60, 2010.

Dallazen, L. & Kupermann, D. (2017). A perlaboração da contratransferência nas construções em análise. In E. M. de U. Cintra, G. Tamburrino & M. F. R. Ribeiro (orgs.). *Para Além da Contratransferência – O Analista Implicado*. São Paulo, SP: Zagodoni.

Drieu, D. & Pinel, J.-P. (orgs.). (2016). *Violence et Institutions*. Paris, Dunod.

Dupont, J. (1990). Prefácio. In S. Ferenczi, *Diário Clínico*, São Paulo, SP: Martins Fontes.

Enriquez, E. (1991). O trabalho da morte nas instituições. In R. Kaës et al. *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Fabris, A. F. (2007). *Pichon Rivière: Un viajero de mil mundos*. Buenos Aires, Argentina: Polemos.

Ferenczi, S. (1929). A Criança mal acolhida e sua pulsão de morte, *Obras Completas – Psicanálise IV*, São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011.

Fernandes, M. I. A. (2005). *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Figueiredo, L. C. (1999). Considerações preliminares sobre a metodologia. In L. C. Figueiredo, *Palavras Cruzadas entre Freud e Ferenczi*, São Paulo, SP: Escuta.

Figueiredo, L. C. (2000). Presença, Implicação e Reserva. In L. C. Figueiredo & N. E. Coelho Júnior, *Ética e Técnica em Psicanálise*. São Paulo, SP: Escuta.

Figueiredo, L. C. (2009). *Intersubjetividade e mundo interno: o lugar do campo superegóico na teoria e na clínica*. Trabalho apresentado no Simpósio “Dimensões da Intersubjetividade”, em 5 e 6 de junho de 2009, no Instituto de Psicologia da USP, São Paulo.

Figueiredo, L. C. (2012). *As Diversas Faces do Cuidar – novos ensaios de psicanálise contemporânea*, São Paulo, SP: Escuta.

Figueiredo, L. C. (2014). *Cuidado, Saúde e Cultura – Trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*, São Paulo, SP: Escuta.

Figueiredo, L. C. & COELHO JUNIOR, N. E. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo, SP: Blucher.

Foucault, M. (1969). *O que é um autor?* Lisboa, Portugal: Passagens, 2002.

Freud, S. (1900). A Interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, vol. V. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1987.

Freud, S. (1905). Três Ensaio sobre a Sexualidade. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, v. VII. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1989.

Freud, S. (1910). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, vol. XI. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1970.

Freud, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In S. Freud, *Obras Psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 1, coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2004.

Freud, S. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, vol. XII, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1969.

Freud, S. (1913). Totem e tabu. In *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, vol. XIII. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1974.

- Freud, S. (1914). À guisa de Introdução ao Narcisismo. In S. Freud, *Obras Psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 1, coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns, Rio de Janeiro, Imago, 2004.
- Freud, S. (1915). Pulsões e Destinos da pulsão. In S. Freud, *Obras Psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 1, coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2004.
- Freud, S. (1915). Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, v. XIV, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1974.
- Freud, S. (1919). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, vol.XVII. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.
- Freud, S. (1921). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira* v. XVIII. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.
- Freud, S. (1930). O Mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira*, v. XXI. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1974.
- Fochtengarten, J. (2005). A dor de não sonhar. In J.-B. Pontalis, *Entre o sonho e a dor*, Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Fornari, F. (1991). Por uma psicanálise das instituições. In R. Kaës et al. *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo, SP : Casa do Psicólogo.
- Gaillard, G. (2001). La généalogie institutionnelle et les écueils du travail d'historisation : entre filicid et parricide, *Connexions*, 2001/2, n. 76, pp. 125-141. Recuperado de : www.cairn.info/revue-connexions-2001-2-page-125.htm

Gaillard, G. (2004a). De la répétition traumatique à la mise en pensée : le travail psychique des professionnels dans les institutions de soin et de travail social. In *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*, 2004/1, n. 42, pp 151-164. Recuperado de: www.cairn.info/revue-de-psychotherapie-psychanalytique-de-groupe-2004-1-page-151.htm

Gaillard, G. (2004b). Appelés à investir, conviés à l'abstinence. L'intervention en Analyse de Pratique et 'l'arrière-fond' institutionnel. In *Connexions*, 2004/2, n. 82, pp. 57-69. Recuperado de: www.cairn.info/revue-connexions-2004-2-page-57.htm

Gaillard, G. (2005). Faire appel d'une référence, être confirmé dans ses différences. Les groupes professionnels et leurs liens à l'institution, *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*, 2005/2, n. 45, pp. 167-181. Recuperado de www.cairn.info/revue-de-psychotherapie-psychanalytique-de-groupe-2005-2-page-167.htm

Gaillard, G. (2008). Liaison de la violence et génération. Une institution aux prises avec le refus de la temporalité, *Cliniques méditerranéennes*, 2008/2, n. 78, pp. 131-150. Recuperado de www.cairn.info/revue-cliniques-mediterraneennes-2008-2-page-131.htm

Gaillard, G. (2008b). « Se prêter à la déliaison ». Narisisme groupal et tolérance au féminin dans les institutions, *Connexions*, 2008/2, n. 90, p. 107-121. Recuperado de : www.cairn.info/revue-connexions-2008-2-page-107.htm

Gaillard, G. (2009). Avant-propos. In O. Omay & G. Gaillard (2009). *Rencontre avec Alain-Noël Henri: Penser à partir de la pratique*. Toulouse, França : ERES. Recuperado de www.cairn.info/feuilleter.php?ID_ARTICLE=ERES_OMAY_2009_01_0007

Gaillard, G. (2011). Tolérer l'effacement, travailler à inclure. *Cliopsy*, n. 5, pp. 7-23. Disponível em: www.revuecliopsy.fr/wp-content/uploads/2016/01/RevueCliopsy05-Gaillard-007.pdf

Gaillard, G (2014). Aparelhagem psíquica, destrutividade e Kulturarbeit – elementos para uma clínica da instituição. *Percursos*, vol. 52, p. 17-26, junho de 2014.

Gaillard, G. (2015). Dar um lugar para a morte: os grupos instituídos e a presença destrutiva da pulsão de morte. In C.C. Abud (org.). (2015). *A Subjetividade nos Grupos e Instituições: Constituição, mediação e mudança*. Lisboa, Portugal: Chiado Editora.

Gaillard, G. (2016). L'institution et la liaison de la violence: un travail de Sisyphe. In D. Drieu & J.-P. Pinel (orgs.), *Violence et Institutions*. Paris : Dunod, 2016.

Gaillard, G. & Castanho, P. de C. G. (2014). Vínculo genealógico e o trabalho de historização em instituição, *Cadernos de Psicanálise [SPCRJ]*, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 33, pp. 119-135, 2014.

Green, A. (1974). L'analyste, la symbolisation et l'absence dans le cadre analytique, *La Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 1974, n°10, pp. 225-258.

Green, A. (1994). *O Desligamento – Psicanálise, Antropologia e Literatura*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Green, A. (2003). A Intuição do negativo em *O Brincar e a Realidade*. In A. Green (2003). *André Green e a Fundação Squiggle*. Editado por Jan Abram, São Paulo, SP: Roca.

Greenberg, J. R. & Mitchel, S. A. (1994). *Relações objetais na Teoria Psicanalítica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Gurfinkel, D. (2001). *Do Sonho ao Trauma – Psicossoma e Adicções*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Gurfinkel, D. (2008). *Sonhar, dormir e psicanalisar: viagens ao informe*. São Paulo, SP: Escuta.

Gurfinkel, D. (2017). *Relações de Objeto*. São Paulo, SP: Blucher.

Hanns, L. (2004). Comentários do Editor Brasileiro. In *Obras Psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 1, coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns, Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Hermann, F. (1992). *O divã a passeio*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Henri, A.-N. (1996/2011). Qui a cure de la difficulté psychique? Recuperado de: <http://henri.textes.free.fr/anh/images/stories/documents/txt10.pdf>. O texto reproduz artigo originalmente publicado na revista *Économie et Humanisme*, n. 339, dez. 1996.

Henri, A.-N. (2013). Le migrant précaire comme objet mésinscrit, *Rhizome, revue de l'Observatoire des pratiques en Santé Mentale et Precarité*, n. 48, juillet 2013. Recuperado de: <http://henri.textes.free.fr/anh/images/stories/documents/txt211.pdf>

Henri, A.-N. & Grimaud, L. (2013). Objets mésinscrits, sujets mésinscrits – Regards croisés sur la pertinence du concept de mésinscription dans la pratique des ITEP, *EMPAN*, 2013/4 (n.92), pp. 90-95.

Jacques, E. (1955/1988). Sistemas sociais como defesas contra a ansiedade depressiva e a ansiedade persecutória: contribuição ao estudo psicanalítico dos processos sociais, *Revista da Fac. De Educação*, São Paulo, 12 (2), jul/dez 1988. Acessado em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33420/36158>

Kaës, R. et al. (1991). *A Instituição e as Instituições*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

Kaës, R. (1991). Realidade Psíquica e sofrimento nas instituições. In R. Kaës et al. (1991). *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo. Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Kaës, R. (2003). *As teorias psicanalíticas do grupo*, Lisboa, Portugal: Climepsi Editores.

Kaës, R. (2003b). O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura, *Revista de Psicologia USP*, 2003, 14 (3), p. 15-33.

Kaës, R. (2004). *A polifonia do sonho: a experiência onírica comum e partilhada*. Aparecida, SP : Idéias& Letras.

Kaës, R. (2004b). Intertransfert et analyse inter-transférentielle dans le travail psychanalytique conduit par plusieurs psychanalystes, *Filigrane*, vol. 13, n. 2, 2004, pp. 5 - 15.

Kaës, R. (2011a). *Um singular plural. A psicanálise à prova do grupo*, São Paulo, SP: Edições Loyola.

Kaës, R. (2011b). O luto dos fundadores nas instituições: trabalho do originário e passagem de geração. In O. Nicolle & R. Kaës (orgs.). (2011). *A instituição como herança. Mitos de fundação, transmissões, transformações*, Aparecida, SP: Ed. Ideias & Letras.

Kaës, R. (2014). *As alianças inconscientes*, São Paulo: Ideias & Letras.

Kaës, R. (2016). Préface. In D. Drieu & J.-P. Pinel (orgs.). (2016). *Violence et Institutions*, Paris : Dunod.

Kaës, R. (2018). Prefácio. In P. de G. Castanho (2018), *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituição*. São Paulo, SP: Linear B Editora, Selo A-barca – Clínica de Grupos e Instituições.

Kupermann, D. (2008). *Presença Sensível – cuidado e criação na clínica psicanalítica*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Kupermann, D. (2009). Sobre a produção psicanalítica e os cenários da universidade. *Psico (PUC – RS)*, v. 40, p.300-307, 2009.

Lafraia, L. M. (2015). Desafios de uma prática clínica institucional. In L. J. R. Vianna (org.). (2015). *Serviço Psicossocial Clínico – um espaço de humanização no Tribunal de Justiça de São Paulo*. São Paulo, SP: Linear B Editora.

Lévy, G. (2010). 'Les ambitions legitimes de la psychanalyse' – À la mémoire de Natlalie Zaltzman, *Psychologie clinique*, n. 29, 2010/1, pp. 184-191. Recuperado de : <http://dx.doi.org/10.1051/psyc/2010291184>

Maduenho, A. A. M. (2010). *Nos Limites da Transferência: Dimensões do Intransferível para a Psicanálise Contemporânea* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da USP), São Paulo, SP. Recuperado de: www.teses.usp.br

Mezan, R. (2017). "Manter teso o arco da conversa". In D. Gurfinkel (2017). *Relações de Objeto*, São Paulo, SP: Blucher.

Munhoz, C. (2015). *A Relação entre o Psicanalista e suas Teorias*, São Paulo, SP: Escuta.

Nicolle, O. & Kaës, R. (orgs.). (2011). *A instituição como herança. Mitos de fundação, transmissões, transformações*, Aparecida, SP: Idéias & Letras.

Ogden, T. (1996). *Os Sujeitos da Psicanálise*, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Ogden, T. (2010). *Esta arte da psicanálise- sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos*, Porto Alegre, RS: Artmed.

Ogden, T. *Leituras criativas. Ensaio sobre obras analíticas seminais*. São Paulo, SP: Escuta.

Oliveira, B. S. M. (1994). Paula Heimann. In S. A. Figueira (org.). (1994). *Contratransferência – de Freud aos contemporâneos*, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Omay, O. & Gaillard, G. (2009). *Rencontre avec Alain-Noël Henri: Penser à partir de la pratique*. Toulouse, França : ERES. Recuperado de www.cairn.info/feuilleter.php?ID_ARTICLE=ERES_OMAY_2009_01_0007

Pichon-Rivière, E. (1980), *O Processo Grupal*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1994.

Pinel, J.-P. (1989). Les fonctions du cadre dans la prise en charge institutionnelle, *Revue de psychotérapie psychanalytique de groupe*, n. 13, 1989, pp. 77-87.

Pinel, J.-P. (2005). La déliaison pathologique des liens institutionnels dans les institutions de soins et de rééducation. Perspective économique et principes d'intervention. In R. Kaës, J.-P. Pinel et al. (2005). *Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels*. Paris : Dunod, 2005 (primeira edição de 1996).

Pinel, J.-P. (2010). Les liens de confiance dans les institutions spécialisées. In E. Allouch, J.-F. Chiantaretto, S. Harel & J.-P. Pinel. (2010). *Confiance et Langage*. Paris : In Press Éditions.

Pinel, J.-P. (2011). A construção do dispositivo de intervenção à prova das mutações institucionais contemporâneas. In O. Nicolle & R. Kaës (orgs.) (2011). *A instituição como herança. Mitos de fundação, transmissões, transformações*. Aparecida, SP: Idéias& Letras.

Pinel, J.-P. (2014). Le travail de l'intersubjectivité dans les équipes institutionnelles. In C. Moro, N. M. Mirza & P. Roman (dir.). (2014). *L'intersubjectivité en questions. Agrégat ou nouveau concept fédérateur pour la psychologie ?* Lausanne, Suíça : Ed. Antipodes, coll. Actualités Psychologiques.

Pinel, J.-P. (2016). Agirs violents, pathologies des limites et attaques hypermodernes des cadres institués. In D. Drieu & J.-P. Pinel (orgs.). (2016). *Violence et Institutions*, Paris : Dunod.

Pinel, J.-P. (2018). Das grandes guerras às mutações socioculturais contemporâneas: uma breve história das clínicas institucionais. Comunicação oral realizada em 29 de outubro de 2018, no Instituto *Sedes Sapientiae*, em São Paulo.

Pinel, J.-P. (2019), *Les dispositifs d'analyse des pratiques en institution : réflexions sur les conditions de leur mise en oeuvre*. Comunicação oral realizada em 27 de abril de 2019 no Simpósio: Cartografias do cuidado: o trabalho com equipes em instituições de saúde, em São Paulo, organizado pelo Hospital Infantil Sabará e pelo Instituto PENSI (Pesquisa e ensino em saúde infantil).

Pinel, J.-P. (2019b), *Le traitement institutionnel du processus adolescent: destins de les pathologies du lien et de la présence*. Comunicação oral à Jornada Internacional Vínculos Intersubjetivos e Instituições, realizado em São Paulo, pelo Instituto de Psicologia da USP, em 24 de abril de 2019.

Plotkin, M. B. (2003). *Freud en las Pampas. Orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

Pontalis, J.-B. (1977). *Entre o sonho e a dor*, Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.

Ribeiro, M. F. R. (2017). Uma reflexão conceitual entre identificação projetiva e *enactment*. O analista implicado. In E. M. de U. Cintra, G. Tamburrino & M. F. R. Ribeiro (orgs.). (2017). *Para Além da Contra-transferência. O analista implicado*, São Paulo, SP: Ed. Zagodoni.

Rocha, E. B. (1994). Wilfred R. Bion e os neokleinianos. In S. A. Figueira (org.). (1994). *Contratransferência – de Freud aos contemporâneos*, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Rouchy, J. C. & Desroche, M. S. (2004). *Instituição e mudança: processo psíquico e organização*, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, (Coleção Psicologia Social, Inconsciente e Cultura, coordenada por Maria Inês Assumpção Fernandes).

Roussillon, R. (1991) Espaços e práticas institucionais. O quarto de despejo e o interstício. In: R. Käes et al. *A Instituição e as Instituições*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1991.

Roussillon, R. (1999). Symbolisation et appropriation subjective. In R. Roussillon (1999). *Agony, clivage et symbolisation*, Paris : Puf. Recuperado de: <https://reneroussillon.com/symbolisation/symbolisation-et-appropriation-subjective>

Roussillon, R. (2014). Le travail de symbolisation. In R. Roussillon (2014). *Le manuel de la pratique clinique en psychologie et psychopathologie*. Paris : Elsevier Masson. Recuperado de: <https://reneroussillon.files.wordpress.com/2015/04/le-travail-de-symbolisation.pdf>

Roussillon, R. (2015). A função simbolizante do objeto, *Jornal de Psicanálise*, v. 48, n. 89, Instituto de Psicanálise Durval Marcondes, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, dez. 2015.

Sabourin, P. (1990). Posfácio. “Perdão mútuo, sucesso final”, in S. Ferenczi, *Diário Clínico*, São Paulo, SP: Martins Fontes.

Tuber-oklander, J. (2014). *The One and The Many: Select Papers in Relational Psychoanalysis and Group Analysis*. London: Karnac.

Vidal, J.-P. (2002). De l’usage analytique des “effets” de groupe dans l’analyse clinique de pratiques professionnelles (ACPF), in *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*, 2002/2, n. 39, pp. 7 a 27. Recuperado de: www.cairn.info/revue-de-psychotherapie-psychanalytique-de-groupe-2002-2-page-7.htm

Vidal, J.-P. (2006). D’un usage du contre-transfert. Des effets du contre-transfert dans le groupes de supervision... à l’objet de l’écoute analytique, *Le divan familial*, 2006/2, n. 17, pp. 69-86. Recuperado de: www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2006-2-page-69.htm

Vidal, J.-P. (2007). Les “redoublements emboîtés”. Le groupe de supervision comme chambre d’échos, *Le divan familial*, 2007/2, n. 19, pp. 141-152. Recuperado de: www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2007-2-page-141.htm

Winnicott, D. W. (1954). A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In W. W. Winnicott (1993). *Textos Seleccionados: Da pediatria à psicanálise*, Rio de Janeiro, RJ: F. Alves.

Winnicott, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. In W. W. Winnicott (1993). *Textos Seleccionados: Da pediatria à psicanálise*, Rio de Janeiro, RJ: F. Alves.

Winnicott, D. W. (1963). O medo do colapso. In W. W. Winnicott (1994). *Explorações Psicanalíticas*, Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Winnicott, D. W. (1975). *O Brincar e a Realidade*, Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1975.

Zaidan, E. (2017). Revisitando a contratransferência em Freud para compreender a psicanálise contemporânea. In E. M. de U. Cintra, G. Tamburrino & M. F. R. Ribeiro (orgs.). (2017). *Para Além da Contratransferência – O Analista Implicado*. São Paulo, SP: Ed. Zagodoni.